

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII

FLORIANÓPOLIS, 29 DE NOVEMBRO DE 2007

NÚMERO 5.827

16ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Kennedy Nunes

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice Presidente
Darci de Matos
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Onofre Santo Agostini
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente
Odete de Jesus - Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Onofre Santo Agostini - Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
João Henrique Blasi
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio - Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Herneus de Nadal
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente
Renato Hinnig - Vice Presidente
José Natal Pereira
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Jailson Lima da Silva - Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grandó
Silvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice Presidente
Ada de Luca
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente
Kennedy Nunes - Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Onofre Santo Agostini
Romildo Titon
João Henrique Blasi

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1841
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 099ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 27/11/2007.....2
Ata da 038ª Sessão Solene da
16ª realizada em 27/11/2007 às
19h.....17

Atos da Mesa

Ata da Mesa.....20

Publicações Diversas

Aviso de Licitação.....20
Avisos de Resultado.....20
Projetos de Lei.....20
Projeto de Lei Complementar
.....22
Redações Finais.....24

PLENÁRIO

ATA DA 099ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

As 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Darci de Matos - Décio Góes - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Hemeus de Nadal - Jailson Lima - Jandir Bellini - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Aborda projetos de sua autoria referentes ao Dia Nacional de Combate ao Câncer.
DEPUTADO VALMIR COMIN (pela ordem) - Registra a presença da vereadora Ângela Albino, do município de Florianópolis.
DEPUTADA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Agradece a presença de todas as senhoras e da vereadora Ângela Albino que estão prestigiando este Parlamento.
DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Parabেনiza a vereadora Ângela Albino pela presença nesta Casa e registra a presença do sr. Gilberto Orsi, de Taió, e dos vereadores, do município de Monte Carlo.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Agradece em nome da bancada do PT a presença da vereadora Ângela Albino.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Sauda todas as mulheres e a vereadora Ângela Albino pela presença nesta Casa.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Comenta avanços para a criação da Universidade da Mesorregião da Fronteira do Mercosul.

Partidos Políticos

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Cumprimenta as deputadas Ana Paula Lima, Ada De Luca e Odete de Jesus e todas as mulheres presentes, que estão aqui reivindicando seus direitos.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO (pela ordem) - Manifesta apoio às deputadas Ana Paula Lima, Ada De Luca e Odete de Jesus pelos temas propostos nesta sessão de hoje.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA (pela ordem) - Registra, em nome de sua bancada, o apoio ao pleito tão importante das mulheres contra a violência; agradece a empresa Jotur, que colocou um ônibus à disposição para o transporte.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Sauda o movimento feminino na busca de seus direitos; registra a presença de vereador do município de Navegantes.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO (pela ordem) - Cumprimenta a sra. Zuleika Lenzi pelo seu pronunciamento.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (pela ordem) - Fala do exemplo do seu partido, a juíza Denise Frossard, que tem lutado pela implantação da Lei Maria da Penha.

DEPUTADA ADA DE LUCA (pela ordem) - Agradece todos os parlamentares pela manifestação de apoio e de solidariedade ao projeto e convida a todos a participarem do encontro no dia 1º de dezembro que contará com a presença de Maria da Penha que fará um relato de suas tragédias e vitórias.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pede o apoio de todos os parlamentares para a aprovação das emendas voltadas à mulher e que o governo do estado implante já no ano que vem as delegacias e casas-abrigo.

DEPUTADA ADA DE LUCA - Reforça o convite para o evento, que acontecerá no dia 1º de dezembro, no centro de eventos de São José, que é a grande Jornada Maria da Penha; registra a chegada do deputado Edison Andrinho, que está retornando a esta Casa.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Comenta sobre notícia publicada no jornal *Correio do Norte*, de Porto União, que fala sobre inauguração frustrada devido à chuva; estranha o silêncio do governo sobre denúncias envolvendo a agência DPM.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Princesa, acompanhado de um vereador e de seu motorista.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Comemora investimentos em Joinville.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Registra a presença do prefeito, do vice-prefeito e do secretário do município de Imbuia, e do vereador Silvano Garcia, do município de Camboriú.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Cumprimenta o vereador Silvano Garcia e o pastor Junior, membros da Igreja Assembléia de Deus.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Critica pronunciamento do deputado Joares Ponticelli sobre o governador do estado e o secretário da Educação.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA (aparte) - Responde ao deputado Joares Ponticelli que suas críticas ao governador do estado não têm fundamento.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Indaga se a deputada Ada De Luca não usou o horário do PMDB para se pronunciar; contesta o amparo regimental para divisão de horário do partido.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO (pela ordem) - Atende pedido do gabinete do secretário Jean Kuhlmann para registrar a presença do grupo de idosos Linda Idade, do município de Witmarsum.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Registra a presença de vereador do município de Monte Castelo.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Refere-se à formatura da primeira turma de sargentos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, ligados ao novo Plano de Carreira.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Defende ações que ponham fim à violência contra as mulheres; mostra indignação com o caso da jovem presa no Pará; pede que o governo federal invista no sistema de segurança no Brasil.

Ordem do Dia

DEPUTADA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Pede apoio dos srs. deputados para a emenda ao PL. 0340/2007, de sua autoria.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Esclarece a emenda de autoria da deputada Odete de Jesus.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Registra que há concordância do líder para a votação do PL. 0370/2007, que dispõe sobre a dispensa de ajuizamento de causas pelos Procuradores do Estado; posiciona-se contrário à emenda que isenta de juros e correção monetária aqueles que acertarem sua dívida junto à Fazenda.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO (pela ordem) - Esclarece que o deputado Pedro Uczai se equivocou, quando se referiu à emenda do projeto.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Posiciona-se contrário à moção de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que se refere ao ingresso da Venezuela no Mercosul.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Comunica que votará contra a moção do deputado Sargento Amauri Soares.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Comunica que votará contra a moção do deputado Sargento Amauri Soares.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Registra que não concorda com a posição dos deputados José Natal e Nilson Gonçalves e votará a favor da moção do deputado Sargento Amauri Soares.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Defende a moção do deputado Sargento Amauri Soares e seu voto é favorável.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Comunica que seu voto é favorável à moção do deputado Sargento Amauri Soares.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Explica a importância de ser aprovada a moção de sua autoria.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Parabeniza o deputado Sargento Amauri Soares pela moção de sua autoria.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Critica a moção do deputado Sargento Amauri Soares e seu voto é contra.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Comunica que é a favor da moção do deputado Sargento Amauri Soares.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Comunica que é a favor da moção do deputado Sargento Amauri Soares.

DEPUTADO JAILSON LIMA (pela ordem) - Fala da importância em transformar o antigo leprosário em um moderno centro de neurologia.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Manifesta apoio à Sociedade Catarinense de Neurologia que quer implantar no antigo leprosário um serviço que atenderá toda a sociedade.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (pela ordem) - Concorda com os deputados Jailson Lima e Serafim Venzon pela implantação da Fundação Catarinense de Neurologia no antigo leprosário.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO (pela ordem) - Parabeniza as pessoas que representam a Fundação Catarinense de Neurologia pelo projeto agora apresentado.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Manifesta-se a favor do projeto da Fundação Catarinense de Neurologia.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Contesta opiniões contrárias à entrada da Venezuela no Mercosul.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Fala da estratégia do isolacionismo que as forças dominantes de um país desenvolvido querem estabelecer sobre os países.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Volta a debater sobre a importância da entrada da Venezuela no Mercosul.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Cumprimenta o deputado Pedro Uczai pelo seu pronunciamento.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Rebate as acusações feitas pelo deputado Joares Ponticelli contra o governador Luiz Henrique da Silveira.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Parabeniza o deputado Elizeu Mattos pelo seu pronunciamento; lê uma declaração sobre a viagem do governador ao Rio de Janeiro.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Critica os pronunciamentos feitos pelo deputado Joares Ponticelli.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Comemora a entrega de 30 cadeiras de rodas para as regionais de Brusque e Itajaí.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Mostra que governo do estado não está cumprindo repasses do artigo 170; explica que seu papel é o de fiscalizar as ações do governo.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Chama a atenção para matéria publicada no jornal *A Notícia*, segundo a qual o estado de Santa Catarina não tem priorizado investimentos no setor econômico.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Sras. deputadas e srs. deputados, gostaria de registrar que estão presentes na Casa as seguintes personalidades:

Sr. Vilson de Souza, que no ano de 2008 completará 60 anos na profissão de fotógrafo e que está acompanhado de seu filho Vilson;

Sr. Carmona, presidente da Associação dos Fotógrafos de Santa Catarina;

Grupo Linda Idade, do município de Witmarsum, com 75 visitantes, sob a responsabilidade da sra. Márcia;

Grupo de Mulheres do município de Palhoça, da comunidade Frei Damião, que veio a esta Casa, hoje, para fazer a manifestação do Orçamento Mulher e pelo fim da violência doméstica;

Coordenação do Fórum Estadual Maria da Penha, que se faz presente e que fará uso da palavra, hoje;

Dr. Vilson Fontana, juiz da 1ª Vara Cível.

Sejam todos muito bem-vindos à Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina!

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, a sra. deputada Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, demais integrantes da mesa, sras. deputadas, srs. deputados, amigos que nos assistem, imprensa falada, escrita e televisada, visitantes que nos honram com sua presença, como as donas-de-casa, crianças, enfim, famílias que aqui estão para participar e reivindicar os seus direitos.

Sra. presidenta, estive num evento muito importante da FCDL/SC e lá pude ouvir os relatórios, participar e parabenizar os empresários bem sucedidos do ano de 2007: Havan, Lafi Cosméticos, JK Pneus e Lojas Koerich, Mário Hoeller de Souza e Grupo RBS.

Então, esses foram agraciados, premiados e destaques do ano de 2007. Portanto, queremos deixar o registro àquelas pessoas que se esforçam e conseguem ver reconhecidos os seus méritos. E não podemos esconder isso porque aqueles que trabalham e lutam bastante merecem o seu prêmio!

Queremos também parabenizar o presidente, dr. Roque Pellizzaro Júnior, que foi empossado naquela reunião como presidente da FCDL/SC.

Então, os nossos parabéns a todos os empresários que trabalham muito com o objetivo de alcançar os seus méritos.

Sra. presidente, também gostaria de agradecer ao presidente da comissão da Saúde desta Casa, o brilhante deputado Genésio Goulart, que apreciou, juntamente com os demais integrantes dessa comissão da qual eu também faço parte... E ontem foi realizada uma audiência pública, às 14h, no plenarinho desta Casa Legislativa, para tratar do combate à dengue. Na oportunidade, tivemos a presença do representante da Vigilância Epidemiológica de Santa Catarina, dr. Luiz Antônio da Silva; do representante do Ministério Público, dr. Leonardo Henrique Marques; da dra. Leila, da Anvisa; da representante dos Agentes Comunitários, a presidente, dona Silvana; e dos demais órgãos representativos da saúde. Foi uma audiência pública de bastante sucesso, da qual depois passarei o relatório às mãos do presidente da comissão, deputado Genésio Goulart.

Gostaria de dizer que, graças a Deus, aqui em Santa Catarina, temos uma região que está mais calma, deputado Pedro Baldissera, mas ainda não podemos cruzar os nossos braços. Nós vamos trabalhar muito e temos inúmeras propostas. Eu voltarei a falar desse tema em outra oportunidade, com mais tempo.

Se nós não nos mobilizarmos, mais ou menos 400 ou 500 mil pessoas serão atingidas. Então, já estamos fazendo um trabalho de prevenção. Queremos também fazer campanhas, e depois trarei as propostas à Mesa Diretora da Assembléia, ao presidente Julio Garcia, para que possamos também usar a estrutura da Assembléia, através dos veículos de comunicação - TVAL e Rádio Alesc Digital -, para conscientizarmos a população contra a dengue, uma doença maldita que pode levar as pessoas ao óbito. Mas voltarei com este tema outro dia!

Também quero dizer que hoje, 27 de novembro, é o Dia Nacional de Combate ao Câncer. Nós já encaminhamos a esta Casa Legislativa quatro projetos de lei. Um é no sentido de que as maternidades e os estabelecimentos hospitalares do estado fiquem obrigados a encaminhar os pacientes para exame e diagnóstico de retinoblastoma - exame de fundo do olho -, que é um tipo de câncer na região posterior do olho. Esse projeto já está tramitando e peço que o deputado relator possa olhar com muito carinho essa matéria. E tenho certeza de que assim o fará.

O outro projeto que encaminhamos institui o dia da Rede Feminina de Combate ao Câncer no estado de Santa Catarina. A nossa proposta é que seja comemorado no dia 27 novembro.

Temos também um projeto que torna obrigatório os hospitais conveniados com o SUS realizarem, de forma gratuita, o exame de colonoscopia com biópsia e retossigmoidoscopia, para prevenir o câncer de colo-retal, que é a terceira causa de morte por câncer no Brasil. Para ser mais clara, seria aquele câncer de intestino, porque nós sabemos que ingerimos alimentos e toda a sujeira passa pelo intestino. Então, essa é uma proposta nossa e peço ajuda dos deputados médicos nesta Casa, deputados Antônio Aguiar e Jailson Lima, e demais colegas para a aprovação desse projeto.

Temos outro projeto que concede direito a uma folga anual para a realização de exames de controle de câncer de mama e colo de útero para as nossas mulheres.

Portanto, são quatro projetos que estão tramitando nesta Casa e tenho certeza de que serão aprovados.

Quero parabenizar a presidente desta sessão, deputada Ana Paula Lima, que encaminhou ao meu gabinete e ao gabinete da deputada Ada De Luca, para que possamos assinar, as nossas emendas destinando as fatias que ganhamos através do Orçamento Regionalizado.

Deputado Gelson Merísio, pela primeira na história deste Parlamento nós pudemos fazer as nossas emendas. Quero que fique bem registrado isso: pela primeira vez! Deputado Jorginho Mello, presidente da comissão de Finanças e Tributação, vou dar nota 10 a v.exa., assim como também ao deputado Gelson Merísio, que soube olhar pelos 40 deputados.

Quero dizer que, com essas emendas, vamos acabar com os descasos. Recebi uma camiseta com a seguinte estampa: "Fórum Estadual Lei Maria da Penha. Basta de violência contra a mulher". Digo também que basta, chega!

Nós, as três deputadas nesta Casa, Ana Paula Lima, Ada De Luca e Odete de Jesus, vamos estar unidas para pôr um fim à violência contra as mulheres, aos maus tratos à mulher. Afinal de contas, a mulher é a rainha do lar, é a grande administradora.

Muito obrigada!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Valmir Comin - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sra. presidente, desejo registrar, com muita satisfação, a presença da vereadora Angela Albino no Parlamento de Santa Catarina, o que muito nos honra.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Sra. vereadora Angela Albino, seja bem-vinda! Ela também faz parte do Fórum Estadual Maria da Penha e sempre está em defesa dos homens e das mulheres catarinenses.

Gostaria de fazer o registro da presença de algumas representantes: da secretaria municipal de Desenvolvimento Social de Florianópolis; do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas; da Casa da Mulher Catarina; do Unegro; do Sindicato dos Bancários; do Conselho Social de Serviço Social, do Mandato de Senadora Ideli Salvatti, e da Confederação Brasileira de Mulheres.

Sejam todas muito bem-vindas à Assembléia Legislativa de Santa Catarina!

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sra. presidente, quero agradecer a presença das demais senhoras que estão aqui nos honrando com suas presenças, assim como a vereadora Ângela Albino, uma mulher dinâmica, de coragem, que coloca em prática os anseios da população. Vereadora, perdoe-me por não ter visto anteriormente v.exa. aqui. Mas fico feliz de vê-la neste Parlamento!

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sra. presidente, da mesma forma, quero parabenizar a vereadora Ângela Albino pela sua presença nesta Casa. Gostaria de dizer que, através dela, a voz da mulher ecoa na Câmara Municipal de Florianópolis em favor da sociedade e, principalmente, daqueles injustiçados.

Da mesma forma, desejo registrar a presença, nesta Casa: do nosso amigo Gilberto Orsi, de Taió, que realiza um trabalho fantástico com bandas e fanfarras na região do Alto Vale; e dos vereadores Ari Simões e Paulo Ribeiro, do município de Monte Carlo, que estão tratando de assuntos da região e, principalmente, daquele município.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Sejam todos bem-vindos a esta Casa!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Eu também não poderia deixar, em nome da bancada do PT, de dar as boas-vindas à vereadora e primeira-suplente na nossa coligação que por pouco não está aqui conosco como deputada estadual. Se tivesse condição legal de ela deixar a Câmara de Vereadores para assumir o Parlamento, este deputado, com tranquilidade, poderia ceder a sua cadeira por uns três meses. Mas ela é vereadora e está bem representando a população de Florianópolis na Câmara Municipal.

Sejam bem-vindas todas as mulheres, bem-vindas as lutadoras pelo fim da violência!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sra. presidente.

Quero saudar todas as mulheres aqui presentes, todos os movimentos e dizer para o deputado Pedro Uczai que, de repente, se ele ou outro deputado for eleito prefeito, a agora vereadora e primeira suplente, Ângela Albino, estará aqui conosco daqui a um ano.

Quero dizer também que achei curiosa a manifestação do deputado José Natal, que parece que está tendo uma aliança diferente, pelo menos para a eleição da capital no ano que vem.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - De repente até futura prefeita de Florianópolis, deputado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sra. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, inicialmente, quero cumprimentar, da mesma forma, a vereadora Ângela Albino, nossa primeira suplente, que aqui se encontra, como bem mencionou o deputado Pedro Uczai, presidente do PT. Quero desejar-lhe boas-vindas e saudar toda a organização das mulheres que empunham a bandeira pelo fim da violência e, ao mesmo tempo, o cumprimento da Lei Maria da Penha.

Aliás, nesses últimos dias, nós temos tido algumas manifestações em nível de imprensa, por todo o território brasileiro, sobre algumas situações que trazem indignação por parte de todo e qualquer ser humano que preza a vida, que luta em defesa da vida.

Então, a nossa solidariedade e o nosso compromisso junto com a luta e o trabalho de cada uma de vocês.

Mas eu queria, na tarde de hoje, trazer novamente a esta tribuna um dos assuntos que tenho pautado nesta Casa em outros momentos, que diz respeito ao ensino público superior, essa bandeira importante e fundamental na busca de um novo pensar e de um novo despertar na sociedade que nós vivemos, porque sabemos que as grandes transformações na sociedade passam necessariamente à luz da educação.

Neste sentido, nós temos que registrar aqui o importante e profundo empenho que o governo do presidente Lula vem tendo com a educação em nosso país, empenho jamais visto ao longo de toda a história deste nosso país. Claro que nós sempre temos afirmado que muito há ainda a acontecer, a fazer em nível de educação, mas houve, sim, grandes avanços. E, de maneira muito especial, faço questão aqui de citar o ensino público superior, a expansão da universidade federal em vários estados do nosso país.

Santa Catarina não poderia estar numa situação diferente, porque, infelizmente, em nosso estado existe uma centralização do ensino superior ou na capital ou nos grandes centros. É preciso fazer com que ele esteja ao alcance da grande maioria da nossa população, que também vive nos pequenos municípios do interior do estado.

É neste sentido que eu quero destacar, mais uma vez, que Santa Catarina, juntamente com os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, vem abraçando o trabalho e a luta pela instalação da universidade que faz fronteira com o Mercosul. E houve o compromisso do presidente Lula, e isso já está definido, de que esses três estados terão essa universidade.

A universidade da fronteira do Mercosul tem uma grande simbologia, porque além de proporcionar a oportunidade de pesquisa, de desenvolvimento científico e tecnológico para as regiões e para esses estados, ela se torna um instrumento de integração dos estados e também dos países vizinhos.

Esse é um dado importante, porque nessa caminhada de globalização é preciso que antes de tudo se faça a inclusão das pessoas, porque elas são a estratégia, o ponto principal, os seres humanos, as pessoas que vivem nessas regiões.

Por isso é que, nesses últimos dias, a comissão esteve reunida aprofundando o tema e vai reunir-se no dia 3 de dezembro, na próxima segunda-feira, para aprofundar as discussões e dar encaminhamentos, pavimentando o caminho para a definição final do início da universidade da fronteira do Mercosul. E depois, no próximo dia 13, estará a comissão aqui em Florianópolis também deliberando sobre o tema.

Então, quero destacar que o ensino público superior é extremamente importante, haja vista que o percentual é muito pequeno daqueles que terminam o ensino médio e têm a oportunidade de ingressar no ensino superior.

Neste sentido, nós, da região da fronteira, do extremo oeste do estado, estamos lá também revestidos do empenho de garantir que além da presença da Universidade do Estado de Santa Catarina, que lá naquela região vive uma situação de estagnação em todos os sentidos, possa ter também a presença da universidade federal ou senão de alguns cursos, para poder atender aquela população que é a mais distante, tanto na questão geográfica quanto na questão econômica. Aquele é um povo que viveu sempre excluído das políticas públicas importantes; assim, para dignificar a vida e a caminhada daquela gente da faixa de fronteira do estado de Santa Catarina e dos estados vizinhos, é premente a presença da universidade pública.

Portanto, fica aqui hoje, mais uma vez, o registro desse momento importante que nós estamos vivendo do encaminhamento das políticas públicas do governo do presidente Lula, do governo do PT, em nível nacional, que contempla uma das demandas que historicamente têm sido reivindicadas pela nossa população, no sentido de interiorizar o ensino público superior no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado Pedro Baldissera.

Sras. deputadas e srs. deputados, há sobre a mesa um requerimento que, conforme acordo dos líderes, pede a suspensão por até dez minutos, para que o Movimento de Mulheres e o Fórum Estadual Pela Implementação da Lei Maria da Penha se pronunciem sobre emendas ao Plano Plurianual e à Lei Orçamentária Anual referentes ao Orçamento Mulher.

Quem fará uso da palavra serão as sras. Zuleika Lenzi e Vera Ferminiano, e eu peço às deputadas Ada De Luca e Odete de Jesus que as receba e conduza-as à tribuna.

Neste momento, está suspensa a sessão por um período de até dez minutos.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos estão reservados ao Partido dos Trabalhadores.

Solicito ao deputado Antônio Aguiar que assuma a Presidência, a fim de que eu possa pronunciar-me no horário reservado ao PT.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu gostaria de cumprimentar a deputada Ana Paula Lima e em seu nome as sras. deputadas Ada De Luca e Odete de Jesus, e parabenizar essas mulheres guerreiras que estão reivindicando aquilo que é um direito constitucional.

Então, parabenizo as mulheres, na tarde hoje, que estão presentes aqui em número gigantesco, para dizer que a luta das mulheres continua, sim, e tem todo o nosso apoio.

Muito obrigado!

(Palmas)

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gelson Merísio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Sr. presidente, em respeito a todos os representantes do movimento aqui presente, quero ratificar aqui a nossa posição favorável ao pleito, resguardando sempre os limites estritos e restritos que temos no que diz respeito à capacidade de emendar. Sei da intenção da deputada Ana Paula Lima, da deputada Ada De Luca e também da deputada Odete de Jesus em utilizar parte das suas emendas parlamentares nessa direção. E tudo aquilo que for possível, afora isso, encontrar no Orçamento vai ter com certeza a nossa participação, por estarmos absolutamente de acordo com o tema proposto e tão bem colocado pelas deputadas aqui presentes.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, quero, da mesma forma, dizer que a nossa bancada é representada pela deputada Ana Paula Lima, que pode contar com os nossos seis parlamentares na contemplação desse pleito tão importante para o andamento da luta e da mobilização dos nossos movimentos, e de maneira especial do movimento das mulheres.

Quero aproveitar para deixar aqui registrado o meu agradecimento à empresa Jotur em nome do José Luiz Spricigo, que colocou um ônibus à disposição para transportar as mulheres.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Em nome das nossas deputadas da Assembléia Legislativa, quero saudar esse movimento feminino na busca dos seus direitos. Todos os dias vemos tantas agressões às mulheres e, muitas vezes, lamentavelmente, é difícil buscarmos uma solução de imediato.

Então saudamos o movimento de todas as mulheres e nos incorporamos a ele.

Gostaria de também saudar o vereador Roberto Carlos De Souza, de Navegantes, que está nas galerias desta Casa prestigiando a nossa reunião.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Edson Piriquito.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Com muita satisfação, sr. presidente, estou apreciando esse presente que a d. Zuleika Lenzi nos deu, permitindo que aprendêssemos um pouco mais com ela. Atendendo ao pleito dessa guerreira, que é a deputada Ada De Luca, nossa companheira, defensora incansável das mulheres, com certeza iremos nos somar a essa luta em prol do respeito e contra a violência às mulheres.

O Sr. Deputado Professor Grandó - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sem sombra de dúvida, sr. presidente, companheira Ana Paula Lima, todos os parlamentares presentes, as mulheres que estão aqui na luta têm tido como exemplo do nosso partido a juíza Denise Frossard, que enfrentou e lutou contra a violência e tem lutado muito pela implantação da Lei Maria da Penha, para que realmente neste país se estabeleça o mínimo de condições. Essa é uma posição do partido com relação a esta luta, que é histórica.

E volto a dizer: talvez neste século, para quem está acostumado à luta da esquerda do trabalho e capital, à luta dos trabalhadores e a sua organização, talvez a que seja diferente e mais tenha crescido e para a qual temos que olhar com toda a atenção, é a luta da mulher, das minorias, dos nossos indígenas, para que possamos realmente transformar este país, para que tenhamos novas gerações com o espírito aberto, humanitário e possamos dizer que, de forma fraterna, estamos administrando e fazendo política.

A Sra. Deputada Ada De Luca - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sr. presidente, deputada Ana Paula Lima e deputada Odete de Jesus, quero aqui agradecer essa manifestação de apoio e de solidariedade ao nosso projeto e convidá-las, juntamente com a professora Zuleika Lenzi, que é uma mestra, a estarem aqui dia 1º de dezembro, quando no Centro Multiuso, no sábado, às 13h estaremos ao vivo e a cores com Maria da Penha, que vai contar a sua história, o seu relato de vida, as suas desgraças, suas tragédias e suas vitórias.

Convido todas as mulheres a comparecerem no Centro Multiuso em São José.

Muito obrigada pela presença de vocês e tenham uma boa-tarde. E como já vou discursar, não vou me alongar.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sras. deputadas Odete de Jesus e Ada De Luca; srs. deputados; mulheres que estão aqui nos prestigiando através de diversos segmentos, de diversos movimentos; vereadora Angela Albino, que também se encontra presente; homens que também estão nesta luta contra a violência à mulher, é um prazer muito grande recebê-los na Assembléia Legislativa.

Eu ouvi manifestações de diversos companheiros e companheiras que estão atentos à defesa da mulher. Mas espero que isso também seja um ato na hora de votarmos o orçamento que garanta essas condições, inclusive das casas-abrigo para mulheres vítimas de violência, para as delegacias especializadas. Infelizmente, sr. presidente, nós ainda temos uma lei para garantir o respeito às mulheres, que essa lei seja colocada em prática quando o Orçamento vier para esta Casa, e todos os srs. deputados e sras. deputadas possam votar.

Sr. presidente, gostaria que fosse projetado na tela um *e-mail* que recebi. Muitos podem conhecer, mas o povo também merece tomar conhecimento.

(Procede-se à exibição do *e-mail*.)

"Hoje recebi flores..."

Não é o meu aniversário ou nenhum outro dia especial. Tivemos a nossa primeira discussão ontem à noite e ele disse muitas coisas cruéis que me ofenderam de verdade. Mas sei que está arrependido e não disse a sério, porque ele me enviou flores hoje. E não é nosso aniversário ou nenhum outro dia especial.

Ontem ele atirou-me contra a parede e começou a asfixiar-me. Parecia um pesadelo, mas dos pesadelos acordamos e sabemos que não são reais. Hoje acordei cheia de dores e com golpes em todos os lados. Mas eu sei que ele está arrependido, porque me enviou flores hoje. E não é dia dos Namorados ou nenhum outro dia especial.

Ontem à noite bateu-me e ameaçou matar-me. Nem a maquiagem ou as mangas compridas poderiam ocultar os cortes e golpes que me ocasionou desta vez. Não pude ir ao emprego hoje porque eu não queria que percebessem. Mas eu sei que ele está arrependido, porque ele me enviou flores hoje. E não era Dia das Mães ou nenhum outro dia especial.

Ontem à noite ele voltou a bater-me, mas desta vez foi muito pior. Se conseguir deixá-lo, o que eu vou fazer? Como poderia eu sozinha manter os meus filhos? O que acontecerá se faltar o dinheiro? Tenho tanto medo dele! Mas dependo tanto dele que tenho medo de deixar. Mas eu sei que ele está arrependido, porque ele me enviou flores hoje!

Hoje é um dia muito especial: é o dia do meu funeral. Ontem finalmente consegui matar-me. Bateu-me até eu morrer;

Se ao menos eu tivesse tido a coragem e a força para deixar...

Se tivesse pedido ajuda profissional...

Hoje não teria recebido flores!

Por uma vida sem violência!!!

Partilhem essa mensagem para criar consciência, para que se tenha respeito para com a mulher, com as crianças, com o idoso, enfim queridos amigos... Que se tenha respeito com o próximo, seja quem for!

Denunciem a violência...!!!

Violência contra mulher!

Dê um basta."

(Palmas)

É dessa forma, srs. deputados e sras. deputadas, para que nós, mulheres, não recebêssemos flores só no dia 8 de março comemorando o Dia Internacional da Mulher, no nosso aniversário, no Dia das Mães, quando somos enaltecidas, mas que recebêssemos flores de carinho, não de perdão, porque algum agressor, depois de arrependido, nos mandasse flores.

Por isso, sras. deputadas e srs. deputados, faço aqui um apelo todo especial: diante de todos esses fatos, considero necessária a aprovação de um orçamento voltado à mulher, porque a mulher, senhoras e senhores, é a geração da vida. É a mulher que cuida da criança, é a mulher que luta pelas causas sociais, porque não há direitos humanos, se não houver respeito à mulher.

Com o apoio do nosso mandato, com o apoio do mandato da deputada Ada De Luca, com o apoio do mandato da deputada Odete de Jesus, com o apoio da bancada do Partido dos Trabalhadores, fizemos cinco emendas ao Orçamento. São elas:

(Passa a ler.)

-. Criação de centros de referência e casas-abrigo para o atendimento integral das mulheres e de seus dependentes." Foi aprovada por esta Casa na legislação anterior uma lei de autoria do então deputado Wilson Vieira e do nosso mandato e que até o momento não foi implantada.

-. Criação, implementação e monitoramento de banco de dados para a coordenação estadual da mulher," deputada Ada De Luca. Foi uma conquista das mulheres e existe uma coordenadoria. Essa coordenadoria foi assinada pelo governador do estado no ano passado, no dia 8 de março, mas essa coordenadoria precisa ter um orçamento, senão ela não vai conseguir realizar todas as suas finalidades.

(Palmas)

-. Capacitação de agentes públicos em direitos, número, raça, gênero e etnia;

- Acesso das mulheres ao mercado de trabalho na área urbana e também na área rural, através da economia solidária;

- Garantia de políticas públicas e de atenção à saúde da mulher."

Senhoras e senhores, não estamos pedindo nada além do que merecemos, porque queremos dar garantia de segurança às nossas crianças, aos homens e às mulheres do estado de Santa Catarina, que infelizmente não estão tendo isso neste momento.

Eu peço que o relator do Orçamento e o relator também do PPA possam, como foi manifestado através do microfone de aparte, sr. presidente, ter vontade política e também o voto para que essas emendas sejam aprovadas, e que o governo do estado implemente já no ano que vem. É isso que nós queremos.

Nesses 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres é que desempenha um papel fundamental na luta pela erradicação da violência contra as mulheres de todo o mundo. Essa campanha é internacional, senhoras, realizada em 135 países, onde o objetivo é desenvolver ações pelo fim da violência contra as mulheres. Este ano o slogan é "Exija os seus direitos - Está na Lei Maria da Penha."

Por isso, deputadas Ada De Luca e Odete de Jesus, nós temos que reivindicar do governador do estado delegacias e casas-abrigo. Nós temos que reivindicar do Judiciário, que possa haver, também, o juizado especial para atendimento dessas mulheres, porque não é fácil o que as nossas mulheres, o que as nossas crianças estão passando no estado de Santa Catarina.

Era neste sentido que queria manifestar-me, sr. presidente, e peço apoio de todas as senhoras parlamentares e senhores parlamentares, para darmos um basta à violência contra as mulheres no estado de Santa Catarina.

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

Com a palavra a sra. Deputada Ada De Luca por até 16 minutos.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - (Passa a ler.)

"Sr. presidente, colegas deputados, público que nos prestigia, TVAL e Rádio Alesc Digital.

Neste último domingo celebramos o Dia de Santa Catarina, a padroeira de nosso estado, uma data significativa, que nos leva a refletir sobre as conquistas que temos experimentado na administração pública durante esses quase cinco anos de governo Luiz Henrique.

Foi um período de transformação do estado, de implantação de um novo padrão de gestão no serviço público, com a descentralização administrativa e a desconcentração do governo. Novos tempos em que muitos catarinenses que não tinham nem a oportunidade de sair e retornar de seus municípios por estradas asfaltadas puderam testemunhar importantes obras a serem implementadas. Tempos de investimento também na saúde e na educação, no saneamento e na segurança pública, para citar somente algumas áreas.

Mas, eu destaco, também foi um tempo de investir na mulher, com a criação da Coordenadoria Estadual da Mulher, que tem assento no colegiado de governo para traçar políticas de valorização destas que são mais da metade dos habitantes do estado.

E se no Executivo um bom exemplo deve ser citado, também não devemos esquecer do Poder Judiciário, onde estão ativas três varas especiais para a defesa dos interesses femininos.

E aqui na Assembléia Legislativa, na qual esta deputada chegou este ano como a primeira mulher parlamentar eleita pelo PMDB, também chegamos ganhando espaço e vez.

E é por isso que hoje venho reforçar o convite para um importante evento, que acontecerá sábado, dia 01 de dezembro, a partir das 13h, lá no centro de eventos de São José, que fica na avenida beira-mar daquele município, ali bem perto do bairro Kobrasol.

Lá vai ser realizada a grande Jornada Maria da Penha, um encontro promovido pela comissão de Direitos e Garantias Fundamentais desta Casa, que tenho a honra de presidir, e visa difundir e valorizar a Lei n. 11.340, a Lei Maria da Penha, que prevê a segurança da mulher contra agressões, especialmente no plano doméstico.

Nós estamos esperando um grande público, com delegações das mais diversas regiões do nosso estado. Já temos vários municípios confirmados para esse momento histórico que vai viver o nosso estado. Temos certeza do sucesso do evento, haja vista a confirmação de mais de mil participantes.

Mas o principal, neste encontro, será a presença da própria Maria da Penha, uma mulher de fibra, uma guerreira que deu nome à lei e que falará da sua experiência e da sua luta para superar as agressões sofridas durante anos e anos" - como vimos muito bem agora no filme que passou, começa sempre assim -, "até que conseguiu denunciar e fazer preso seu algoz, o ex-marido que a deixou paraplégica após duas tentativas de homicídio, um traste da sociedade que Maria da Penha levou 20 anos, mas colocou na cadeia.

Então, será uma oportunidade para um amplo debate sobre os direitos da mulher, sobre a necessidade de não se acovardar diante de ameaças e agressões, de as mulheres se organizarem e batalharem por seus espaços e de criarem coragem nas suas reivindicações, como temos um exemplo aqui hoje. Nenhum de nós está livre de, no amanhã, encontrar um desses crápulas no seio da nossa sociedade.

Sr. presidente, prezados colegas, quero ainda aproveitar a oportunidade para destacar, neste horário do nosso PMDB, uma importante alteração no quadro de nossa bancada e da representação política regional neste Parlamento. Quero registrar a chegada, em breve, do deputado Edison Andrino, que está retornando a esta Casa para ocupar o espaço que em nossa bancada muito honrou o ex-deputado João Henrique Blasi, agora desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

De qualquer modo, é importante saber que o PMDB vai contar com um deputado de larga experiência política, que conheço de longa data e que vi atuar com muito vigor em defesa do nosso partido na Câmara dos Deputados, em Brasília.

Há pouco, ainda participamos, apoiando diferentes chapas, do processo que definiu o novo diretório municipal de Florianópolis. Foi uma disputa muito bonita e democrática, que fez jus às tradições da nossa sigla.

Quero dizer que respeito muito o deputado Edison Andrino, que volta 22 anos depois de uma campanha memorável, para a qual eu vim de Brasília, juntamente com meu marido, Walmor De Luca, participar da campanha.

Não foi uma campanha fácil, mas, em 1985, Edison Andrino foi o primeiro prefeito da capital escolhido pelo voto da população, num pleito em que o velho PMDB se mobilizou, com forças de todo o estado, para dar uma resposta nas urnas à ditadura militar e aos seus filhotes de plantão.

Eu lembro, como se fosse hoje, da vitória de Edison Andrino e de muitos feitos de sua administração. Ele criou os pólos do vestuário e da informática, as fundações de esporte e de cultura, a sempre atuante Franklin Cascaes.

Também foi em sua gestão a implantação da passarela Nego Quirido, local do nosso carnaval e de tantos eventos, e a valorização de um espaço urbano consagrado, com o fechamento para o trânsito de veículos do vão central do Mercado Público. Isso sem contar com a valorização do turismo como atividade permanente das quatro estações do ano, para gerar emprego, renda e para que Florianópolis não seja apenas uma linda ilha de sol e mar, mas a Ilha da Magia que ele consagrou nacionalmente.

Por tudo isso e muito mais, tenho certeza de que sua volta a este Parlamento irá valorizar o nosso trabalho e, especialmente, o meu partido.

E mais uma vez, quero lembrar aos telespectadores da TVAL, aos ouvintes da Rádio Alesc Digital e à imprensa que nos acompanha a importância da vinda de Maria da Penha, pela primeira vez, ao estado de Santa Catarina, no dia 1º de dezembro, às 13h, no Centro Multiuso de São José."

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Concedo um espaço de até nove minutos ao líder do PP, deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham e participam desta sessão, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, inicialmente, deputado Kennedy Nunes, quero registrar, deputado Pedro Uczai - e essa é interessante - uma notícia publicada no jornal *Correio do Norte*, do dia 9 de novembro, de Porto União.

(Passa a ler.)

"Inauguração frustrada

Durante a cerimônia de inauguração da quadra coberta da E.E.B. Rodolfo Zipperer, choveu como nunca. Resultado: o teto balançou como papel e a chuva entrou à vontade provocando um alagamento na quadra. Sem contar as goteiras que insistiam em se multiplicar. Tanto Leonel Pavan (PSDB)(E) quanto o secretário de Educação Paulo Bauer (D) ficaram visivelmente constrangidos." [sic]

Deputada Odete de Jesus, ou recomendamos que o governo compre um guarda-chuva para levar nas suas inaugurações de escolas, mas para levá-lo dentro da escola, debaixo do telhado, ou contrate o Ronaldo Coutinho. Quem sabe, deputado Kennedy Nunes, numa dessas Regionais pode haver algum espaçozinho vago, onde não acertaram a briga de cargos ainda; talvez haja uma vaga para o governo contratar o Ronaldo Coutinho para fazer uma previsão do tempo antes da inauguração. Porque lá no norte, na hora da inauguração, choveu dentro da quadra, deputada Odete de Jesus, e por pouco não tiveram que usar guarda-chuva quando estavam inaugurando a obra. Isso não é coisa de um governo sério!

Deputado Pedro Uczai, não dá nem para avançar no comentário. São cerca de 40 escolas interditadas há três ou quatro anos, e as que eles inauguram, chove dentro. Quase tiveram que fazer o governador e o secretário usar guarda-chuva dentro da quadra, na inauguração. Isso não é coisa de um governo sério!

E não é a língua comprida da Oposição que está falando, não! É um jornal de circulação regional chamado *Correio do Norte*. Portanto, não é fútrica da Oposição.

Mas, se fosse só a chuvinha estragando a festa da inauguração, poderíamos dizer: "Mas isso é uma falha que acontece". Agora, quando se lê uma manchete de um jornal inteiro deste tamanho:

(Passa a ler.)

"Caso DPM" - DPM é aquela tal produtora famosa, deputada Odete de Jesus, que o governador Luiz Henrique bem conhece, aquela da Denise.

"Produtora preferida de LHS usa empresas fantasmas

Paga com dinheiro do governo, DPM fez serviços particulares para Luiz Henrique"

E aí eu vou ler só a chamada de capa:

"Inconfidências pessoais, negócios triangulados para garantir uma aparente legalidade e o questionável uso de recursos do Estado, inclusive aeronaves, para produção de material publicitário usado em campanha eleitoral estão vindo à tona graças a uma ação trabalhista e uma denúncia formalizada no MP por um ex-funcionário da Produtora DPM Cine Vídeo, empresa pertencente à jornalista Denise Maria Broch. O jornalista Adriano Borges de Oliveira relata que a empresa era a preferida do governador, constantemente contratada pelas agências que detinham as verbas publicitárias." [sic]

Deputada Odete de Jesus, a matéria é de duas páginas, é a página central, e diz o seguinte:

(Continua lendo.)

"Ex-funcionário acusa:

Jatinho e helicóptero do governo foram usados na produção de material para as eleições de 2006" [sic]

Deputada Odete de Jesus, um jornal inteiro fazendo uma acusação gravíssima, e um silêncio sepulcral do governo durante todo esse período.

Deputado Pedro Uczai, a leitura é assustadora! Uma notícia desse tamanho é digna dos mais corruptos e comprometidos governos do mundo, deputada Odete de Jesus! Campanha para reeleição de Luiz Henrique da Silveira paga pela DPM. O governo cedeu não só as verbas, mas estrutura para a DPM. Avíões usados para promoção da filha cantora do governador! Dinheiro do governo, helicópteros, avíões. Tudo isso denunciado com detalhes, deputados Jandir Bellini, Silvio Dreveck e Jailson Lima. O que se faz agora? É evidente, deputada Odete de Jesus, que se o governo fosse sério, ele se afastaria por vontade própria até terminar a investigação. Diria: "Eu não tenho mais condições morais de continuar no governo, enquanto não esclarecer isso". Mas quem é que não sabe neste estado das relações do governador Luiz Henrique da Silveira com essa tal DPM há muito tempo, desde os tempos de Joinville, deputado Kennedy Nunes?! Essa história v.ex.a., o deputado Darci de Matos e tantos outros devem conhecer com profundidade!

O que seria o ideal? Qual seria o primeiro passo, deputado Pedro Uczai e deputada Odete de Jesus? Propor a abertura de uma CPI! Evidente! Mas, nós sabemos qual é o destino, qual o desfecho de CPI aqui nesta Casa, deputado Pedro Baldissera. O que aconteceu com a CPI do Balé Bolshoi? Quando o governador sentiu que a CPI do Bolshoi pegaria nele, mandou sepultá-la. Depois veio a CPI do Aldo Hey Neto, que de novo ia pegar no coração do governador. Afinal de contas, foi ele, Luiz Henrique da Silveira, que importou esse tal Aldo Hey Neto de Curitiba para cuidar dos seus negócios. Tanto que encontraram R\$ 2 milhões na casa desse sujeito, e até hoje ninguém disse de onde veio e para onde iria aquele dinheiro. Depois veio a CPI da Casan e de novo o governo se encarregou de matá-la em pleno funcionamento.

Então, acho que propor CPI da Denise, da DPM, não é o melhor caminho, porque, como outras, deputado Kennedy Nunes, ela pode acabar virando até moeda de troca.

Agora, que precisamos ir, imediatamente, ao Tribunal Superior Eleitoral, onde está sendo julgado o processo de cassação de Luiz Henrique da Silveira por uso da máquina, somente anexar essa denúncia gravíssima aquele processo e, urgentemente, pedir providências ao Ministério Público Estadual, porque num estado sério isso aqui não...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSEIRA - Quero registrar a presença do prefeito de Princesa, sr. Edgar Eloi Lamberty, que veio acompanhado de um vereador e do seu motorista. Desejamos-lhes as boas-vindas, já que vieram lá do extremo oeste de Santa Catarina!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratas.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, eminente deputado Antônio Aguiar, desejo saudar efusivamente os srs. deputados, as sras. deputadas, os telespectadores que nos acompanham assiduamente através da TVAL, os ouvintes da Rádio AleSC Digital, as senhoras e os senhores.

Não poderia deixar de utilizar este espaço para falar de duas notícias importantes e fundamentais para Joinville. A primeira, sr. presidente, é que o prefeito de Joinville, dr. Marco Antônio Tebaldi, na semana passada, pagou R\$ 3.5 milhões dos Cofres Públicos do município para a compra de um terreno para a instalação do *campus* da Universidade Federal em Joinville. Essa é a parte que cabe ao município. O restante será pago pelo governo do estado. E numa parceria município, governo do estado e governo federal, deputado Pedro Uczai, vamos ter um braço da Universidade Federal, deputado Kennedy Nunes, que vai atender, em todos os aspectos, a Joinville, ao norte de Santa Catarina e ao Vale do Itapocu.

A outra informação importante para o município e para Santa Catarina foi dada, ontem, na reunião oficial da Associação Comercial e Industrial do Município de Joinville. O prefeito Tebaldi anunciou, sr. presidente, na reunião do Conselho da Associação Empresarial de Joinville, investimentos, até o ano de 2012, da ordem de R\$ 825.752 milhões.

Deputado Kennedy Nunes, no ano que vem, serão investidos no município de Joinville R\$ 328 milhões - isso é fato e contra fato não há argumentos -, que serão injetados na economia do município e em obras fundamentais para que possamos manter a excepcional qualidade de vida dos municípios da maior cidade de Santa Catarina, que é Joinville. Uma cidade que foi administrada por três vezes, deputado Manoel Mota, pelo grande governador Luiz Henrique da Silveira, e agora vem sendo administrada por cinco anos pelo prefeito Marco Antônio Tebaldi, em parceria com o PMDB, o PSDB e o Democratas.

Desses valores, 39% serão recursos do município; 9,6% do estado; 5,46% da União, e o restante serão oriundos de financiamentos internacionais. Serão 188 projetos nas áreas: social, de infra-estrutura e institucional.

Nós temos plena convicção de que, com esses investimentos, haveremos de fazer com que Joinville possa continuar mantendo o seu desenvolvimento sustentável, equilibrado e planejado.

Só na área do saneamento serão investidos em água e saneamento, com recursos que virão das PPPs, do PAC, deputado Pedro Baldissera - e tenho de elogiar esse projeto do governo federal -, de recursos próprios, do BID e do Pró-Saneamento, R\$ 250 milhões até o ano de 2012. Nós vamos passar de uma cobertura de 14%, até 2012, para 52%.

Isso é relevante, sr. presidente, porque enquanto nós lemos na revista *Veja* uma notícia vergonhosa para o nosso país - e aí faço também mea-culpa porque todos os partidos já dirigiram este país, inclusive o meu esteve no governo - no que diz respeito ao saneamento, percebemos que não fizemos o que deveria ter sido feito. Então, temos que fazer mea-culpa.

O saneamento básico é um problema que já deveria ter sido resolvido no século passado, mas afetará o Brasil no próximo século se for mantido o ritmo atual, que é um ritmo lento, de tartaruga. A universalização do acesso só acontecerá no ano de 2222.

Deputado Antônio Aguiar, isso nos entristece, isso nos deixa preocupados, porque saneamento é saúde, saneamento é desenvolvimento, saneamento é cidadania, saneamento é um direito do povo brasileiro. A revelação está sendo feita pela Fundação Getúlio Vargas e somente 47% dos brasileiros têm acesso ao saneamento básico.

Portanto, quando nós lemos uma notícia dessa natureza, numa revista de circulação nacional - e nós verificamos que Joinville está investindo pesado em saneamento básico -, nós temos que elogiar a atitude do prefeito municipal.

No que tange às colocações do deputado Joares Ponticelli, é natural que a Oposição se utilize das notícias para fazer ataques a quem está no poder. Mas nós temos plena convicção de que essas acusações serão devidamente apuradas pelo Judiciário e a verdade certamente virá à tona. E eu acredito na lisura, na

honestidade, no trabalho competente do governador Luiz Henrique da Silveira, eleito e reeleito governador de Santa Catarina por duas vezes. É um grande governador e está fazendo uma gestão de descentralização que vai marcar história no nosso estado.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. deputado Antônio Aguiar, quero somente anunciar a presença, nesta Casa, do prefeito do município de Imbuia Néri Fermino, acompanhado do vice-prefeito João Schwambach, do secretário da Agricultura, e do vereador do município de Camboriú Silvano Garcia, que estão aqui conosco.

Sejam bem-vindos prefeito, vice-prefeito e vereador.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Da mesma forma, quero cumprimentar o vereador Silvano Garcia, que também é da Igreja Assembléia de Deus, e o pastor Júnior, que faz companhia ao prefeito.

Sejam bem-vindos a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, líder do PMDB, por 7min50seg.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, está chegando o final do primeiro ano de exercício do governo de Santa Catarina.

Eu não vi em nenhum momento o deputado Joares Ponticelli vir aqui nesta tribuna para apresentar alguma coisa positiva para Santa Catarina; eu não vi em nenhum momento ele apresentar alguma coisa que se pudesse construir para o estado de Santa Catarina.

Se, por exemplo, uma escola que não pôde ser inaugurada por causa de uma tormenta, por causa de um vendaval, ele vem aqui dizer alguma coisa para denegrir, que não ajuda, que não contribui.

Ele, que foi governo, sabe disso: as licitações foram feitas para oito agências, mas ele veio aqui com o funcionário de uma empresa para tentar envolver o governo do estado de Santa Catarina. Isso comprova o seu despreparo, comprova que ele não está aqui para construir, que é mandado só para destruir, para criticar o governo do estado de Santa Catarina.

Então, nós precisamos ter algum critério, precisamos ter alguma responsabilidade, porque a sociedade catarinense elege o parlamentar para buscar resultados e para ajudar a construir Santa Catarina.

Os deputados de Oposição, em alguns momentos, ajudam, contribuem, apresentam projetos, mas nem isso faz o eminente deputado. Porque pegar um funcionário, um jornalista de uma empresa que trabalha para o governo para envolvê-lo em alguma coisa ilícita é querer atirar com pólvora seca para fazer barulho, para chamar a atenção. Isso é próprio de quem não tem projeto, está vazio, não tem conteúdo nenhum para apresentar à sociedade catarinense!

É lamentável ouvirmos a todo instante essas críticas infundadas.

Ele veio aqui, e veio mais de uma vez, ele veio uma, duas, três, quatro vezes, fazer um discurso inflamado sobre a questão do art. 170, deputado Rogério Mendonça. Eu disse, na última reunião, que terça-feira eu traria a documentação do art. 170. Mas o eminente deputado veio à tribuna depois contrariar e dizer que eu estava faltando com a verdade e que era só a minha imaginação.

Então, eu queria aqui falar para o eminente deputado Joares Ponticelli que eu não preciso vir aqui inventar, criar aquilo que não existe. Eu não preciso, como v.exa., usar um funcionário de uma empresa para tentar envolver o governo. Eu vim aqui para defender de forma correta o governo.

Com relação àquilo que v.exa. disse que não era verdadeiro, que as parcelas eram de minha imaginação, eu vou ler aqui rapidamente sobre o sistema das universidades particulares:

(Passa a ler.)

*Xaxim recebeu a quinta parcela; Cesusc de Florianópolis recebeu a quinta parcela;

Cnec de Joinville recebeu a quinta parcela; Energia de Florianópolis recebeu a quinta parcela;

Faem de Chapecó recebeu a quinta parcela;

Fai de Itapiranga recebeu a quinta parcela;

Fucap de Capivari de Baixo recebeu a quinta parcela(...)"

E agora vou entrar no sistema Acafe:

(Continua lendo.)

*Fucri/Unesc recebeu a quinta parcela; UnC de Caçador recebeu a quinta parcela;

Univali recebeu a quinta parcela;

Unochapecó recebeu a quinta parcela;"(...)

E agora quero dizer que não receberam a quinta parcela aquelas universidades que ainda não prestaram conta.

Então, o eminente deputado tinha que vir aqui no plenário e pedir desculpas ao governo do estado de Santa Catarina.

E eu vou pegar uma cópia, v.exa. não precisa nem pedir, para mostrar que eu não preciso vir aqui inventar nada. Eu venho aqui com conteúdo, eu venho aqui trazendo a verdade de um governo sério, de um governo realizador, de um governo que tem compromisso com Santa Catarina.

Eu estou com o jornal aqui e tenho até vergonha de mostrá-lo. Neste jornal há uma coluna falando do seu líder. Mas eu nem vou falar, nego-me até a comentar a respeito, porque eu não preciso vir aqui inventar, trazer inverdades. Eu venho aqui trazer coisas corretas, coisas sérias, coisas responsáveis, de um governo que está comprometido com a sociedade catarinense e não com coisinha de servidor de uma empresa que não tem nada a ver com o governo de Santa Catarina.

Eu gostaria que o deputado viesse aqui pedir desculpas ao secretário da Educação Paulo Bauer e ao governo do estado, dizendo que estava equivocando, que o governo do estado é que está correto porque vai pagar a sexta, a sétima parcela, ficando apenas uma parcela para pagar do programa de bolsas do art. 170.

Quando eu vim para a tribuna preguei isso porque tinha convicção de que o nosso governo sabe planejar, sabe o que quer, sabe o que faz e onde vai chegar, pois cumpre com os seus compromissos.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Deputado Manoel Mota, fazendo referência às críticas do deputado Joares Ponticelli, é importante dizer também que esse jornal tem praticamente só procurado denegrir a imagem do nosso governador.

O governador Luiz Henrique da Silveira tem feito um dos melhores governos de toda a história de Santa Catarina e essa pessoa que fez a acusação tem procurado freqüentemente emprego no governo do estado e não consegue. Em função disso, saiu jogando mentiras contra o governador que nós conhecemos e que é uma pessoa séria.

Portanto, deputado Manoel Mota, são novamente críticas sem fundamento, e com certeza haveremos de provar o que realmente aconteceu em relação a essa pessoa e a esse jornal.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Por isso foram derrotados e não conseguiram construir nada.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, apenas para esclarecer. A deputada Ada De Luca não havia usado o horário do PMDB?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - A deputada Ada De Luca só usou a metade do horário porque foi trocado com o horário do PDT.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, v.exa. sabe que não há absolutamente nenhum amparo regimental para isso nem para trocar horário. Vamos ser honestos, pois está virando uma bagunça esse negócio de trocar horário. Agora, dividir o horário! V.Exa. deu um tempo para a deputada Ada De Luca, chamou um outro partido, que foi o nosso, e depois o PMDB volta para o segundo tempo!

Sr. presidente, não há absolutamente lógica no que está acontecendo aqui!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - V.Exa. não estava no plenário e foi dividido o tempo.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Estava, sim!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Foi dividido o tempo do PMDB, o espaço do tempo do PMDB é de 16 minutos, o horário regimental foi cumprido durante 16 minutos, para o PMDB, e 50 segundos, inclusive, deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, v.exa. me interrompeu. Eu gostaria de concluir o meu raciocínio. Se v.exa. me apontar onde está no Regimento Interno que pode dividir o espaço, eu vou pedir desculpas, mas com toda certeza esse dispositivo não existe e eu estou aqui para guardar, para ser um guardião do Regimento Interno, sr. presidente. Foi um equívoco o que foi feito e esta Mesa tem que reconhecer isso.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Gelson Merísio.

O Sr. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Sr. presidente, atendendo apenas a solicitação do gabinete do secretário Jean Kuhlmann, que retorna à Assembléia no início de dezembro, quero registrar a presença, nesta Casa, do grupo de idosos Linda Idade, da cidade de Witmarsum, e também ratificar o já feito pelo deputado Pedro Baldissera, registrando também a presença do nosso prefeito de Princesa, de vereadores e demais acompanhantes daquele município.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Eu também só quero anunciar a presença, no plenário, do nosso vereador de Monte Castelo, o Paulinho, também chamado de Paulinho da Avenida, que está aqui a serviço daquele município.

Seja bem-vindo, Paulinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, servidoras e servidores deste Poder Legislativo e demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, especialmente o nosso conterrâneo Néri Fermino, prefeito municipal de Imbuia, acompanhado do vice-prefeito João Schwambach e do secretário da Agricultura.

Antes de iniciar o meu pronunciamento, quero informar ao deputado Joares Ponticelli que eu aceitei a troca de horário de partido porque a deputada Ada De Luca queria falar na presença das várias mulheres que estavam presentes neste plenário. A minha participação foi tão-somente aceitar a possibilidade da troca para que ela falasse naquele horário, de forma que as outras questões também foram feitas dentro de um acordo, mas sem a minha iniciativa.

Sr. presidente e srs. deputados, quero registrar que houve formatura, como falei na semana passada, na última quinta-feira, da primeira turma de sargento do novo plano de carreira. Foram 84 sargentos da Polícia Militar e 50 do Corpo de Bombeiros. Dezenas de praças e oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros foram promovidos naquele dia, numa cerimônia bonita no centro de ensino da Polícia Militar, no bairro Trindade, nesta capital.

Estão de parabéns os 135 formandos promovidos nessa data, como também todos os familiares e organizadores, porque foi uma formatura militar, uma cerimônia militar e para um miliciano como eu, para um sargento de milícia isso é sempre motivo de alegria, de emoção e de muito orgulho. Pena que nenhum praça da primeira turma de sargentos do novo plano de carreira pôde falar nessa cerimônia militar de formatura. O plano de carreira, como os srs. deputados aqui sabem, foi arrancado das entranhas do monstro por conta da mobilização e do entendimento por parte das autoridades de que era justo. Não fosse os praças terem saído do fundo da caserna para dizer da necessidade de mudanças nas leis de promoção, as autoridades sequer teriam ficado sabendo, porque isso não viria dos setores de cúpula.

Falaram naquela formatura os comandantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, através das notas lidas ao microfone, o secretário da Segurança Ronaldo Benedet, nosso colega, e o sr. governador Luiz Henrique da Silveira. Mas nenhum praça falou. Logo, tivemos um monólogo naquela formatura. Será que alguém pensa que eu, na condição de paraninfo, se fosse falar, iria estragar a festa, iria criticar o governador, iria ser grosseiro com alguém? Será que alguém pensaria que eu iria desrespeitar a nossa instituição, todos aqueles companheiros praças formados, os familiares que estavam lá presentes, militares ou não? Será que alguém pensaria que um praça não teria condições de ser diplomático e falar das coisas importantes para aquele momento, que era a formatura? Ou eu tenho que renunciar a minha condição de praça e mesmo a minha condição de militar da qual me orgulho, sim, para ser aceito como deputado, dentro da minha própria instituição? São perguntas que eu gostaria de um dia ter a resposta.

Quero dizer, por fim, que aceitamos o desafio do governador. Ainda antes da metade do mês os praças vão se mobilizar como categoria sem mais nenhuma mistura nessa manifestação e vamos aguardar a resposta do governo.

Estamos esperando para negociar, estamos esperando para ser ouvidos e para ouvir o governo do estado.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o líder do PSDB, sr. deputado Marcos Vieira, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, eu estava em meu gabinete e assistia ao discurso da eminente deputada Ana Paula Lima acerca do dia da não-violência contra a mulher. Foi brilhante!

Parabéns, deputada, por ter trazido a esta Casa dezenas de mulheres que vêm cobrar também do Parlamento a sua colaboração. E foi exatamente no dia 25 de novembro comemorado o Dia Internacional da Não-Violência Contra a Mulher. Esse dia é extremamente importante para refletirmos sobre a situação da mulher brasileira, e ainda precisamos fazer muito para que os seus direitos sejam respeitados.

A sociedade tem dado a sua contribuição, e um passo importante em relação à não-violência contra a mulher foi a aprovação da Lei Maria da Penha, que contribuiu para aumentar o número de denúncias. Com a referida lei, a mulher sente-se mais segura para procurar ajuda, pois sabe que as chances de o agressor ficar impune são menores. Mas e depois? Como fica a situação das mulheres que também dependem financeiramente de seus agressores?

Em razão dessa situação, apresentei nesta Casa um projeto de lei que autoriza regime especial de atendimento às mulheres vítimas de violência conjugal para fins de emprego e renda. E v.e.a. relatou favoravelmente o presente projeto na comissão de Direitos Fundamentais. Quero dizer que o projeto de lei que apresentei e que foi aprovado por unanimidade pelos srs. deputados e sras. deputadas já é lei. O sr. governador do estado sancionou a referida lei e já está indo para a publicação no Diário Oficial. Trata-se de uma nova lei de amparo às mulheres que têm seus direitos desrespeitados e que precisam retomar suas vidas.

Sabemos quanto esses projetos são importantes, pois todos os dias nos deparamos com fatos estupeficientes, que já não deveriam mais acontecer neste país. E este Parlamento não pode ficar omissivo quanto aos últimos acontecimentos ocorridos no estado do Pará, no norte do país, fatos que aconteceram e que trouxeram a atenção de toda a imprensa internacional, que foi o caso de uma adolescente que foi mantida numa cela com cerca de 30 homens, 30 outros presos. Não recebia alimento e veja, deputado Kennedy Nunes, a única forma dessa jovem do estado do Pará alimentar-se, de ter algum prato de comida na mão, era se entregar sexualmente aos presos ali colocados junto dela.

Que violência! Num país como o Brasil, isso ainda acontece? Retornarmos, retroajirmos a séculos onde a mulher era submissa, não devemos mais admitir.

Uma vergonha nacional é exposta. A colocação de mulheres em celas com homens, para que sejam exploradas e brutalizadas sexualmente? Não podemos admitir! Este Parlamento também tem que reagir, como reagiu a imprensa internacional e como também reagiram os órgãos de direitos humanos, que continuam suspeitando que a prática fosse comum no estado do Pará.

A própria adolescente contou que tivera seus cabelos cortados, deixando-os mais curtos para reduzir o risco de que fosse descoberta na delegacia, ou seja, estando com cabelo curto se pareceria com um homem, com um sentenciado.

Outra brutalidade: as autoridades paraenses tiveram o descabimento de afirmar para o mundo que a garota, brutalmente agredida, sofria de debilidade mental. Que causa-efeito tem uma coisa com a outra? E depois de insinuarem o retardamento da garota, admitiram, então, que o sistema carcerário do estado do Pará é caótico, é precário, é ineficiente. O próprio presidente nacional da OAB, César Britto, considerou absurdo o que aconteceu no Pará.

Por isso, precisa a sociedade brasileira investigar se esse realmente é um caso isolado. Precisamos saber se casos como esse se repetem Brasil afora. Não é possível que esse tipo de violência aconteça com a cumplicidade das autoridades de um estado tão importante quanto o do Pará. Mas, sobretudo, também é importante e cada vez mais se faz necessário que o governo federal invista no sistema de segurança do Brasil. Santa Catarina também não foge à regra, assim como o Rio Grande do Sul e o Paraná. Enfim, estamos vendo todos os dias, no Rio de Janeiro, a polícia no combate à criminalidade.

Permito-me dizer mais: ao invés de as nossas autoridades federais aparecerem na televisão defendendo um ditador como o presidente Chávez, da Venezuela, e o outro presidente que também quer se tornar ditador, o Evo Morales, da Bolívia, deveriam, sim, além de colocar mais dinheiro no sistema de segurança pública, sair de Brasília, a bordo de um avião da Presidência da República, para ir à casa da garota pedir desculpas pelos atos praticados pelos sentenciados, porque cabe ao poder público estadual e ao poder público federal manter a integridade física de todo sentenciado. Principalmente de uma criança, de uma jovem de 15 anos, que foi brutalmente atentada numa cela com outros sentenciados.

Vamos, senhores, também reagir à indignação mundial com o que aconteceu no Pará.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias, e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projetos de Lei n.s 0261/2007; 0320/2006; 0366/2007; 0384/2007; 0458/2007; 0484/2007; 0506/2007; 0533/2007 e 0556/2007.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0041/2007, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que autoriza o Poder Executivo a implementar ações de controle de qualidade para o uso adequado das radiações ionizantes no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0162/2007, de autoria da deputada Odete de Jesus, que acrescenta dispositivos à Lei n. 11.189, de 1999, e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0176/2007, de autoria do deputado Narcizo Parisotto, que proíbe a cobrança prévia de taxa para cadastramento de *curriculum vitae* em agências de emprego, inclusive as virtuais, no âmbito do estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos, Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher, e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0359/2007, de autoria do deputado Narcizo Parisotto, que dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação de documentos de identidade no pagamento das despesas com cartões de crédito e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos, Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher, e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação na forma da emenda substitutiva global.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0393/2007, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que declara de utilidade pública a União dos Grupos da Terceira Idade do município de Biguaçu.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos, Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0150/2007, de autoria do deputado José Natal, que assegura aos portadores de deficiência visual o direito de receber os boletos de pagamento das contas de água, energia elétrica e telefônica confeccionada em braile.

Conta com parecer favorável das comissões de Finanças e Tributação, de Direitos, Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0378/2007, de autoria do deputado Marcos Vieira, que institui o Dia Estadual de Divulgação, Prevenção e Combate à Fibrose Cística.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação na forma da emenda substitutiva global.

Os srs. deputados aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0478/2007, de autoria da deputada Odete de Jesus, que acrescenta § 1º e § 2º ao art. 1º, da Lei n. 13.070, de 2004, que dispõe sobre a obrigatoriedade de criarem-se nas instituições bancárias caixas eletrônicos, portas especiais e rampas de acesso apropriadas ao uso de pessoas portadoras de deficiência física e visual no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos, Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0485/2007, de autoria da deputada Odete de Jesus, que acrescenta inciso V ao art. 1º, da Lei n. 12.200, de 2002, que dispõe sobre incentivos à geração de energia elétrica alternativa e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Consulta os srs. líderes se podemos votar, para adiantar a Ordem do Dia, as matérias extrapauta, as quais a Presidência vai ler, uma a uma, com toda a calma.

(As lideranças aquiescem.)

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0510/2007, de autoria do deputado João Henrique Blasi, que declara de utilidade pública a Associação de Surf Praia do Luz em Ibiraquera, no município de Imbituba.

Havendo a concordância dos srs. líderes, assim procederemos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0438/2007, de autoria do deputado Elizeu Mattos, que estabelece que as instituições financeiras, no âmbito do estado de Santa Catarina, deverão dispor de atendimento especializado aos portadores de deficiência auditiva.

Como houve a concordância dos srs. líderes, em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0539/2007, de autoria do deputado Marcos Vieira, que concede o título de Cidadão Catarinense ao sr. Alaor Francisco Tissot.

Como houve a concordância dos srs. líderes, em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0340/2007, de origem governamental, que acrescenta incisos aos arts. 3º e 4º do Projeto de Lei n. 0340/2007, que dispõe sobre o Fundo de Materiais, Publicações e Impresses Oficiais e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda aditiva de fls. 8 e 9.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Consulta os srs. líderes se podemos votar.

Há entendimento dos srs. líderes pela votação?

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a sr. deputada Odete de Jesus.

Estamos primeiro consultando os líderes para saber se podemos deliberar sobre a matéria.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, eu elaborei essa emenda para tornar o trabalho do Executivo mais transparente. Gostaria de pedir o apoio dos srs. deputados, porque esse é o nosso trabalho, o nosso papel. Além de sermos fiscalizadores, queremos ter o nosso trabalho transparente. É o que todo parlamentar deseja.

Eu soube que o deputado Pedro Uczai, na comissão de Trabalho e Serviço Público também reapresentou a emenda, mas não pôde ser apreciada, ou seja, não foi aprovada pelos srs. parlamentares.

É lamentável! É uma pena!

Na comissão de Constituição e Justiça eu tive o apoio da bancada do Partido Progressista, do Partido dos Trabalhadores, e é claro, o meu voto...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A deputada Odete de Jesus aproveitou para fazer a declaração de voto.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Só para esclarecer o que a deputada Odete de Jesus comentou. Nós apresentamos parecer favorável ao projeto, com a emenda apresentada pela deputada Odete de Jesus, mas na comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público foi rejeitada a emenda que daria publicidade mensal aos relatórios.

Essa é a emenda da deputada Odete de Jesus: mensalmente seria apresentado relatório para dar transparência e publicidade aos atos e às impressões do Fundo de Materiais, Publicações e Impresses.

Só para esclarecer a todo o Plenário sobre o que está em discussão e a exclusão da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Há, então, a concordância dos srs. líderes para deliberar?

(As lideranças aquiescem.)

Há concordância dos srs. líderes para deliberar.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A matéria vai à votação com a emenda aditiva de fls. 8 e 9.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Projeto de Lei n. 0370/2007, de origem governamental, que dispõe sobre a dispensa de ajuizamento de causas pelos Procuradores do Estado e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa às fls. 22.

Consulta os srs. líderes se podemos votar.

(As lideranças aquiescem.)

Havendo a concordância dos srs. líderes, assim procederemos.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Há a concordância do nosso líder para a votação, eu vou me manifestar quanto ao mérito, é isso sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Então, os líderes concordam com a deliberação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Eu quero pedir ao nobre líder da bancada que eu possa manifestar-me não com relação ao mérito geral, porque tenho posição favorável quanto ao mérito geral do projeto, na medida em que diminuí os serviços, a intensidade dos trabalhos do Judiciário, que é o ajuizamento de pequenas causas, porque às vezes o custo processual é maior do que o próprio valor da cobrança. Então, nesse sentido não tenho nenhuma posição contrária.

Agora, há uma emenda neste projeto à qual eu não posso ser favorável, que propõe que o governo do estado dê desconto, isente de multa, isente dos juros os que vão acertar a dívida junto à Fazenda, para não cair em dívida ativa. E vejam, srs. deputados, há isenção da correção monetária!

Então, está decretado aqui que você fica devendo por cinco ou dez anos ao governo do estado, e quando for acertar junto à Fazenda dívidas de até R\$ 50 mil, terá a isenção, o cancelamento dos juros da dívida, de 100% das multas e da correção monetária. Se der, em dez anos, 100% de inflação, estará lá o desconto da correção monetária também.

Eu quero entender - porque tanto se presa a constitucionalidade - onde está a explicação na Lei de Responsabilidade Fiscal para renunciar não só ao juro e à multa, que, em tese, eu seria a favor, mas à correção monetária, que é dar o mesmo valor de dez anos atrás. O que se está propondo aqui é excluir, inclusive, a correção monetária!

Acho que não há seriedade nesse tipo de proposição, quando se quer cobrar dos que estão devendo sem a correção monetária. É o mesmo que dizer aqui, publicamente, que o povo de Santa Catarina, que deve imposto para o estado, não deve pagar, e somente daqui a dez anos irá pagar, porque vai ter isenção de multa, juros e correção monetária. Vou colocar na poupança o imposto que tenho a pagar e daqui a dez anos nem correção monetária precisarei pagar!

É isto que estamos votando aqui e por isso quero pedir a permissão do líder da bancada para me manifestar contrariamente a esse projeto por causa dessa questão central!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado, com os votos contrários dos deputados Silvio Dreveck e Pedro Uczai.

O Sr. Deputado Gelson Merisio - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gelson Merisio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERISIO - Apenas quero deixar claro, sr. presidente, que o deputado Pedro Uczai cometeu um equívoco quando disse que essa questão do abatimento de desconto é fruto de emenda. Ela consta do projeto original. A emenda que foi aprovada visava apenas limitar em até R\$ 50 mil a possibilidade de um entendimento. É preciso que não haja dúvida de que foi uma emenda feita propiciando o desconto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Registrado o esclarecimento de v.e.a., esta matéria já foi votada.

Consultamos os srs. líderes se podemos votar o último projeto extrapauta desta sessão, o Projeto de Lei n. 0362/2007, de procedência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. A matéria tem parecer favorável nas comissões.

(As lideranças aquiescem.)

Havendo a concordância dos srs. líderes, assim procederemos.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0362/2007, de procedência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que dispõe sobre o cumprimento do princípio constitucional da economicidade, a suspensão dos processos de execução fiscal de valor inferior a um salário mínimo, a celebração de convênios com o estado e os municípios e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s.: 0710/2007, de autoria do sr. deputado Onofre Santo Agostini; e 0711/2007, de autoria do sr. deputado Reno Caramori, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do sr. deputado Herneus de Nadal, solicitando que seja submetido à apreciação do Plenário o parecer adotado pela CCJ ao PL n. 0236/2007.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Serafim Venzon, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Lacerdópolis, Massaranduba, São Martinho, Piratuba, Lages e Chapadão do Lageado, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sra. deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao governador do estado de Santa Catarina, cumprimentando-o pela passagem do Dia de Santa Catarina.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Serafim Venzon, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao reitor da Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc -, cumprimentando-o por sua eleição.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sra. deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Conselho Estadual de Direitos da Mulher e à coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher, cumprimentando-os pela passagem do Dia Internacional da Não-Violência Contra as Mulheres.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sra. deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Cepon e à presidente da Rede Feminina de Combate ao Câncer, cumprimentando-os pela passagem do Dia Nacional de Luta contra o Câncer.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, agradecendo o convite para a cerimônia de posse dos juízes de Direito.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Sargento Amauri Soares, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação dos Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina - Aprasc -, cumprimentando-o por sua eleição para o biênio 2008/2009.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Jandir Bellini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ex-presidente da Apae de Itajaí e ao presidente eleito, cumprimentando-o pelos relevantes serviços prestados e parabenizando-o pela vitória no pleito, respectivamente.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Jandir Bellini, que solicita o envio de mensagem ao presidente da Associação Comercial Industrial de Itajaí - Acil -, cumprimentando-o por sua reeleição no comando da entidade.

A deputada Ana Paula Lima requer ao deputado Jandir Bellini que ela seja subscritora também da matéria.

(O autor aquiesce.)

Com a aquiescência do autor, assim se procederá.

A Presidência defere de plano.

Moção de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviada aos presidentes: da República, do Senado, da Câmara dos Deputados, da comissão de Relações Exteriores do Senado e da comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, ao ministro das Relações Exteriores e aos líderes das bancadas no Senado e na Câmara dos Deputados, solicitando o apoio ao ingresso da Venezuela no Mercosul.

Em discussão.

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Eu respeito a posição do deputado Sargento Amauri Soares, mas a minha consciência e, principalmente, como parlamentar, por tudo que estou vendo acontecer na América do Sul, influenciado, hoje já posso dizer, por esse ditador e sanguinário, sendo que muitas pessoas, em bem pouco tempo de governo, já perderam a vida na Venezuela, eu sou extremamente contra! E se esta Casa pensar na questão do Mercosul e, principalmente, na vida das pessoas no futuro, não aprovará esta moção!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão a moção.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, com todo o respeito ao colega deputado Sargento Amauri Soares, eu vou votar contra. Nós não podemos admitir e engolir goela abaixo o que o presidente Chávez está fazendo com o povo venezuelano. É um verdadeiro massacre! É um desrespeito aos direitos humanos. Eu sou contra!

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, na verdade, acho que não vale a pena nem entrar em detalhes em relação a esse indivíduo presidente da Venezuela. Eu, sinceramente, além de não votar, repudio isso aqui! Acho que é o fim da picada a Assembleia Legislativa se prestar a esse tipo de trabalho aqui, congratular-se para que nós possamos trazer para o nosso seio, ao nosso Mercosul, um indivíduo insano, um déspota, um imbecil de marca maior! Essa é a grande verdade! Eu voto radicalmente contra essa moção!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, com todo o respeito aos meus colegas deputados José Natal e Nilson Gonçalves, eu acho que o que nós vamos fazer aqui é um absurdo, ou seja, votar contra esta moção do deputado Sargento Amauri Soares. Senão, sr. presidente, nós também teremos que fechar o acordo com os Estados Unidos, que o Bush está mandando os americanos para morrer na guerra do Iraque; nós teremos que fechar acordo com a Rússia, com a China. Nós estamos falando de economia, sr. presidente! Não deixar a Venezuela entrar no Mercosul é uma grande pequenez, sr. presidente! Senão nós não poderemos mais vender frango para os Emirados Árabes, que também estão acabando com as mulheres lá! É dessa forma que nós queremos fechar acordo com os países? Nós estamos falando em economia!

Sr. presidente, com respeito aos meus colegas, eu voto a favor da moção do Sargento Amauri Soares!

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra sr. presidente.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Com a palavra o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente e srs. deputados, sem paixões de posições extremadas aqui em relação à figura, à personalidade de um presidente, nós vemos o presidente Bush declarar guerra contra o Iraque, e muitas vezes nós não conseguimos aqui ter uma posição crítica àquele que invadiu um país e destruiu uma nação. E não temos nenhum preso político na Venezuela, deputado José Natal! Nenhum jornalista preso na Venezuela!

(Manifestação das galerias)

É mentira! Respeito!

Segundo, no domingo agora, haverá mais um plebiscito, mais um *referendum*, eleições na Venezuela.

Terceiro, eu tenho críticas à postura pessoal do Hugo Chávez, pela maneira que ele trata líderes de estado, como fez agora ao presidente da Colômbia. Não é dessa forma que se trata. Portanto, tenho várias críticas. A moção é para que a Venezuela participe da integração da América do Sul, para que comece a participar do Mercosul. E o Congresso Nacional, mais lúcido, decidiu por maioria que a Venezuela deve participar e tornar-se um parceiro comercial, um parceiro econômico, um parceiro da América Latina. Só faltava apresentar aqui uma moção para fazer a aliança com a Alca, com os Estados Unidos. Quem sabe vão ter votos aqui a favor da Alca, do Bush, mas não com a América Latina, não com a América do Sul!

Portanto, abstraindo essa questão ideológica, de posição pessoal em relação ao presidente, nesse momento, da Venezuela, o que estamos votando aqui é se a Venezuela deve integrar-se econômica e comercialmente com os países do Mercosul. É isto que se está discutindo! Não se está discutindo democracia ou autoritarismo do presidente da Venezuela, que é outra discussão que deveria ser muito rica aqui nesta Casa, nessa perspectiva.

Portanto, voto favorável à participação da Venezuela no Mercosul, porque o Brasil ganhará, a América Latina ganhará e o Mercosul ganhará. E eu pesquisei o Mercosul há 20 anos. Quero toda a América Latina e o Caribe integrados para se contrapor à Europa, ao euro, e à América do Norte do Bush!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra para discutir o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, a questão do Mercosul ficou muito clara quando da sua criação. Eu estava, nesse momento, que foi na época do Dirceu Carneiro, que foi o primeiro passo do Parlamento...

Ficou claro, dentro da sua criação, que para fazer parte do bloco do Mercosul necessitava estar em plena democracia. Mesmo não concordando com as atitudes, porque é uma democracia disfarçada que o sr. Hugo Chávez faz na Venezuela, mas o povo daquele país não pode pagar...

(Manifestação das galerias)

Sr. presidente, vou passar a palavra porque não dá para discutir. Acho que precisamos de respeito. Tenho o maior respeito pelo povo da Venezuela e por isso que vou votar a favor da moção.

Penso que, para ocupar o microfone, a pessoa tem que se eleger primeiro. Desculpe-me, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) (Faz soar a campainha) - V.Exa. tem a palavra assegurada.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Temos a maior educação, estamos fazendo um comentário. Vou votar a favor da moção não pelo sr. Hugo Chávez, mas, sim, pelo povo e pelo país, Venezuela, porque hoje Hugo Chávez é passageiro e a Venezuela continua!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra para discutir, o autor da moção, deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, não quero tomar o tempo nesse debate além do necessário, até porque estou inscrito e serei o primeiro a falar logo após a Ordem do Dia.

Mas queremos registrar algumas questões, até porque estamos em processo de votação. Pedimos o apoio e o voto de todos os deputados conscientes do que é soberania nacional; conscientes do que é, inclusive, interesse econômico de um país como o Brasil; conscientes do que é liberdade de expressão; conscientes do que é democracia; conscientes do seu dever de parlamentar e que não ficam vendo o mundo e as coisas através das telas da CNN. Porque ouvi alguém dizer na tribuna que está vendo na Venezuela... Vendo de onde? Das telas da CNN, repetindo os argumentos das agências internacionais de interesse do imperialismo dos Estados Unidos?!

Por que não este Parlamento visitar a Venezuela? Por que não os jornalistas brasileiros e os parlamentares de Santa Catarina constituírem uma comissão para visitar a Venezuela e ver se o que está acontecendo lá é uma ditadura, ver de fato o que está ocorrendo na Venezuela?

Eu fico, de fato, muito envergonhado também de ouvir um colega deputado meu falar, sem nenhum conhecimento de causa, que existe uma ditadura na Venezuela. Pode existir um projeto de emancipação social diferente e até em outra ideologia do que aquilo que estamos acostumados a ver aqui no Brasil. Mas em hipótese alguma existe um ditador facinora e sanguinário como se ouve aqui.

Primeiro, sanguinário só se for do sangue dos inimigos do povo da Venezuela para cima dela, porque é isso que estão propondo! Há toda essa falácia na imprensa internacional, deputado Pedro Uczai, e aquilo que a imprensa brasileira divulga sobre o que Chávez disse e o que fez. Por que não divulgamos o que o Uribe disse e fez? O governo da Colômbia infiltrou um agente seu do estado para seqüestrar um colombiano dentro do estado soberano da Venezuela, em Caracas, há menos de dois anos. Isso é respeito internacional?

O que estão tentando construir - e vão construir - e este Parlamento não pode fechar os olhos -, é a possibilidade de uma guerra dos contra, que fizeram lá na Nicarágua há 20 anos, agora, na Venezuela, a partir da Colômbia. É isso que estão buscando construir! E este Parlamento, se for responsável com a sua condição de Parlamento brasileiro, além de aprovar a moção, que é muito simples a Venezuela participar do Mercosul, deveria criar uma comissão composta de deputados de todos os partidos para ir lá conhecer quem é a favor e contra a Venezuela, para ver quem está sendo perseguido lá - porque aqui se fala em perseguição, em sanguinário.

Eu, particularmente, se não houver a comissão da Assembléia, no mês de janeiro, por minha conta e risco, com o meu salário, visitarei de novo a Venezuela e vou trazer as informações do que acontece lá. E aqueles que acreditarem na palavra de um deputado militante de esquerda, vão ter uma versão correta e justa do que está acontecendo lá.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, para discutir.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, neste momento, esta Casa não pode perder a percepção histórica da América Latina. Se analisarmos o rei da Espanha, que disse: "¿Por qué no te callas?", que virou uma frase célebre mundo afora, veremos que ele nunca teve um voto na sua vida. Diferente de um país que, questionado ou não, eleitoralmente define o seu dirigente.

Portanto, neste ambiente democrático, nós temos que ter claro que os governantes passam, mas o povo permanece. E a questão da integração do Mercosul nada mais é do que nós, de vez, encerrarmos o grande debate da irmandade que existe no povo latino. E o povo brasileiro, o nosso sangue, não é diferente do povo venezuelano.

Por isso parabéns, deputado Sargento Amauri Soares!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, para discutir.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, não vou aqui questionar a posição do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, até porque, por uma proposição minha, nós já o consideramos *persona non grata* aqui neste estado pelas suas práticas. E nada contra o povo venezuelano.

Mas não entendo que seja possível permitir que um país que é soberano, que tem o seu povo, que tem os seus dirigentes, possa entrar dentro de um núcleo, como o Mercosul, com restrições. Lembro-me que, quando fui à Arábia Saudita, lá os integrantes do ministério de Relações Exteriores, Indústria e Comércio pediam que o Brasil intercedesse para que a Arábia Saudita entrasse na Organização Mundial do Comércio - OMC. E a OMC foi clara ao dizer que não poderia permitir a entrada de um país ao qual existem restrições comerciais, como, por exemplo, misturando as religiões, ou seja, com relação à carne suína, que era um dos quesitos.

Nós não podemos entender que entre no Mercosul um país que tem 70% da sua frota de aviões parada em solo porque o presidente da Venezuela não permite que os empresários comprem dólar para comprar equipamentos para repor as aeronaves daquele país!

Como é que nós, que defendemos a livre negociação para que possamos trazer mais informações, mais dinheiro, mais força para o bloco, colocaremos no Mercosul um país que tem 70% da sua frota de aviação parada em solo por falta de manutenção porque o presidente não deixa os empresários comprarem dólares para repor as peças, deputado Antônio Aguiar? Como é que poderemos fazer isso?

Então, eu estou votando contrariamente à moção não por causa de Hugo Chávez, mas porque o país está sendo dirigido por ele e ele não permite que sejam compradas peças e a Venezuela vai parar. Por quê? Porque a birra de Hugo Chávez contra Bush, Estados Unidos ou o dólar, seja lá o que for, está fazendo com que o povo venezuelano seja prejudicado nesse setor específico. Por isso que eu voto contra.

Imaginem, sr. presidente e srs. deputados, se as nossas empresas aqui exportadoras, pois somos responsáveis por um bom percentual de exportação no Brasil inteiro, se os nossos empresários não puderem vender em dólar! Então, vamos permitir que um país que não deixa comprar dólar para repor peça de avião que é só paga em dólar entre no Mercosul? Vai virar bagunça! Daqui a pouco um não aceita mais dólar, outro vai dizer que quer que compre com pesos argentinos e outro vai dizer que quer que compre com guaranis. E daí? Isso não é liberdade! Nesse sentido, não podemos ter liberdade.

Por isso o meu voto é contra a moção, porque acredito que um país para entrar num grupo como o Mercosul não pode ter restrições, devem ser todos iguais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Para encerrar a discussão, com a palavra o deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, quero parabenizar o nosso deputado Sargento Amauri Soares por essa moção, que realmente vai suscitar a discussão ideológica, e isso é muito bom. Aqueles que são contra a entrada da Venezuela na soberania deste país, no Mercosul, não analisam, por exemplo, a questão pedagógica, porque é bom que a Venezuela venha para o Mercosul para que se discuta, de forma mais ampla, o que significa a democracia, principalmente para a América Latina, em toda a sua história.

Então, eu sou favorável a essa moção, mas tenho uma crítica à esquerda do governo Hugo Chávez: deixe de vender petróleo aos Estados Unidos, que é o seu maior comprador, porque aquele mesmo petróleo que vai para os Estados Unidos, que vai para os tanques que estão matando o povo iraquiano, vai para os aviões que bombardeiam o povo iraquiano.

Assim sendo, eu acho que este é o momento de discussão, para que possamos entender como ocorrem esses mecanismos. A minha única crítica é à esquerda, no sentido de que avance significativamente, daí a importância de eu estar votando, para que pertença ao novo bloco do Mercosul e que tenha a sua autonomia de negociações não somente com os países desenvolvidos, os europeus, os americanos e os árabes, mas estabeleçam uma relação soberana e maior entre os países que se chamam africanos e os próprios latinos.

Então, é nessa questão que a gente se coloca. Apesar de tudo isso, é respeitável, é meritório que se vote favoravelmente a essa moção.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda para discutir, com a palavra o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, eu escutei atentamente as manifestações, respeito o promotor da moção, se bem que ela não surte efeito nenhum, nós conhecemos isso.

Nós ficamos aqui nos digladiando, usando até o tempo, mas eu também tinha que me pronunciar. Agora, o que o Chávez deveria fazer é respeitar os países do Mercosul, permitindo aos empresários e à sociedade civil daquele país que mantenham relações comerciais com o resto do Mercosul.

Nós não podemos cercar o direito da iniciativa privada, sr. presidente, pelo bel-prazer de dizer: "Não! Aqui quem manda sou eu! Eu sou o Chávez, aqui quem manda sou eu!" Manda nada! Manda até o momento que der uma rebordosa, uma guerra civil, em que a sociedade começa a divergir, porque não se entende onde um governo quer provar a sua autonomia, mesmo não a tendo na sua plenitude e prejudicando toda a sociedade.

Deputado Moacir Sopesla, nós queremos, sim, a Venezuela conosco, como queremos outros países do Mercosul, que compartilhem socioeconomicamente, tecnicamente e culturalmente com o Brasil! Mas nós podemos permitir que um chefe de estado fique desmoralizando os demais chefes de estado de outros países demais por uma questão de divergência de opinião!

Nós queremos, sim, meu líder Kennedy Nunes, a integração do Mercosul em benefício de toda a América do Sul, para que possamos desenvolver cada vez mais o nosso processo tecnológico, financeiro e econômico.

Eu tenho certeza de que o meu voto não fará diferença, mas eu vou votar favoravelmente para que o povo da Venezuela, não o seu dirigente, tenha o direito, através das suas lideranças civis, de comercializar, de trocar idéias, de negociar com o Brasil e com todo o Mercosul!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Para evitar qualquer divergência na votação, a Presidência sugere que a votação seja feita no painel eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a moção e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação no painel eletrônico.)

A matéria volta para a Ordem do Dia de amanhã, em função de não termos alcançado o quórum regimental.

As demais matérias também constantes da Ordem do Dia voltam ao plenário na Ordem do Dia da sessão de amanhã.

A Presidência dá conta de requerimentos que vêm assinados por diversos srs. deputados líderes que, na forma do Regimento Interno, requerem o agendamento de espaço em sessão ordinária por dez minutos, no dia 27, hoje, para que a Fundação Catarinense de Neurologia exponha o projeto que pretende transformar o antigo leprosário em um moderno centro de neurologia.

Então, atendendo o requerimento dos srs. deputados, suspendemos a sessão por até dez minutos, para que tenhamos a manifestação da Fundação Catarinense de Neurologia.

Consulto os autores do requerimento para saber quem fará uso da palavra na tribuna, em nome da Fundação Catarinense de Neurologia.

Está suspensa a sessão por até dez minutos.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) (Faz soar a campainha) - Está novamente aberta a sessão.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Deputada Ana Paula Lima, que preside neste momento a sessão, como parlamentar da área da saúde, é importante registrar que já fizemos uma visita inclusive nesse antigo leprosário com os deputados José Natal, Renato Hinnig e o secretário da Saúde Dado Cherem.

A iniciativa da Fundação Catarinense de Neurologia, que tem como um dos grandes baluartes o dr. Paulo Bittencourt, professor emérito da Universidade Federal, demonstra claramente que o estado de Santa Catarina pode dar uma demonstração diferenciada, à medida que transforma o antigo leprosário, que hoje está lá às moscas em grande parte por não ter uso, em uma futura instalação da Fundação Catarinense de Neurologia, para que lá não só se faça diagnósticos, mas tratamento de doenças degenerativas, tratamento de pacientes com derrame, tratamento de pacientes com autismo, usuários de drogas e uma série de patologias, deputado Serafim Venzon.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Eu queria aqui me associar a essa reivindicação que a Sociedade Catarinense de Neurologia vem fazendo há muito tempo a entidades governamentais, que agora vem a esta Casa, ao Poder Legislativo, justamente para pedir autorização de como fazer para uma organização social administrar um departamento da saúde. Nós sabemos que o deputado Dado Cherem está fazendo todos os esforços possíveis e inimagináveis para resolver a questão da saúde, que é um problema em qualquer lugar do Brasil, mas isso depende de uma vontade política muito grande.

Então, eu quero manifestar o meu apoio, quero me manifestar favoravelmente à Sociedade Catarinense de Neurologia, que quer implantar lá um serviço organizado que vai atender bem a sociedade.

O Sr. Deputado Professor Grandó - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Primeiro, sou totalmente favorável à Fundação Catarinense de Neurologia, principalmente porque vai se "linkar" em nível mundial c dê desconto, isente de multa, isente dos juros como um grande centro de que tanto precisamos para doenças degenerativas.

Então, nós somos totalmente favoráveis não somente pela opinião dos nossos médicos, como é o caso dos deputados Jailson Lima e Serafim Venzon, mas como cidadãos.

Gostaria de aproveitar estes 30 segundos que me restam para dizer que a direção estadual do Partido Popular Socialista quer restabelecer a verdade face à notícia divulgada no *Jornal Nacional*, da Rede Globo, e no *Diário Catarinense*, de que o vereador Eduardo Mussi não é filiado ao PPS, ele é filiado ao PR. E que esse desmentido se torne oficial, pois ele nada tem a ver, nunca foi filiado ao PPS. Houve um engano. São aqueles vereadores que foram para Buenos Aires utilizando-se de recursos públicos para passear.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edson Piriquito.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sr. presidente, eu agradeço pela oportunidade e quero parabenizar as pessoas que representam a Fundação Catarinense de Neurologia pelo projeto agora apresentado. Como deputado da base governista, coloco-me à disposição para apoiar. Não sei a quanto anda esse projeto, pois tomei conhecimento dele agora, mas me coloco à disposição até para fazermos uma proximidade entre as pessoas que possam definir quando esse projeto chegar nesta Casa, se chegar, para que possamos dar apoio total ao mesmo.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente e srs. deputados, também quero me manifestar e antecipar já o meu voto e a minha posição favorável a essa matéria.

Eu, que não integro a comissão de Saúde, deputado Serafim Venzon, confesso que também não conhecia a matéria, que deve ter passado na CCJ, mas lá não se discute o mérito e acabei não entrando em detalhes. Não sabia da tramitação dessa matéria, mas fui convencido, hoje de manhã, pelo meu dentista, dr. Arilton Bittencourt, que aqui está, que tem um dos seus tantos irmãos médicos e é um dos dirigentes, um dos voluntários ou um dos lutadores desse projeto, a votar favoravelmente. Ele tem, deputado Professor Grandó, cinco irmãos médicos, todos de Tubarão, para o nosso orgulho. O dr. Arilton é o ovelha negra, segundo seu falecido pai, pois virou dentista, mas um pai e uma mãe que nos orgulham muito porque formaram os seus 11 filhos com muito esforço. Meu voto é favorável. Contem conosco!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital, pessoas que nos acompanham nesta sessão, especialmente os companheiros que nos têm procurado nos últimos dias, para que possamos fazer existir, neste plenário, uma posição e, através da TVAL, uma versão um pouco diferente do que prepondera na grande mídia nacional a respeito das questões relacionadas à Venezuela.

Sobre o debate que ainda está quente e que vai ser retomado amanhã, eu gostaria que todos os srs. deputados estivessem aqui presentes para debater, para questionar o motivo pelo qual um país que não investe na economia, um país à beira do caos, um país à beira do fracasso econômico, como dizem, cresceu 10% do PIB, no ano de 2006. Aliás, a Venezuela foi o país que mais cresceu, economicamente, no ano passado, em toda a América Latina. A Venezuela cresceu 10% do PIB, no ano de 2006, e o Brasil, por exemplo, 3,7. A Argentina 8,1. A média da América Latina é de 4,5. Ou seja, a Venezuela cresceu mais do que o dobro da média na América Latina. E alguém vem aqui e apresenta, pelos microfones da Assembléia Legislativa, um caos na Venezuela, a inviabilidade econômica do Brasil se relacionar com a Venezuela.

Mas quero retomar o debate que já viemos tendo desde a semana passada, especialmente com o deputado Nilson Gonçalves, e informar que s.exa. - que é um dos colonistas do *Journal Notícias do Dia* que circula em Joinville - fez publicar, na sua coluna, na edição do último final de semana, uma matéria onde mais uma vez chama o presidente da Venezuela daquilo tudo que quer chamar, e diz que não entende porque este parlamentar, toda vez em que ele ataca a Venezuela, corre para o microfone para defender. Diz que talvez seja porque tenha parentes na Venezuela.

Quero informar ao deputado Nilson Gonçalves, que talvez esteja nos vendo pela TVAL, que não tenho parentes na Venezuela, mas já tive. A minha irmã caçula foi lá fazer a pesquisa para sua tese de doutorado em Sociologia; foi estudar as mudanças econômicas que estão ocorrendo na Venezuela. É baseado nesse e em muitos outros estudos, com a convicção histórica de que a luta dos povos não irá parar jamais e com a percepção absolutamente clara e cristalina de que existe uma ascensão das lutas populares na América Latina e que aqueles que têm medo do povo, das lutas populares e desse crescimento das vontades do povo têm-se manifestado com indignação buscando construir as contraposições, que eu espero que o jornal *Notícias do Dia* publique uma resposta e que, democraticamente, o deputado Nilson Gonçalves inclua essa resposta ao que ele escreveu naquele jornal, de preferência já no próximo final de semana, uma vez que os meios de comunicação são concessões públicas.

Já disse no outro microfone que muitas pessoas estão falando contra a Venezuela baseadas no que dizem a CNN e as agências internacionais dos Estados Unidos, preocupados com a democracia na Venezuela, mas não se preocuparam com a democracia no Chile; não se preocuparam com a democracia na Indonésia e no Timor-Leste. Não admitem que não vêem que em países como a Suécia, Espanha e Inglaterra os chefes de governo podem ficar por 20 anos se forem eleitos pelo Parlamento. Não é nem pelo povo! E daí é democrático?

Na verdade não estão falando de democracia, atacam nessa questão para fugir das questões principais, que é outro projeto que existe, de discussão na Venezuela. Demonizam Chávez, não porque ele é descendente de indígena, ou porque ele é desbocado, ou porque quer ser presidente, demonizam Chávez porque está provocando, está dirigindo um processo amplo da sociedade, do povo venezuelano que tem algumas características que passarei a ler, rapidamente.

(Passa a ler.)

"A reforma da Constituição da Venezuela instaura mecanismos poderosos para o exercício da participação protagonista do povo, reconhece o poder popular, dá hierarquia aos Conselhos Comunitais e estabelece novos espaços e estruturas de democracia participativa, como os Conselhos de Trabalhadores e Trabalhadoras, de Camponeses e Camponesas, e de Estudantes.

A reforma proíbe clara e enfaticamente os monopólios, favorece a desapareição progressiva das grandes oligarquias e favorece o surgimento e fortalecimento de pequenas e médias unidades econômicas, industriais e agrícolas; proíbe o latifúndio.

A reforma reconhece e garante, pela primeira vez na história da Venezuela, a existência de uma diversidade de formas de propriedade: privada, pública, social direta, social indireta, coletiva e mista." Ou seja, nenhum estado do mundo reconhece tanta liberdade de propriedade quanto a Venezuela, a defesa da propriedade de todos, inclusive daqueles que só tem um hectare de terra.

A reforma da Constituinte, que é isso que estão atacando, diminui a jornada de trabalho para seis horas diárias - e não se fala disso aqui -, e garante a soberania nacional.

Com a permissão do deputado Professor Grandó, pergunto: Por que Hugo Chávez tem que tomar algumas medidas, às vezes consideradas antipáticas? Porque a Oposição ao governo na Venezuela age de forma criminosa para derrotar aquele processo, como já fez outras três vezes, inclusive com armas, realizando um golpe contra o governo legítimo e democrático de Hugo Chávez em abril de 2002. Golpe que foi derrotado pelo povo e pela base das Forças Armadas 48 horas depois.

E uma direita - é preciso dizer as coisas pelo seu verdadeiro nome - que tem um plano agora, neste momento, que está em execução, que inclui, por exemplo:

(Continua lendo.)

"Todo o mês de janeiro e início de fevereiro deve ser uma combinação perfeita de diversos cenários: os estudantes nas ruas, os vizinhos nas favelas e nas instituições de serviços públicos; os médicos em greve e a invasão de hospitais; pronunciamentos militares intensos; altos dirigentes do chavismo passando para o lado da oposição; camponeses exigindo cumprimento de promessas; acidentes de trabalho nas empresas petrolíferas; fuga de médicos, esportistas, profissionais e técnicos cubanos." E vejamos só o que diz a oposição a Chávez na Venezuela: "Assim como no amor e na guerra, tudo vale, se empreenderá uma onda de denúncias sobre estupros e orgias de Chávez e de seus principais colaboradores com meninas-moças; consumo de drogas no âmbito da presidência; altos dirigentes internados em clínicas para o tratamento do alcoolismo e do consumo de drogas pesadas."

Isso diz e está planejando a oposição à Chávez.

"Outro esforço que se deve realizar é o furto coordenado de veículos, vandalismo na rua, sequestros relâmpagos, agressão a idosos, idosos e à crianças [...] destruição de parques infantis, estádios etc."

Isso é o que diz a reação na Venezuela. É isso que eles estão planejando. Este Parlamento não pode cair de ingênuo nesta história que está sendo divulgada.

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grandó - Essa é a estratégia do isolacionismo que as forças dominantes de um país desenvolvido querem estabelecer sobre os países. Vejam o exemplo de Cuba, na sua autonomia, determinação...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Pedro Uczaí, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Deputado Professor Grandó, se v.exa. quiser um aparte eu concederei. Hoje eu me inscrevi para falar sobre o mercado público que inauguramos em Chapecó, mas vou deixar para amanhã, porque quero também contribuir com o debate desta tarde que polemizou. Seria bom que cada semana tivéssemos um tema polêmico aqui para que pudéssemos enriquecer a democracia, porque uma das finalidades do Parlamento é construir reflexões, idéias, posições políticas e ideológicas.

Quando se fala na Venezuela, na Bolívia, nos países da América Latina, é interessante historicizar. Se pegarmos os processos coloniais, todos os processos de dominação contra os povos da América Latina, um processo colonial onde grande parte do povo foi excluído da terra, excluído da própria riqueza quando os processos de escravidão foram implantados aqui na América Latina e no Brasil.

Se pegarmos o processo imperialista dos Estados Unidos já no final do século XIX, e este do século XX, os Estados Unidos vão fomentar e participar ativamente da construção de diferentes ditaduras na América Latina como a de Cuba, anterior a de Fidel Castro; a ditadura da Nicarágua com Anastácio Somoza; o canal do Panamá, por influência dos Estados Unidos, que destruiu a soberania de uma nação influenciando decisiva e estrategicamente sobre ela; influenciou decisivamente no golpe do Chile contra Salvador Allende, implantando a ditadura de Pinochet, a primeira experiência neoliberal do mundo. Ditadura de um lado e liberalismo econômico do outro; influenciou as ditaduras da Argentina, do Brasil e de tantos outros países.

Agora esses países hegemônicos do mundo fomentam a guerra, a destruição de nações como o Iraque e o Afeganistão. A pobreza e a miséria que ficou no Afeganistão, a imprensa internacional não denuncia. A miséria e a destruição sobre a nação iraquiana, a imprensa mundial não denuncia. O fomento da guerra dos grupos culturais dentro do Iraque pelos Estados Unidos, a imprensa internacional não denuncia.

Portanto, a hegemonia cultural e a hegemonia das informações do mundo são centralizadas em poucas empresas mundiais. Pode haver contradições no governo da Venezuela, sim, há várias contradições - o deputado Professor Grandó levanta uma delas -, como outros possuem governos.

Acho que o presidente Hugo Chávez não precisa utilizar os termos que tem usado na relação com chefes de estado, como o presidente da Colômbia. Não concordo com esse tipo de postura, não concordo com esse tipo de relação. Precisa-se construir um processo de agregação dos países da América Latina para se contrapor às forças hegemônicas, econômicas e militares do mundo.

Por outro lado, não reconhecer os processos democráticos dentro desses países, não só por eleições parlamentares ou por eleição presidencial, mas por referendos e plebiscitos, que aqui no Brasil não temos ainda e temos que conquistar! Temos que conquistar!

E um segundo ponto: vai haver golpe da direita nesses países! Eu quero ver os deputados aqui se pronunciarem! Vão aplaudir o golpe da direita! Vão aplaudir o autoritarismo fomentado pelos Estados Unidos dentro desses países. Não vão querer reforma agrária na Bolívia! Estive na Bolívia quando nasceu Evo Morales dos cocaleiros, porque já haviam roubado a água daquele país; já haviam roubado as universidades públicas; já haviam roubado ouro e o gás, só faltava roubar as terras dos cocaleiros, dos camponeses e aí veio a reação.

Agora se está tentando dar um pouco de dignidade para o povo boliviano. Já há reação interna da direita que não cede aos privilégios historicamente construídos, fomentados e apoiados pelos Estados Unidos.

Na Venezuela, da mesma forma está-se tentando construir um pouco de justiça social no campo com reforma agrária, com política de saúde, está-se construindo hospitais de referência

na área da saúde, hospital infantil referência no mundo. Na área da educação, está-se fazendo educação de jovens e adultos, oportunidade que nunca tiveram!

Que moral têm aqui os partidos da direita e os deputados da direita desta Casa, quando construiram um Brasil que ainda não possui nem educação para todos! Falar da Venezuela? Não há justiça social ainda neste país! Falar da Venezuela? Há ainda menina de 15 anos sendo colocada em prisão com homens por uma juíza! Juíza! O promotor e a juíza é que tinham que responder conjuntamente, porque são co-autores do crime dos presos. Ou não?

Uma juíza que permite uma criança de 15 anos entrar numa cadeia, deputado Marcos Vieira, tinha que responder judicialmente, porque legalmente não pode prender menina de 15 anos. Em segundo lugar, legalmente não pode colocar numa cadeia com homens, e em terceiro, há decisão judicial diferente dessa que foi tomada, portanto, é co-responsável pelo crime produzido.

E aí viemos discutir aqui a América Latina?! Os povos estão-se levantando, deputado Sargento Amauri Soares, para tentar um pouco de justiça, de igualdade social, de democracia, porque aqueles países eram democráticos? Da elite pegando petróleo, pegando gás na Bolívia, o petróleo na Venezuela, e o que fizeram com aquele dinheiro? Miséria, desemprego, sem terra, sem educação, sem saúde nas últimas décadas.

Dois países riquíssimos em Petróleo e em gás, mas pobres, miseráveis e sem direito à mínima cidadania. Por isso há contradições nesses países! Há contradições nas políticas construídas, mas não é possível, com discurso fácil aqui, destruir uma experiência que se está construindo nesses países, pela direita reacionária. Nem é direita conservadora, é direita reacionária, que inconscientemente se reproduz aqui em discursos de parlamentares.

Eu acho que nós temos que contribuir com a América Latina. Existe tanto medo da Venezuela participar do Mercosul, mas quem sabe os países do Mercosul contribuirão para construir mais justiça social? Acho que há um ambiente favorável na América Latina para movimentos do povo, movimentos democráticos para conseguir uma integração melhor, não da elite, mas a integração do povo latino-americano incluindo cultura, não só comércio, economia, mas também os povos com direito à cidadania, incluindo a terra, a educação, a saúde, habitação e o direito de viver.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Eu queria agradecer esta oportunidade e cumprimentar v.exa. por este belo discurso que faz, e que coincide, seguramente, com uma opinião minha também. Lamentavelmente mais de 80% dos países do mundo são dominados hoje por uma forma moderna de colonialismo, e seguramente os países latino-americanos, a grande maioria, estão sendo subjugados pelas grandes economias do mundo. Eu vejo as atitudes do presidente venezuelano como uma forma corajosa de expor o seu sentimento e o de muitos latino-americanos que precisam buscar um lugar ao sol na economia mundial.

Por isso eu compreendo que a entrada da Venezuela no Mercosul poderá contagiar os outros presidentes também, para ter coragem de tomar atitudes para enfrentar o jugo internacional que há sobre tantos países, como os latino-americanos.

Parabéns pelo pronunciamento.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Nós não podemos nos ajoelhar pelas forças hegemônicas no mundo ...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Elizeu Mattos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente e srs. deputados, hoje, deputados José Natal, Pedro Uczai e nosso líder Manoel Mota, eu acompanhei atentamente os pronunciamentos feitos desta tribuna. Acompanhei atentamente o pronunciamento do nobre deputado Joares Ponticelli, e vou comentar o seu pronunciamento contando um pouquinho da história das nossas vidas e como acontecem as coisas numa campanha.

Lembro-me bem, deputado José Natal, na campanha, minha equipe e meus amigos diziam que eu deveria prometer para ganhar voto. E eu dizia que não iria prometer aquilo que não seria possível cumprir. E foi uma guerra permanente, sr. presidente, em toda campanha, mas eu disse que não iria prometer o que não poderia cumprir.

Eu posso prometer trabalho e esforço pela região, sou um deputado regional. Isso foi, deputado Silvio Dreveck, o meu estilo de campanha durante todo o tempo. E acabei convencendo os meus amigos que faziam campanha de que o melhor jeito de fazer campanha é não inventando, não mentindo e não prometendo o que não se pode cumprir.

Passou a campanha, assumi, deputado Marcos Vieira, a cadeia nesta Casa e me surpreendi com uma situação inusitada em Lages. Uma cidadã foi à rádio dizer, deputado Silvio Dreveck, que este deputado, para que ela trabalhasse na equipe de campanha, havia prometido, e também a outras pessoas, que ela iria passar no concurso público, do estado, da maternidade, onde nunca estive reunido. Eu sempre defendo que a coisa mais séria e pura é um concurso público. Quem se intrometer num concurso público tem de ir para a cadeia! Eu sempre falei isso! Só há um jeito para passar num concurso público: estudando!

Mas essa história do concurso público veio como surpresa e espalhou-se nas rádios de Lages. E um vereador, ajudando, entrou na Justiça contra este deputado, porque era um crime eleitoral. Eu fui atrás da cidadã e descobri que ela sequer votou ou trabalhou para mim! Consegui fotos da casa que era o comitê de outro candidato a deputado que se elegera aqui e mostrei que a casa dela era o comitê de outro deputado! Ganhei uma ação de indenização!

Mas dias atrás, novamente numa rádio, uma mulher reclamou que eu, num "showmício" da campanha passada, deputado Sargento Amauri Soares, prometi emprego para ela e para a sua irmã. Para começo de história, na campanha passada não houve "showmício", pois era proibido. Eu não fiz um único comício; fiz reuniões na região e sequer conheci as pessoas! E descobri, mais uma vez, porque fui atrás investigar, deputado Joares Ponticelli - é bom que v.exa. escute -, que essas pessoas sequer participaram da minha campanha e votaram em mim!

Ouví aqui um comentário feito em um jornal lá de Joinville e que já conheço - e um jornal bom é imparcial. Esse jornal já se descaracteriza de fazer qualquer comentário sobre o Luiz Henrique, porque é um jornal totalmente parcial na cidade de Joinville, tanto que quem levantou o assunto aqui não foi o parlamentar de Oposição que é de Joinville, e sim o outro, de Tubarão, porque o parlamentar que é de Joinville, deputado Kennedy Nunes, conhece muito bem o que estamos falando!

Primeiro, a produtora não é contratada do governo do estado. O Luiz Henrique da Silveira não contrata produtora! A produtora não é funcionária do governo do estado! E se o cidadão se sentiu prejudicado dentro da produtora, ele tem que resolver com a produtora! Trata-se de uma grande mentira, e isso acontece todos os dias, ou seja, pessoas mal-intencionadas, de má-fé, para fazer pressão e ganhar benefícios, usam as autoridades constituídas. E uma autoridade, que é o governador Luiz Henrique, é reconhecido pela sua seriedade e capacidade.

Podemos até discordar do Luiz Henrique por algum ato administrativo, porque, às vezes, para uns é bom, mas para outros não é. Mas a honestidade e a seriedade do Luiz Henrique nunca se pode colocar em dúvida, porque nós o conhecemos.

Esse cidadão, numa matéria, disse que acompanhou o governador numa viagem para o Rio de Janeiro, numa apresentação da peça *Cleópatra*. Naquela viagem ao Rio de Janeiro, deputado Manoel Mota, o governador esteve em audiência com o ministro Guido Mantega, que estava também resolvendo questões da serra catarinense. Eu me lembro bem que era o financiamento para a cobertura dos nossos pomares na região de São Joaquim, de Lages. O relatório de voo está aqui, deputado Sargento Amauri Soares, e nenhum cidadão da imprensa viajou com o governador! Ele não foi acompanhado por alguém da imprensa ou coisa parecida!

Mas fomos mais longe. O senhor, que é militar, sabe que toda viagem feita pelo governador em qualquer avião tem que ter o relatório de bordo dizendo quem está dentro do avião. Esse cidadão de Joinville, que o deputado Joares Ponticelli classificou como um grande cidadão, é um grande mentiroso! Ele nunca viajou com o governador Luiz Henrique! Está aqui a comprovação! Nunca embarcou no avião junto com o governador Luiz Henrique! Ele é um trambiqueiro que nós, políticos, nós, autoridades constituídas, temos que limpar e arrumar as cartas na mesa. Temos, sim, que pedir uma indenização moral a esse jornal e a esse cidadão, que são mentirosos! Precisamos avisar as pessoas de bem no estado de Santa Catarina que esse cidadão não serve para trabalhar em empresa ou em entidades de bem, porque está praticando o mal com um grande cidadão, que é o governador Luiz Henrique!

Não vou discutir muito a questão da produtora. Pelo que eu sei, isso é de praxe e acontece com todos os governos: o governo faz uma licitação, várias agências participam e apenas uma ganha. O governo nunca licitou a produtora; ele licita as agências. E as agências contratam as suas produtoras para fazer os programas, os trabalhos. Portanto, não é uma contratação do governo.

Então, deputado Joares Ponticelli, não é nem uma meia verdade! É uma grande mentira que foi dita, hoje, neste plenário. E não foi uma mentira sua, mas do cidadão num jornal. E também foi uma mentira do jornal, que não teve a capacidade de procurar a verdade e fazer o contraponto. Porque um jornal de verdade, um jornal sério, imparcial, vai fazer o contraponto.

Então, quero deixar registrado isso aqui! Eu ia falar sobre outros assuntos, mas acho que deve haver a imparcialidade. A imparcialidade é poder denunciar, mas dar a oportunidade para aquele denunciado manifestar-se e fazer o seu contraponto. Caso contrário, é parcialidade!

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois Não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero parabenizar o eminente deputado Elizeu Mattos pelo seu pronunciamento feito de forma tranqüila, serena, trazendo a verdade a esta Casa.

Eu tenho aqui uma matéria oficial, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Florianópolis, 27 de novembro de 2007.

Declaração

Declaro que, após levantamento de um a um dos voos realizados pelo Governador Luiz Henrique na aeronave Citation II, Prefixo PP-ESC, em nenhum dos voos realizados durante o período de seu Governo foi passageiro Ariano Borges de Oliveira.

Quanto ao dia da estréia da peça *Cleópatra*, o Governador Luiz Henrique foi ao Rio de Janeiro para audiência com o Ministro Guido Mantega, para propor um programa de financiamento à cobertura dos pomares, para protegê-los contra a chuva de Granizo. Nenhum cinegrafista ou repórter esteve naquele voo do Citation.[...]"[sic]

Então, evidentemente, que o eminente deputado deveria ser um ator da Rede Globo para poder enganar a população, porque, lamentavelmente, traz aqui uma inverdade, como fez com as informações sobre a universidade. Ele deve ter-se informado na Argentina ou no Paraguai, porque em Santa Catarina não foi! Ele nem teve coragem de pedir os recibos.

Por isso digo, tranqüilamente, que este é um governo de bem, um governo...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito em Explicação Pessoal, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados...

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um minuto do seu tempo para que possa apartear-lo?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não! Eu concedo a v.exa. um minuto do meu tempo.

O Sr. Deputado José Natal - Muito obrigado, deputado!

Eu quero dizer aqui, como sempre diz o deputado Manoel Mota nos seus apartes, que o deputado Joares Ponticelli vive vasculhando algumas notícias para trazer a esta Casa. E, lamentavelmente, ele sempre vai buscar aquelas que são contra o governo que ele não aceitou até agora e que são falsas, como a colocada aqui neste Parlamento.

Lamentavelmente, nós temos ainda em Santa Catarina e neste país pessoas que se prestam para este tipo de coisa: fazer acusações falsas contra as pessoas de bem, colocando toda a classe política numa vala comum.

E o caso que aconteceu naquele congresso realizado na Argentina, que a Rede Globo mostrou ontem. Dois ou três vereadores, que não deveriam estar no cargo, foram para lá e mancharam a classe política do país.

Volto a dizer ao deputado Joares Ponticelli: deputado, pare de lamentar! Passe realmente a parlamentar, que é mais importante para Santa Catarina!

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero aqui destacar a ação que, neste período, a presidente da Fundação Vida, a primeira-dama dona Odete, que, juntamente com a sua equipe, tem feito agora visitas nas 36 Regionais de Santa Catarina levando, especialmente, equipamentos para atender à locomoção de muitos deficientes físicos que têm dificuldade de locomoção, ou seja, cadeiras especializadas para cada tipo de necessidade. Ontem, a dona Selma Westphal e a dona Eliane, da Fundação Vida, em nome da dona Odete, estiveram na Regional de Brusque para atender aos pedidos da Regional de Brusque, da Mesorregião de Itajaí, e entregaram 32 cadeiras de rodas para atender a esses necessitados.

Quero destacar aqui que essas cadeiras de roda são meramente uma ponta da grande ação social que a Fundação Vida presta, através de inúmeras ações sociais. Saudamos o governo, por todas essas ações sociais!

Na verdade, a sociedade catarinense é solidária, e o governo faz em nome de todos. Assim como foi solidária esta Assembléia Legislativa, quando aprovou, deputado Valmir Comin, a emenda de autoria do presidente desta Casa, deputado Julio Garcia, aumentando o Fundo Social de 5% para 6%, sendo que esse 1% do Fundo Social passaria a ser para atender a todas as Apaes de Santa Catarina. Esse projeto foi aprovado por unanimidade desta Casa, justamente pelo sentimento solidário que temos todos nós, pelo sentimento solidário que têm as nossas comunidades. E nós, como representantes do governo, manifestamos-nos através desses projetos sociais, desses programas sociais, como é esse do governo, que a Fundação Vida faz; como é esse da Assembléia Legislativa, que destinou 1% do ICMS, através do Fundo Social, para atendimento de todos aqueles que precisam ocupar a Apaes.

Aliás, no tempo em que fui deputado federal, apresentei um projeto de lei para que todas as famílias que tivessem o infortúnio de ter alguém com alguma deficiência física grave de nascimento, natural, ou provocada por algum acidente, pudessem receber mês a mês o equivalente a um salário mínimo, justamente para atender a essas necessidades especiais. Porque essas pessoas, além de terem dificuldade para o

seu sustento, ainda precisam de um cuidado muito especial por parte daqueles que estão em sua volta.

Lamentavelmente, ainda não foi aprovado o projeto, mas tramita no Congresso Nacional. E a justificativa é que, se for aprovado, vai custar para os cofres do Tesouro Nacional aproximadamente R\$ 3,5 bilhões a R\$ 4 bilhões para conseguir destinar um salário mínimo para todos aqueles que têm alguma deficiência.

Assim também era outro projeto de minha autoria, que destinaria um salário mínimo a todas as pessoas que completassem 65 anos de idade, independente se contribuiu ou não com o INSS. Justamente porque mais de 60% da seguridade social são recolhidos através de formas indiretas de contribuição. Não basta aquilo que nós contribuimos no carnê ou aquilo que descontamos na folha de pagamento. Isso representa apenas 36% de tudo aquilo que a Previdência gasta com a folha. Os outros 65% do que a Previdência gasta vêm do Imposto de Renda, das contribuições sociais, enfim, do movimento econômico, do consumo. Esse consumo todos nós temos e por isso que entendemos que todas as pessoas, mesmo aquelas que não contribuíram com o INSS, a partir de certa idade também têm que ter esse direito de ter, pelo menos, uma aposentadoria.

Sr. presidente, antes de encerrar, queria destacar aqui um catarinense que, orgulhosamente, é de Brusque, a minha cidade, o Bruno Moritz, nos dias 10 e 11 de novembro participou, na Itália, em Pesaro, de um concurso internacional de tocadores de acordeom. Inclusive, ele já era campeão latino-americano.

Em minha opinião, por aquilo que ouvi através de fitas, achei aquela classificação injusta. E naturalmente que eu fico prejudicado. Uma porque eu não era jurado; outra porque sou brasileiro e outra porque o menino é brusquense e, naturalmente, não teria o coração para votar de outra forma.

Certamente colocaram o Bruno em quarto lugar porque ele é novo, tem apenas 25 anos de idade. E o primeiro lugar, na classificação, foi dado a uma francesa; o segundo lugar, a uma italiana; o terceiro lugar, se não me falha a memória, a um alemão; e o quarto lugar, foi dado, na classificação dos jurados, ao Bruno Moritz, de Brusque.

Ele tem apenas 25 anos de idade e, seguramente, no próximo concurso, sem dúvida nenhuma, terá a chance de ser o melhor acordeonista do mundo. E certamente os jurados, contando a longevidade dos outros, colocaram o nosso menino em quarto lugar.

Mas quero dizer-lhe que todos nós nos orgulhamos desse belo trabalho que faz. Ele, que desde pequeno era um menino prodígio, sendo que com dois, três ou quatro anos de idade, quando mal conseguia passar os braços no acordeom - e eu me lembro dele sentado na praça -, já conseguia tocar músicas muito bonitas, destacando-se na sociedade brusquense. E agora, orgulhosamente, é destaque nacional. Colocou o país, assim como o Brasil hoje é destaque no futebol e em diversos outros esportes, em destaque também na música, classificando-se em quarto lugar.

Quero transmitir os meus cumprimentos e pedir à Presidência desta Casa que envie ao Bruno e a sua família os cumprimentos desta Casa pelo belo trabalho que fez.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar.

(Pausa)

Na ausência do deputado Antônio Aguiar, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Edson Piriquito.

(Pausa)

Na ausência do sr. deputado Edson Piriquito, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Rogério Mendonça.

(Pausa)

Na ausência do sr. deputado Rogério Mendonça, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pela TVAL, finalmente, deputados Silvio Dreveck e Valmir Comin, depois de uma semana implorando, depois de uma semana pedindo, consegui acessar a tal da lista que o deputado Manoel Mota mostrava aqui e não entregava. Eu acho que aquela era uma lista em branco que ele deve ter conseguido hoje. Aí o deputado Manoel Mota vem ler aqui a relação de algumas universidades que receberam a quinta parcela, das oito, deputado Serafim Venzon. Há ainda três parcelas para serem pagas. E só faltam 33 dias para terminar o ano.

Portanto, vamos rezar e torcer para São Tomé que a cada dez dias eles paguem uma parcela. Inclusive na noite de *réveillon*, se der tudo certo, vai entrar a terceira parcela, das que faltam.

Ele está comemorando dizendo que conseguiram pagar a quinta parcela. Pois bem: vou contar em voz alta aqui: 3, 6, 8, 10, 12, 13 nessa lista contra 3, 5, 7, 9, 11, 13, 15, 17, 19, 22 que não receberam. Enfim, 13 universidades receberam dessa lista a tal da quinta parcela e 22 não receberam.

Do sistema Acafe, de desconto, isento de multa, isento dos juros, de um total de 3, 6, 9, 12, 13, quatro receberam a tal da quinta parcela e nove não receberam, deputado Sargento Amauri Soares. Aí o deputado Manoel Mota disse que se não receberam porque não prestaram contas. Os deputados Valmir Comin, Silvio Dreveck e Manoel Mota são testemunhas de que acabei de falar com o vice-reitor da Unisul, que vai mandar um documento dizendo inclusive que aquela universidade está com a prestação de contas em dia e não recebeu.

Portanto, o deputado Manoel Mota levou uma semana para me entregar o documento. Eu vou entregar uma cópia para cada um dos 39 deputados, mostrando que ele comemorou aqui o pagamento da quinta parcela. Um terço das instituições recebeu a quinta e 2/3 não receberam. Mas se 100% tivessem recebido, ainda sim, deputado Silvio Dreveck, estariam faltando mais três prestações. E o ano termina daqui a 33 dias e as universidades estão em processo de matrícula.

Ora, não estão nem pagando em dia e colocam o deputado Manoel Mota a fazer essa gritaria comemorando não sei o quê.

Mas é evidente que o assunto que eu preciso voltar a falar, e deu para perceber que deixou o governo nervoso, é ainda o caso DPM. Primeiro, quero lamentar que alguns deputados, especialmente um que fez aparte, e eu nem vou citar nomes, sejam miúdos demais na manifestação. Eu não fiz aqui nenhuma crítica.

Deputado Sargento Amauri Soares, eu me limitei a trazer a notícia de um jornal de circulação estadual! Não emiti nenhum pensamento, nenhum juízo de minha parte. Eu li a matéria! Eu apenas li a matéria e quero um esclarecimento! Só isso! Porque esse é o meu papel. Eu estou sendo pago para isso.

O principal papel de um deputado de Oposição é fiscalizar, deputado Silvio Dreveck. Reivindicar a gente reivindica, mas não é atendido. A Oposição não é atendida. Até eles estão reclamando. Dizem que há alguns que ganham mais, outros não ganham nada. A gente ouve de vez em quando eles reclamarem. Alguns da Situação recebem bastante, outros reclamam que não são tão bem tratados assim, mas isso é problema deles. Não tenho nada a ver com isso. Nós, em cinco anos, não recebemos absolutamente nada para as nossas comunidades.

Eu desafio o deputado Manoel Mota a provar que entrou com tantos projetos de leis e que tantos foram aprovados quanto os meus. E agradeço, inclusive, ao deputado Manoel Mota que nos ajudou, na semana passada, a elevar a comarca de Tubarão à entrância especial, numa iniciativa nossa, dentre tantas outras matérias que conseguimos aprovar.

Então, o principal papel da Oposição, deputados Valmir Comin e Sílvio Dreveck, é o de fiscalizar. Fiscalização essa, catarinenses, que o governo do PMDB tem retirado desta Assembléia Legislativa.

O governo do PMDB virou um governo assassino de CPIs, pois ele "matou" três CPIs vergonhosamente, nesta Casa! Primeiro foi a CPI do Balé Bolshoi, que não deixaram a Assembléia investigar as fartas denúncias. Depois foi a CPI do Aldo Hey Neto, aquele amigo do governador Luiz Henrique, que ele e o vice-prefeito de Joinville foram buscar lá em Joinville. O Max, que era compadre do governador Luiz Henrique, e o vice-prefeito de Joinville foram buscar o tal de Aldo Hey Neto, um especialista em corrupção, do Paraná. Era o homem de confiança do governador Luiz Henrique, mas no apartamento dele foram encontrados nada menos do que R\$ 2 milhões, até hoje não explicados ao cidadão catarinense. Não foi explicado a você, cidadão, nem a esta Casa, que é a Casa dos representantes do povo. Mas o governo do PMDB não deixou investigar! A CPI do Aldo Hey Neto durou menos de uma hora, deputado Sílvio Dreveck. Abortaram-na. Por quê? Porque ia pegar direto no coração de Luiz Henrique. Por isso abortaram-na.

Depois veio a CPI da Casan, deputado Sargento Amauri Soares, que estava em pleno funcionamento. Rasgaram o Regimento, a Constituição, pois pararam a investigação no meio do caminho. Por quê? Porque ao levantar o tapete certamente havia muita coisa a esconder.

E agora tentam desqualificar novamente a Oposição, que traz aqui uma matéria de um jornal, de um cidadão que dá detalhes sobre as ligações perigosas entre o governador e a DPM. Aliás, boa parte disso que está aqui já foi levantada como denúncia em diversas outras oportunidades.

Por que o nosso governador Luiz Henrique não deixa o TSE julgar o processo de cassação? Por que ele anda reclamando agora? Ele foi reclamar para o Roberto Requião, na semana passada. A imprensa registrou que o Luiz Henrique foi choramingar, lamentar-se porque ele tem uma ação no TSE. Depois que a *Veja* divulgou que ele é um dos sete governadores com a cabeça na guilhotina por corrupção, por uso da máquina.

O voto do relator, do ministro relator não é de alguém da Oposição, é do ministro que estudou o processo de mais de mil páginas. O voto é um tratado, é um libelo, que diz que o governador usou e abusou da máquina, usou o dinheiro público, praticou corrupção para obter votos.

Não é a Oposição que está dizendo, é o magistrado, é o ministro que leu, que estudou a

matéria. E agora um cidadão que servia a empresa da d. Denise traz detalhes reveladores da corrupção, do nível de corrupção que este governo está envolvido.

Deputado Elizeu Mattos, quem sabe v.exa., tão diligente que é, possa trazer todos os diários de bordo do governador, de todas as suas viagens. Se v.exa. é tão comprometido com a transparência, traga todos. Acho que iremos encontrar a filha do governador muitas vezes. E o próprio governador saindo daqui para ir a outras capitais bater palmas, talvez com medo de que ninguém aplaudisse a filha cantora ou tentativa de cantora, como a imprensa nacional andou registrando, com o dinheiro público. Isso é ético, isso é honesto? E quanto a essas denúncias todas?! Foi dado o direito de resposta sim, a d. Denise respondeu, e sabe o que ela se limitou a dizer: "Ele é louco!" E nada mais.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Renato Hinnig.

(Pausa)

Na ausência do deputado, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sílvio Dreveck, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, há uma matéria aqui do dia 27 de novembro, portanto, de hoje, do editorial do jornal *A Notícia*, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"A Sétima Economia

'Investimentos em infra-estrutura são a principal tarefa do estado e a prioridade dos catarinenses para melhorar o desempenho na economia'.

Dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que Santa Catarina é a sétima economia entre as 27 que integram o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. No conjunto de números que formam as contas regionais de 2005, sete estados concentram 75% do PIB nacional. Por ordem de participação, as economias estaduais mais desenvolvidas são as de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia e Santa Catarina. O Amazonas foi o estado que mais cresceu entre 2004 e 2005, cravando expansão de 10,02%. Santa Catarina manteve a média, crescendo apenas 1,6%.

Também demonstra, pela pesquisa do IBGE, que a região sul do país perdeu fôlego econômico. Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina registraram o pior desempenho em 2005. Santa Catarina ainda conseguiu 1,6% de cresci-

mento, mas PR (-0,1) e RS (-2,8) ficaram no negativo. Nos estados do norte, a economia encolheu bem menos (0,1%). O baixo crescimento econômico em 2005 em SC decorre de vários fatores. O mais grave foi a longa estiagem, que fez o setor agropecuário encolher 3,3% em relação a 2004.

O que cresceu em SC foi o setor de serviços, com 2,8%, e o comércio, com 14,8%, respectivamente[...]"

E nós temos que nos preocupar - Santa Catarina e o governo - em fazer investimentos em infra-estrutura.

(Continua lendo.)

"Santa Catarina vem encontrando dificuldade em continuar entre os primeiros colocados mais desenvolvidos, mantendo essa estagnada participação de 4% do PIB nacional. É preciso agir para mudar essa tendência, particularmente na área de infra-estrutura, à beira de gargalos quase imediatos.

O estado precisa zelar, em particular, pelo suprimento de energia elétrica e de melhoria nos portos, duas áreas que apesar dos esforços governamentais e de novos investimentos continuam defasadas, perto de colapsos, como noticiado nas últimas semanas. Joinville, por exemplo, reconhecido como importante pólo industrial do sul do país, tem sérios problemas nesse setor que podem dificultar a expansão industrial.

Santa Catarina já teve performances melhores no setor econômico. Os dados demonstram, acima de tudo, um estado vulnerável às turbulências da economia internacional, com reflexos diretos e imediatos em todas as áreas do tripé econômico: agricultura, indústria e serviços. Garantir investimentos em infra-estrutura é a principal tarefa do estado e a prioridade dos catarinenses."

Ora, mais uma vez quero dizer aqui desta tribuna que o estado de Santa Catarina não tem priorizado investimentos em áreas importantes como infra-estrutura, energia, portos, aeroportos, portanto, está aqui...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Esta Presidência registra, com muita satisfação, a presença, no Parlamento catarinense, da Clínica de Rins, de Blumenau, na pessoa do sr. Paulo Amorim. É um prazer e uma satisfação tê-lo conosco aqui na tarde de hoje.

Não havendo mais tempo regimental, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19h.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 038ª SESSÃO SOLENE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2007 ÀS 19H PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA HOMENAGEM À ASSOCIAÇÃO RENAL VIDA PROPOSIÇÃO DEPUTADO GELSON MERÍSIO SUMÁRIO

DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Enaltece o trabalho desenvolvido pela Associação Renal Vida em prol dos que necessitam de atendimento especial por serem vítimas de doenças renais.

PAULO WALDOMIRO AMORIN - Presta depoimento em nome dos pacientes renais crônicos e ressalta a luta dos que sofrem de algum tipo de enfermidade renal e da parceria com a Associação Renal Vida.

ITAMAR DE OLIVEIRA VEIRA - Agradece a homenagem prestada pelo Parlamento e lembra o trabalho prestado pela Associação Renal Vida desde sua fundação em 2003.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido os srs. deputados Cesar Souza Júnior, Onofre Santo Agostini e Gelson Merísio para conduzirem à mesa as excelentíssimas autoridades que serão nominadas para compô-la:

Excelentíssimo sr. dr. Joel de Andrade, gerente da SC Transplantes, que neste ato representa o secretário da Saúde, Luiz Eduardo Cherem;

(Palmas)

Excelentíssimo sr. Itamar de Oliveira Vieira, presidente da Associação Renal Vida, do município de Rio do Sul;

(Palmas)

Excelentíssimo sr. Humberto Rebello Narciso, pioneiro na área nefrológica.

(Palmas)

Senhor deputado Gelson Merísio, autor do requerimento que ensejou a presente sessão solene, sr. deputado Cesar Souza Júnior e sr. deputado Onofre Santo Agostini.

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, srs. deputados, senhoras e senhores, a presente sessão solene foi convocada a requerimento do sr. deputado Gelson Merísio, aprovado por unanimidade pelos srs. deputados que compõem esta Casa e tem o objetivo de homenagear a Associação Renal Vida.

Convido todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino Nacional, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Esta Presidência registra a presença da sra. Denise Bordigon Flores, que neste ato representa o Conselho Regional de Enfermagem.

Neste momento, fará uso da palavra o autor do requerimento que ensejou a realização da presente sessão solene, deputado Gelson Merísio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Quero cumprimentar as seguintes autoridades:

Excelentíssimo sr. presidente, deputado Julio Garcia;

Doutor Joel de Andrade, gerente da SC Transplantes, neste ato representando também o secretário de estado da Saúde, deputado Dado Cherm;

Senhor Itamar de Oliveira Vieira, presidente da Associação Renal Vida, de Rio do Sul;

Doutor Humberto Rebello Narciso, pioneiro na área nefrológica de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. deputado Onofre Santo Agostini;

Excelentíssimo sr. deputado Cesar Souza Júnior;

Quero iniciar agradecendo ao amigo Gilberto Jeremias por ter-me permitido, através desta homenagem à Associação Renal Vida, participar um pouquinho dessa belíssima história que vocês construíram e que diariamente constroem, não apenas na relação direta com as pessoas que utilizaram os serviços, que foram de alguma forma auxiliadas nos seus tratamentos, nas suas vidas quando precisaram, mas fundamentalmente também pelo gesto bonito e significativo da atividade voluntária.

Criamos uma casa de passagem em Chapecó para atender as pessoas que vêm da região e fazem daquela cidade uma base de apoio. Criamos uma também em Xanxerê, que é referência em cardiologia. Procuo sempre falar isso jamais pensando na divulgação como uma propaganda, uma ação do mandato, mas como um motivo da homenagem que hoje prestamos à Associação Renal Vida, no sentido de divulgar o serviço, a possibilidade de, quando alguém precisar, saber que pode contar com aquele serviço, saber que vai encontrar uma porta aberta.

Tenho absoluta certeza de que as pessoas que hoje aqui são homenageados, além de terem a satisfação pessoal diante do reconhecimento do Poder Legislativo, que fez as suas indicações, e da alegria em poder ver o seu trabalho voluntário reconhecido, vêem a perspectiva de que o seu exemplo, de uma forma muito efetiva, pode servir para que outros, vendo a homenagem, motivem-se a participar, já que é extremamente prazerosa a ação voluntária.

Tenho repetido isso com muita sinceridade e, muitas vezes, de todo o processo político o que me dá mais prazer, como ser humano, como pessoa preocupada com o dia-a-dia da nossa sociedade, é quando faço uma visita à Casa do Oeste e percebo que um gesto pequeno foi tão importante para aquela pessoa num momento de dificuldade, num momento de angústia e de fragilidade.

Conheço muito pouco a Associação Renal Vida, quero dizer isso com toda honestidade, com toda humildade, mas, pelo pouco que li, tenho absoluta certeza de que esse pequeno trabalho que fazemos é irrelevante perto do grande trabalho que vocês realizam e que mostra a grandeza, o espírito, a forma desprendida, a forma, muitas vezes, anônima como prestam serviço a tantas pessoas durante tanto tempo.

Por isso, sr. presidente, em seu nome, em nome do Poder Legislativo, quero sinceramente cumprimentar todos os que, voluntariamente, prestam um serviço à Associação Renal Vida pelo trabalho, pelo serviço que prestam a Santa Catarina e ao nosso povo. E, se me permitirem, após esta homenagem gostaria de ser um canal de comunicação para aquilo em que for possível ser útil.

Essa tem que ser a nossa missão! Somos pessoas públicas, especialmente nós, deputados, e a missão de uma pessoa pública é servir a comunidade, é ser útil a outras pessoas. Teremos todos nós, deputados desta Casa, muito prazer, muito orgulho se de alguma forma pudermos ser úteis ao trabalho da Associação Renal Vida ao longo de seus próximos 20, 30 anos, pois tenho certeza de que ela continuará prestando um serviço tão importante e tão relevante como prestou até agora.

Em nome daqueles que hoje, em nome da entidade, serão homenageados, vamos homenagear todos os que estão em casa, que, tenho certeza, assim como nós vibram com o sucesso da Associação Renal Vida.

Parabéns a todos!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Esta Presidência registra a presença da sra. Edi Mota de Oliveira, que neste ato representa o Conselho Estadual do Idoso.

Convido para prestar um depoimento o sr. Paulo Waldomiro Amorin, presidente da Associação dos Deficientes Renais e Transplantados - Aderetrans.

O SR. PAULO WALDOMIRO AMORIN - Primeiramente, boa-noite!

Estou aqui representando os renais crônicos e transplantados do Vale do Itajaí, Aderetrans. Somos um grupo de voluntários que, como o deputado Gelson Merísio falou, há 18 anos criou a associação para representar e reivindicar os direitos dos portadores de necessidades especiais, no caso, os transplantados renais e deficientes renais crônicos. Trata-se de um grupo formado por pessoas que trabalham, têm o seu trabalho do dia-a-dia e são voluntárias na associação.

Nós temos aqui presentes o nosso secretário, o vice-presidente, o Joares Luiz, que é fundador junto comigo; temos aqui a secretária, dona Ruth; o segundo-secretário, que é o Dorival Berkendorf; temos aqui também um amigo que nos ajudou muito tempo na associação, o Ivo Martin, que há 28 anos faz hemodíalise, que é o nosso professor dentro da associação; temos aqui ainda o dr. Humberto Narciso, o pioneiro, e o Érico, um paciente antigo, de 26 anos.

O nosso trabalho é baseado no dia-a-dia do nosso paciente, é um trabalho que visa dar condições ao nosso paciente tanto no transporte, quanto nos medicamentos e nos exames.

Basicamente é isso que a Aderetrans tem feito nesses 18 anos; nós somos parceiros Renal Vida, pois nós trabalhamos em função de pessoas que são portadoras de deficiência renal.

Eu tenho que agradecer em ser homenageado. Eu, no grupo, represento todos os renais crônicos e transplantados. Agradeço de coração, pois também sou transplantado há dez anos e por uma década fiz hemodíalise.

Quero agradecer à mesa, agradecer aos médicos e à Renal Vida, da qual nós somos parceiros.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Convido o jornalista Valter Souza para fazer a leitura da nominata dos homenageados.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Valter Souza) - Senhoras e senhores, muito boa-noite!

Eu convido o sr. deputado Gelson Merísio para fazer entrega de placa, em nome deste Poder, ao dr. Itamar de Oliveira Vieira, fundador e presidente da Associação Renal Vida, por seu trabalho de excelência no atendimento humanitário dispensado ao deficiente renal e seus familiares.

Convido sua esposa, Gladis Rosani Tomé Vieira, para que receba flores deste Poder.

(Procede-se à entrega das homenagens.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Gelson Merísio para fazer entrega de homenagem, em nome deste Poder, ao dr. Humberto Rebello Narciso, pioneiro na área nefrológica, por seu trabalho de excelência no atendimento humanitário dispensado ao deficiente renal e seus familiares.

Convido sua esposa, Marion Camargo Narciso, para que receba flores deste Poder.

(Procede-se à entrega das homenagens.)

(Palmas)

Neste momento o Poder Legislativo presta homenagem com certificado de distinção por relevantes serviços prestados à Associação Renal Vida.

Convido mais uma vez o sr. deputado Gelson Merísio para fazer a entrega dos certificados aos homenageados:

Deputada Ana Paula Lima, aqui representada pelo sr. Erlédio Pering;

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Deputado Manoel Mota, aqui representado por sua irmã, sra. Edi Mota Oliveira;

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Vereador Dionísio Maçaneiro;

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Doutor Marcelo Monteiro, aqui representado pelo sr. Jerry Schmitz;

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Doutor José Maurício Carrenho;

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Doutor José Carlos Arenhardt, representando a Uroclínica;

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Doutor Joel de Andrade;

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Irmã Ana Luzia Schmitz, representada aqui pelo sr. Roberto Benvenuti;

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Senhor Wilson Loos;

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Agradeço a presença aqui à frente do deputado Gelson Merísio.

Convido o deputado Onofre Santo Agostini para darmos seqüência à entrega das homenagens.

Convido para receberem as homenagens:

Senhor Paulo Luckmann;

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Senhor Sérgio Popper;

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Senhora Norma Regina Santos;

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Senhor Mário Junior Heinzen, representado aqui pelo sr. Geraldo da Silva;

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Senhor Lori Santo Gracietti;

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)
Senhora Renate Ittner, representada aqui pela sra. Solange Mello.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)
Eu agradeço a gentileza do deputado Onofre Santo Agostini.

Chamo à frente agora, por favor, o deputado Cesar Souza Júnior para fazer a entrega dos certificados.

Convidamos para receber as homenagens:

Senhor Deusdith de Souza;
(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Tenente-Coronel Edioner Paes, aqui representado pelo sr. Gilberto Jeremias.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Neste momento, o Poder Legislativo catarinense presta uma homenagem aos pacientes com Certificado de Solidariedade e Apoio pela Assistência Especializada.

Convido para receber a homenagem os pacientes: Senhor Ivo Martin;

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Senhor Paulo Waldomiro Amorin;
(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Senhor Joares Luiz;
(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Senhor Dorival Berkendorf.
(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Agradeço a gentileza do deputado Cesar Souza Júnior.
Convido agora o dr. Itamar de Oliveira Vieira, presidente da Associação Renal Vida, para prestar a homenagem.

Neste momento, o dr. Itamar faz a entrega da homenagem ao excelentíssimo sr. deputado Julio Garcia, presidente da Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega do troféu.)
(Palmas)

Convido agora o sr. deputado Gelson Merísio para receber a homenagem da Associação Renal Vida.

(Procede-se à entrega do troféu.)
(Palmas)

Convido o sr. Paulo Waldomiro Amorin, presidente da Associação dos Deficientes Renais e Transplantados, neste ato representando os pacientes renais, para receber a homenagem.

(Procede-se à entrega do troféu.)
(Palmas)

Agradeço a gentileza do dr. Itamar.

Neste momento, o Poder Legislativo de Santa Catarina, através do coral da Assembléia Legislativa, presta uma homenagem a todos os presentes com a música *Eu Sei que Vou te Amar*, de Antônio Carlos Jobim e Vinícius de Moraes, com arranjo de Tânia Vaz.

(Procede-se à execução da música.)
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Convido, neste momento, para fazer uso da palavra, o dr. Itamar de Oliveira Vieira, presidente da Associação Renal Vida.

O SR. ITAMAR DE OLIVEIRA VIEIRA - Boa-noite a todos! É com muita alegria que estamos neste ambiente festivo de homenagem à Associação Renal Vida. Quero aqui agradecer a presença de todos vocês que vêm aqui abrilhantar este evento, mas, especialmente, às pessoas que fazem parte da história da Renal Vida.

Excelentíssimo sr. deputado Julio Garcia, presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. deputado Gelson Merísio, autor do requerimento de homenagem à Associação Renal Vida;

Excelentíssimo sr. deputado Onofre Santo Agostini;

Excelentíssimo sr. deputado estadual Cesar Souza Júnior;

Ilustríssimo dr. Humberto Rebello Narciso, pioneiro de Nefrologia no estado de Santa Catarina;

Demais autoridades aqui presentes; Senhores vereadores, prezados colegas, homenageados deste evento;

Minhas senhores e meus senhores.
(Passa a ler.)

"Uso a palavra na condição de presidente da Associação Renal Vida, entidade que foi fundada para melhorar o atendimento aos deficientes renais e seus familiares, no Vale do Itajaí, Santa Catarina.

Quero agradecer, especialmente, ao sr. deputado Gelson Merísio, que teve a sensibilidade da lembrança e organização desta homenagem à Renal Vida que, com foco no deficiente real e seus familiares, tem como objetivo principais:

Promover e apoiar ações na comunidade que visem à prevenção, detecção e acompanhamento de enfermidades renais, inflamatórias, degenerativas e metabólicas com reflexos nos rins;

Dar suporte social - econômico e financeiro -, consultas médicas e de outros profissionais de equipe multidisciplinar, medicamentos, exames complementares, auxílio transporte;

Apoiar a investigação, pesquisa e os procedimentos terapêuticos relativos às enfermidades que têm reflexo nos rins, dentre outros objetivos.

Nós não existiríamos sem pessoas e entidades solidárias com as pessoas necessitadas, como é o deficiente renal. Por isso, nobre deputado Gelson Merísio, nossos agradecimentos de coração.

O deficiente renal teve seu atendimento melhorado na década de 70, em Blumenau e região, com a chegada do primeiro nefrologista, e depois se expandiu para a região, numa sequência histórica, para as cidades de Itajaí, Rio do Sul e Timbó, com o aumento de profissionais atuantes. Esse nefrologista, médico clínico especializado em prevenir e tratar doenças renais, trouxe o tratamento através da diálise aos indivíduos cujos rins pararam de funcionar, seja de forma aguda (temporária) ou definitiva (crônica/terminal).

O dr. Humberto R. Narciso foi o primeiro nefrologista a trabalhar no interior de Santa Catarina, em Blumenau. Na década de 70 e início de 80, Blumenau fazia o atendimento nefrológico para todo o Vale do Itajaí e cidades ao longo da BR-470.

O tratamento clínico de diálise e mesmo do transplante renal foram implantados e incrementados na sequência dos anos e temos sido líderes nessas formas de tratamento em Santa Catarina, nesses últimos anos.

O grupo de Urologia, serviço de Anestesiologia, de Terapia Intensiva e de exames complementares e o Hospital Santa Isabel foram essenciais para a consolidação da terapia de transplante em nossa região. Temos orgulho que nosso grupo tenha iniciado e mostrado de forma pioneira que a terapia de transplante de órgão seria viável. Hoje, o Hospital Santa Isabel, recentemente homenageado por esta Casa, é líder em TXs em Santa Catarina.

Nosso trabalho pode ser mostrado em números, porque fazemos:

- acompanhamento ambulatorial de mais de 1.000 pacientes;

- 55.380 diálises por ano, em quase 400 pacientes de nossa região;

- nosso grupo já realizou mais de 380 transplantes renais.

Como mais de 80% de nossos atendimentos são realizados pelo Sistema Único de Saúde e um número significativo de indivíduos que atendemos são extremamente carentes, temos o propósito de melhorar a atenção aos deficientes renais, incluindo também seus familiares.

Um caminho para ajustarmos o cuidado ao deficiente renal e seus familiares foi um sonho, através da criação da Associação Renal Vida. Ela foi fundada em 2 de julho de 2003, para dar qualidade na atenção ao deficiente renal, como falamos.

É mais fácil o deficiente renal morrer do que chegar à Terapia Renal Substitutiva = diálise ou transplante. Somente um pouco mais de 1/3 de pacientes deficientes renais no Brasil têm acesso à Terapia Renal Substitutiva.

Há uma tendência ainda muito maior do crescimento da doença renal pela alta prevalência do diabetes e da hipertensão não só no Brasil, como no mundo todo, mas estamos falando do Brasil, onde tem assumido proporções alarmantes, antevendo a chamada epidemia do século, ou seja, a doença renal crônica, necessitando de tratamento complexo, em nível significativo da nossa população. Esse aumento da prevalência do diabetes, da hipertensão é em decorrência de processos educacionais, hábitos e alimentação atual, inadequados.

O tratamento do paciente renal em fase terminal, seja pela diálise, seja pelo transplante renal, é extremamente caro para qualquer país, especialmente um país careta como o nosso.

Por isso ações que visem esclarecer, prevenir, instituir diagnóstico e tratamentos mais precoces são de extrema importância como política de saúde. E essas são áreas que queremos desenvolver e incrementar ações, inclusive com pesquisa médica.

Apesar de termos em nossas lembranças tudo o que podemos realizar ao longo de nossa história, melhorando o estado físico, salvando vidas, ficamos muito orgulhosos de nossas ações, mas sabemos que nossos desafios são muitos.

Deputado Gelson Merísio, agradecemos de coração a idéia de v.exa. de homenagear a Renal Vida. Repito, esta homenagem é extensiva a todos aqueles que ao nosso lado ou agindo em favor do deficiente renal exerceram ações com esse foco.

Esta lembrança e homenagem a algumas pessoas e entidades são atos que se estendem também a muitos outros não lembrados, que permitiram que chegassemos aqui e que nos encorajam a continuar por esse caminho de muito trabalho, mas de muitas conquistas também. Conquistas que almejamos com um único foco: o deficiente renal e seus familiares, porque essa população é extremamente fragilizada e o tratamento de suas enfermidades apresenta custos elevados para a disponibilidade orçamentária do SUS, que limita a sua forma plena de tratamento.

Mas vamos mudar um pouco esse nosso foco e falar de um futuro melhor, mais promissor. Deixar de falar de problemas e focar mais na solução desses problemas. E esse futuro poderá ser alcançado se os objetivos da Renal Vida forem perseguidos. Ai, sim, com um trabalho compartilhado da iniciativa privada e governamental poderemos incrementar e melhorar o atendimento ao deficiente renal e seus familiares.

Renovamos nossos agradecimentos a Deus, que nos tem dado energia para sair do estado de perplexidade e de inércia diante das dificuldades que encontramos e com coragem e trabalho, junto com todos os homenageados e outros que não puderam estar presentes, transpor barreiras e ser agentes divinos para melhorar este mundo. As barreiras ficam menores com ações como esta de que hoje participamos, quando o Poder Legislativo do estado abre as portas para homenagear a Renal Vida e seus colaboradores.

Tenham certeza, srs. deputados, que este fato serve como festa, mas também como desafio e responsabilidade, porque as entidades do terceiro setor têm que trabalhar com muita responsabilidade com o dinheiro público, como a Renal Vida tem se comportado desde seu início.

Estamos aqui para também conhecer a Casa do Povo, esclarecer e mostrar nossa disposição de voltar sempre que este Poder solicitar e esperamos contar com o apoio deste Poder para melhorar ainda mais a vida do povo catarinense.

A Associação Renal Vida luta pela saúde renal.

'Quando sonhamos sozinhos é só um sonho. Quando sonhamos juntos é o começo de uma nova realidade' (dom Hélder Câmara).

Concluímos que a melhor compensação por uma coisa que realizamos é a capacidade que adquirimos para fazer ainda mais, e que 'as grandes obras são executadas não pela força, mas pela perseverança'. J. Johnson.

Muito obrigado!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Agradecemos às autoridades com assento à mesa a presença e a todos que nos honraram com o seu comparecimento, convidando-os para o coquetel que será servido no *hall* deste Poder.

Encerramos a presente sessão com a execução do Hino de Santa Catarina,

interpretado pelo coral da Assembléia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva, convocando outra sessão, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

(Procede-se à execução do hino de Santa Catarina.)

(Palmas)

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA MESA

ATO DA MESA N. 053-DL, de 2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso I, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Valmir Comin para ausentar-

se do País, no período de 02 a 10 de dezembro do corrente ano, para cumprir roteiro de viagem aos Estados Unidos, junto à comitiva do Senhor Vice-Governador do Estado.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 29 de novembro de 2007

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Rogério Mendonça - 1º Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que fará realizar no dia 17 de dezembro de 2007, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - n.º 052/2007, destinado a **aquisição de materiais para manutenção e reparos nesta ALESC.**, conforme especificações do Edital. Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até às 14:00 h do dia 17 dezembro de 2007.

O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 035 no Anexo da ALESC e na página da ALESC na internet (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 29 de novembro de 2007.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISOS DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 2338, de 20/11/2007, comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 048/2007, referente à contratação de empresa especializada em serviços gráficos para Impressão de Livros (Brasil em Debate e Relatório da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - 2007), obteve o seguinte resultado:

Lote Único - Contratação de empresa especializada em serviços gráficos para Impressão de Livros (Brasil em Debate e Relatório da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - 2007).

Vencedora: AVENIDA GRÁFICA E EDITORA LTDA

Valor do Último Lance: R\$ 48.000,00

Florianópolis, 29 de novembro de 2007.

ANTÔNIO HENRIQUE C. BULCÃO VIANNA

PREGOEIRO

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n.º 2292/2007, comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a

licitação modalidade Pregão nº 044/2007, referente a aquisição instalação de equipamentos de ar condicionado tipo SPLIT SYSTEM WALLL, para atender as necessidades da ALESC., obteve o seguinte resultado:

Lote Único - AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT SYSTEM WALLL.

Vencedora: ZACCHI - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

Valor do Último Lance: R\$ 17.820,00

Florianópolis, 29 de novembro de 2007.

BERNADETE ALBANI LEIRIA

PREGOEIRA

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 597/07

Declara de utilidade pública o Grupo Folclórico Germânico Böhmerwald, com sede e foro no Município de São Bento do Sul.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Grupo Folclórico Germânico Böhmerwald, com sede e foro no Município de São Bento do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, de dezembro de 2007.

Deputado Silvio Dreveck

Lido no Expediente

Sessão de 29/11/07

JUSTIFICATIVA

O GRUPO FOLCLÓRICO GERMÂNICO BÖHMERWALD, sediado no Município de São Bento do Sul, fundado em 3 de dezembro de 1977, nos termos do Art. 7º de seu Estatuto, destina-se a promover a manutenção das tradições germânicas, intercâmbio cultural com outros órgãos e entidades afins e promover o conhecimento das tradições culturais, nacionais e internacionais do município.

O reconhecimento, por Lei, da sua utilidade pública, visa a assegurar as vantagens e os direitos conferidos pelo Poder Público às entidades com tal *status*.

Justifica-se, assim a presente proposição, em razão da relevância dos objetivos da referida associação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 599/07

Declara de utilidade pública a Associação Anti-Álcool e de Apoio as Famílias Carentes - A.F.C., com sede no município Balneário Camboriú.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Anti-Álcool e de Apoio as Famílias Carentes - A.F.C., com sede no município Balneário Camboriú.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões,

Deputado Edson Piriquito

Lido no Expediente

Sessão de 29/11/07

JUSTIFICAÇÃO

Submeto à elevada consideração de vossas excelências o projeto de lei em anexo, que objetiva declarar de utilidade pública a Associação Anti-Álcool e de Apoio as Famílias Carentes - A.F.C., com sede no município de Balneário Camboriú.

Trata-se de uma associação civil, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, com a finalidade de prestar assistência social a famílias carentes, e ajudar pessoas que não tenham recursos mínimos de sobrevivência e que apresentam dependência de álcool, drogas, etc.

Assim, para dar continuidade a essas ações de interesse público, faz-se necessário que a Associação Anti-Álcool e de Apoio as Famílias Carentes - A.F.C., seja beneficiada com a Declaração de Utilidade Pública Estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 600/07

Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Brasileira dos Clubes da Melhor Idade de Santa Catarina - Clube da Melhor Idade "Amor à Vida", com sede e foro na cidade de Florianópolis - SC.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o Clube da Melhor Idade - Amor à Vida, constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CGC nº 05.573.265/0001-00, fundada em 08 de novembro de 2002, com sede e foro na cidade de Florianópolis - SC.

Art. 2º À Entidade de que trata o artigo 1º desta Lei, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 2007.

Deputado José Natal Pereira

Lido no Expediente

Sessão de 29/11/07

JUSTIFICATIVA

A presente Associação "Clube da Melhor Idade - Amor à Vida", é uma sociedade civil sem fins lucrativos, de acesso público e têm por finalidade congrega pessoas na faixa etária de 50 anos, proporcionando-lhes atividades de turismo, lazer e cultura, que contribuam para a melhoria de vida, bem estar psicológico, realização pessoal e saúde.

Importante salientar, que na busca de seus objetivos a Associação busca promover o conagraamento dos seus associados para incentivar a participação nas diversas atividades ocupacionais, tais como, cursos, treinamentos, palestras, concursos, espetáculos artísticos e culturais, trabalhos de assistência social, entre outros. Objetivando desta forma, a melhoria da qualidade de vida das pessoas que se encontram na "Melhor Idade", incentivando o aprimoramento físico, mental e sócio-cultural.

Face à relevância dos propósitos a que se destina a referida entidade, tenho a certeza de que a mesma é merecedora do fim a que se destina o presente Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 601/07

Autoriza o Poder Executivo a privatizar as Unidades Prisionais do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a privatizar as Unidades Prisionais do Estado de Santa Catarina, por meio de concessão pública.

Parágrafo único. Entende-se por Unidades Prisionais as Penitenciárias, a Casa de Custódia e Detenção, o Instituto de Readaptação Social, os Presídios, CIP's, CER's do Estado de Santa Catarina e demais estabelecimentos prisionais que estão sob a égide da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Art. 2º Compete à empresa cessionária a execução de projetos e construção de novas Unidades Prisionais, administração geral e serviços de ressocialização, dentro das normas legais de segurança aprovadas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Art. 3º Fica a empresa cessionária, obrigada a classificar os condenados segundo seus antecedentes, personalidade, sexo e tipo de crime para melhor orientar a individualização da pena.

Art. 4º Fica o Poder Executivo em parceria com a empresa cessionária, obrigado à aplicação de projetos de ressocialização, contemplado com cursos de profissionalização, e previsão de ressarcimento ao Estado das despesas realizadas em conformidade com os ditames da Lei de Execução Penal.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Edson Piriquito

Lido no Expediente

Sessão de 29/11/07

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por objetivo possibilitar a privatização das unidades do sistema prisional catarinense, aí incluídas as que se destinam à custódia de menores infratores.

Com a privatização dos presídios haverá, na verdade, melhoria das condições de funcionamento das Unidades do Sistema Prisional, sem prejuízo da segurança.

Ademais, deve-se lembrar que já existe em nosso Estado experiência de terceirização do Sistema Prisional para o setor privado de serviço, com resultados bastante satisfatórios, como ocorre na Penitenciária Industrial de Joinville.

A propósito de críticas quanto a uma possível transferência indevida de atividades estatais, entendo-as descabidas, acompanhando, nesse sentido, o pensamento do prof. Luiz Flávio Borges D'Urso ao comentar o tema privatização dos presídios. Eis o entendimento do citado autor:

"E mais, na verdade, não se está transferindo a função jurisdicional do Estado para o empreendedor privado, que cuidará exclusivamente da função material da execução penal, vale dizer, o administrador particular será responsável pela comida, pela limpeza, pelas roupas, pela chamada hotelaria, enfim, por serviços que são indispensáveis num presídio. Já a função jurisdicional, indelegável, permanece nas mãos do Estado, que por meio de seu órgão/juiz, determinará quando um homem poderá ser preso, quanto tempo assim ficará, quando e como ocorrerá punição e quando o homem poderá sair da cadeia, numa preservação do poder de império do Estado, que é o único titular legitimado para o uso da força, dentro da observância da lei." (Direito Criminal na Atualidade, Ed. Atlas, 1999, p. 74).

Cumpra ainda, destacar que a presente proposição corrobora os ditames estabelecidos nos arts. 5º e 28 e alínea "d" do § 1º do art. 29, todos da Lei de Execução Penal, ou seja, que os condenados serão classificados segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal, e que o trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva, havendo ressarcimento do Estado quanto às despesas realizadas com a manutenção do condenado.

Sendo assim, submeto à elevada apreciação de Vossas Excelências o presente projeto de lei com o propósito de permitir a privatização dos presídios existentes no território do Estado de Santa Catarina.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 602/07

Dispõe sobre a afixação de informações referente à Gorjeta ou Taxa de Serviço, nos locais que especifica, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Em todos os restaurantes, bares, lanchonetes, e estabelecimentos comerciais similares que utilizam a prática de gorjeta ou taxa de serviço, devem ser afixados cartazes, com a seguinte informação: "10% garçom - não obrigatório, opcional pelos bons serviços".

Art. 2º Os cartazes, aludidos no artigo 1º desta Lei, devem ser confeccionados de acordo com critérios estabelecidos, quando da regulamentação desta Lei, devendo ter dimensões suficientes para que as informações constantes nestes, possam ser lidas a boa distância, sendo afixados em locais de ampla e perfeitos visualização dos clientes dos respectivos estabelecimentos;

Art. 3º A informação, de que se trata esta lei, também deve ser incluída no cardápio dos estabelecimentos em questão bem como fazer constar nas contas das despesas de seus clientes, o valor referente a 10% (dez por cento) do valor total da conta, seguida da expressão "10% garçom - não obrigatório, opcional pelos bons serviços", a título de gratificação pelos serviços prestados pelo garçom, tal valor não poderá ser acrescido no total sem antes demonstrar a cobrança de forma clara e em destaque sem o referido percentual;

Art. 4º O acréscimo opcional de 10 (dez por cento) somente poderá ser acrescido nos estabelecimentos que trabalhem com garçom, não podendo ser cobrado quando o garçom não atende diretamente no local onde se encontra o consumidor, tendo o mesmo que se deslocar para retirar o produto pretendido junto ao balcão e outros;

Art. 5º Os restaurantes, bares, lanchonetes e estabelecimentos comerciais similares, ficam obrigados ao repasse integral aos garçons e a funcionários do estabelecimento, no regime de rateio que lhes convier, dos valores referentes ao percentual estabelecido, não podendo ser utilizados para outros fins;

Art. 6º O valor dos repasses, tendo em vista a não obrigatoriedade por parte do consumidor e a incerteza dos valores a serem recebidos, não ensejará a qualquer tempo, incorporação ao salário do funcionário que o recebe.

Art. 7º O não cumprimento desta lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades.

I - Multa.

O valor da multa será de acordo com o Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997.

II - Na reincidência da infração, a multa será aplicada em dobro;

III - Persistindo a infração da Lei, além da cobrança da multa, acarretará, sucessivamente:

a) na não renovação do alvará de funcionamento dos estabelecimentos que não atenderem o disposto nesta Lei;

b) na cassação do alvará dos estabelecimentos que descumprirem o disposto nesta Lei.

Art. 8º Para fins de fiscalização da presente Lei, ficará a cargo dos Procons Municipais, Regional e Estadual, os quais em caso de multa encaminharão cópia das mesmas para os órgãos municipais competentes para fins de conhecimento e providências, conforme art. 7º III.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Estadual Narcizo Parisotto

Lido no Expediente
Sessão de 29/11/07

JUSTIFICATIVA

A presente Lei tem por pretensão afixar nos restaurantes, bares, lanchonetes, estabelecimentos comerciais e similares, em locais visíveis, cartazes informativos, incluir no cardápio destes, bem como fazer constar nas contas das despesas de seus clientes a seguinte informação: "10% garçom - não obrigatório, opcional pelos bons serviços".

O CDC - Código de Defesa do consumidor - Lei nº. 8.078/90

Art. 4º A Política nacional das relações de consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transferência e harmonia das relações de consumo.

Art. 6º São direitos básicos do consumidor: III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificações corretas de qualidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentam. .

Art.31º A oferta e a apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazo de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores

Conforme determina o CDC, o consumidor tem por direito tomar conhecimento de forma rápida, clara e objetiva, das cobranças pretendidas pelos produtos bem como serviços oferecidos pelo estabelecimento.

Conclui-se ainda que o referido pagamento é facultativo por parte do consumidor, ou seja, o consumidor tem o direito de pagar apenas o preço estabelecido no cardápio e ou afixado, ficando a cargo do consumidor, desde que devidamente informado, pagar voluntariamente sobre o preço do produto, o valor de 10% (dez por cento), para a remuneração dos garçons, a título de gorjeta pelos bons serviços prestados.

Em razão da relação de emprego que mantém com os restaurantes, os garçons recebem, a título de remuneração fixa, o piso estabelecido para a categoria. A gorjeta faz parte da remuneração variável, que o garçom só receberá se fizer por merecer e se o consumidor reconhecer a qualidade do serviço prestado. Não é, portanto, o consumidor quem deve remunerar os garçons e sim o estabelecimento.

No entanto, uma vez feita pelo consumidor à opção de pagamento da referida gorjeta, a mesma deve destinar-se obrigatoriamente e na sua totalidade ao repasse integral aos garçons e a funcionários do estabelecimento, no regime de rateio que lhes convier, uma vez que tal repasse a eles originalmente se destinam, pratica muitas vezes não observada pelos estabelecimentos que por vezes a utilizam para outros fins, tornando a pratica ilegal uma vez que configura desvio de finalidade.

Portanto tem ainda por intuito o presente projeto, resguardar o direito dos garçons e demais funcionários de receberem pelos valores pagos, sob forma de gorjeta, pelos clientes.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Projeto de Lei Complementar Nº 046/07

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Florianópolis, 13 de novembro de 2007. Ofício n. 54769.1/PGJ

Excelentíssimo Senhor

Deputado **JÚLIO GARCIA**

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

NESTA

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho, no exercício das atribuições institucionais que são cometidas ao Procurador-Geral de Justiça, remeter a essa augusta Assembléia Legislativa a Exposição de Motivos n. 54769/PGJ/2007 que acompanha o anteprojeto de lei que dispõe sobre a elevação de Promotorias de Justiça e a reclassificação, criação e extinção de cargos na carreira do Ministério Público de Santa Catarina e adota outras providências.

Ressalto a Vossa Excelência que o referido projeto é consequência natural do projeto de Lei Complementar n. PLC/0038.0/2007, que transforma, cria e extingue cargos do Quadro da Magistratura e dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário Estadual, e que a sua aprovação evitará o escompasso na tramitação processual.

Na certeza pleno acolhimento por parte dessa Casa Legislativa, renovo-lhe as melhores expressões de apreço.

GERCINO GERSON GOMES NETO

Procurador-Geral de Justiça

Lido no Expediente
Sessão de 14/11/07

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N. 54769/PGJ/2007 EXCELENTÍSSIMOS SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

No exercício de prerrogativa constitucional, tenho a honra de submeter à elevada apreciação desse Poder projeto de lei que dispõe sobre a elevação de Promotorias de Justiça e a reclassificação, criação e extinção de cargos na carreira do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

De plano, cumpre salientar que o referido projeto de lei complementar é consequência natural do projeto de Lei Complementar n. PLC/0038.0/2007, que transforma, cria e extingue cargos do Quadro da Magistratura e dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário Estadual, e determinará a reclassificação das Comarcas de Joinville, Blumenau, Chapecó, Criciúma, Itajaí, Lages, da entrância final para entrância especial; a das Comarcas de São José, Palhoça, Balneário Camboriú e Jaraguá do Sul, da entrância intermediária para entrância final; e a da Comarca de Gaspar, da entrância inicial para entrância intermediária, além de criar 20 (vinte) cargos de Juiz na entrância especial, 15 (quinze) cargos de Juiz na entrância final, 10 (dez) cargos de Juiz na entrância intermediária e 5 (cinco) cargos de Juiz na entrância inicial.

Em decorrência disso, tem-se que, no âmbito do Ministério Público, também haverá a necessidade de criação de 23 Promotorias de Justiça e, conseqüentemente, a criação dos respectivos cargos, pois, do contrário, a criação dessas Varas Judiciais tornar-se-á inócua aos fins a que se

propõe se não for seguida da aprovação do ora submetido à análise de Vossas Excelências. De nada adiantará a instalação de uma nova Vara Judicial se não for acompanhada da criação da Promotoria de Justiça e do cargo de Promotor de Justiça respectivos. O processo sairá do gabinete do Juiz e, logo adiante, restará paralisado por falta da necessária atuação do Ministério Público.

No Estado de Santa Catarina, desde 1994, em homenagem ao bom aproveitamento dos recursos humanos, priorizou-se a equitativa distribuição dos trabalhos a todas as promotorias de justiça, independentemente da vara ou das varas em que tenha atuação. Isso, entretanto, não importa dizer que será desnecessário o equilíbrio de cargos nas duas instituições, carecendo, isto sim, da criação dos respectivos cargos pela via da Lei Complementar, nos termos que ora se apresentam.

Portanto, 23 novas Promotorias de Justiça devem ser criadas, acompanhadas dos respectivos cargos de Assistentes de Promotorias de Justiça (23), sendo 20 de entrância especial, para atender a demanda das maiores comarcas do Estado, que, em função do volume processual e do número de habitantes, geram um trabalho de natureza diferenciada, número de cargos bem menor do que os 50 cargos propostos pelo Poder Judiciário e 3 cargos, em entrância inicial, para implementação de promotorias de justiça com atribuição vinculadas a varas judiciais já instaladas, nas Comarcas de Camboriú, Balneário Piçarras e Porto Belo.

Vê-se que a proposta do Ministério Público, comparada à do Poder Judiciário, é a mais modesta possível, o que importa na efetiva necessidade de criação dos cargos propostos na sua estrutura.

Também, oportunamente, aproveitou-se para realizar uma readequação, criando-se a 181 Circunscrição do Ministério Público, objetivando melhor atender à área metropolitana da grande Florianópolis, que, na atualidade, não está abrangida por nenhuma das Circunscrições existentes, e, assim, melhor distribuir os Promotores de Justiça substitutos, o que tornará mais ágil e menos onerosa a substituição no caso de vacância das promotorias ou de afastamento dos promotores titulares por motivo de férias ou de outras licenças.

Vê-se que a proposta do Ministério Público de instalações das Promotorias de Justiça e o provimento dos cargos criados por esta Lei Complementar, cuja iniciativa fica reservada, em caráter exclusivo, ao Procurador-Geral de Justiça, dependerão da existência de suporte orçamentário e financeiro, além da constatação da efetiva necessidade de implementação dos cargos propostos à medida que se verifique descompasso na tramitação processual e da existência de recursos necessários para instalação e manutenção.

Não ocorrendo essa ampliação na estrutura do Ministério Público, haverá uma discrepância de produtividade entre os órgãos estatais, de forma que acontecerá a simples transferência dos processos paralisados para os gabinetes dos atuais Promotores de Justiça, já assoberbados, frustrando, dessa forma, a pretendida agilização da prestação jurisdicional. Analisada a relação custo-benefício, a aprovação do projeto é amplamente favorável aos interesses da sociedade catarinense.

Assinale-se que a matéria mereceu análise do Colégio de Procuradores de Justiça, em reunião ordinária, ocorrida no dia 1º de novembro do corrente ano, e, também, em reunião extraordinária, realizada no dia 13 de novembro, sendo aprovada, nesta última.

Limitado ao exposto e na expectativa de que a matéria haverá de merecer inteira acolhida por essa Augusta Assembléia Legislativa, renovo a Vossas Excelências as elhores expressões do meu alto apreço e de minha especial consideração.

Florianópolis, 13 de novembro de 2007.

GERCINO GERSON GOMES NETO

Procurador-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Coordenadoria de Pagamento de Pessoal

Projeto de Lei Complementar

Projeção (considerado 3,14% de reajuste do STF)

Criação de 20 vagas de PJ de Entrância Especial

Diferença Remuneratória de PJ Substituto p/ entrância Especial:

	Dif. Remun. Mensal	Dif. Remun. Anual
Dif. Subsidio	R\$ 3.806,31	R\$ 45.675,72
Dif. Patronal IPESC	R\$ 418,69	R\$ 5.024,33
Dif. Aux. Moradia	R\$ 380,63	R\$ 4.567,57
Dif. Férias	R\$ 211,46	R\$ 2.537,54
Dif. 13º Salário	R\$ 317,19	R\$ 3.806,31
Dif. Patronal 13º Salário	R\$ 34,89	R\$ 418,69
Diferença Total (cada)	R\$ 5.169,18	R\$ 62.030,17
20 Promoções *	R\$ 103.383,61	R\$ 744.361,98

* Movimentações na carreira

Criação de 3 vagas de PJ de Entrância Inicial

Diferença Remuneratória de PJ Substituto p/ PJ entrância Inicial:

	Dif. Remun. Mensal	Dif. Remun. Anual
Subsidio	R\$ 878,03	R\$ 10.536,36
Patronal IPESC	R\$ 96,58	R\$ 1.159,00
Aux. Moradia	R\$ 87,80	R\$ 1.053,64
Férias	R\$ 48,78	R\$ 585,35
13º Salário	R\$ 73,17	R\$ 878,03
Patronal 13º Salário	R\$ 8,05	R\$ 96,58
Diferença Total (cada)	R\$ 1.192,41	R\$ 14.308,96
3 Promoções *	R\$ 3.577,24	R\$ 42.926,89

* movimentações na carreira

Florianópolis, 13 de novembro de 2007.

Maria Inês Finger Martins

Coordenadora de Pagamento de Pessoal

RECEITA CORRENTE LIQUIDA

MESES	2005	2006	%	2007	%	2008	
JANEIRO	580.290.226,83	676.065.527,02	1,650%	644.048.064,83	-4,74%	695.571.910,02	8,00%
FEVEREIRO	486657.061,43	535.979644,98	10,13%	610.735.033,65	13,95%	659.593.836,34	8,00%
MARÇO	512.773.236,36	568.156.622,36	10,80%	669.015.913,47	17,75%	722.537.186,55	8,00%
ABRIL	540.771.157,36	577.708.170,82	6,83%	635.466.608,09	10,00%	686.303.936,74	8,00%
MAIO	534.042.531,19	599.987.566,73	12,35%	675.927.982,87	12,65%	730.002.221,50	8,00%
JUNHO	556.628.340,09	616.088.277,59	10,68%	666.351.826,81	10,00%	741.259.972,95	8,00%/u
JULHO	588.418.071,92	621.541.706,75	5,63%	657.625.347,69	10,00%	710.235.375,51	8,00%
AGOSTO	579.253.569,10	594.304.038,76	2,60%	657.285.165,57	10,00%	-709.867.978,82	8,00%
SETEMBRO	570.403.134,24	633.948.215,32	11,14%	697.060.217,13	10,00%	752.825.034,50	8,00o/a
OUTUBRO	580.539.252,02	592.062.733,51	1,98%	697.060.217,13	10,00%	752.825.034,50	8,00%
NOVEMBRO	550.745.626,88	642.135.867,15	16,59%	706.349.453,87	10,00%	762.857.410,17	8,00%
DEZEMBRO	637.989.828,26	716.341.858,83	12,28%	787.976.044,71	10,00%	851.014.128,29	8,00%
TOTAL	6.718.512.035,68	7.374.320.229,82	9,76%	8.124.903.882,82	10,18%	8.774.896.033,88	8,00%
VALOR MÉDIO	559.876.002,97	614.526.685,82	9,76%	677.075.323,57	10,18%	731.241.336,16	8,00%

DESPESA COM PESSOAL	RECEITA	DESPESA	%	LIMITE GASTO	%	INCREMENTO POSSIVEL
MAIO 2006 - ABRIL 2007	7.575.675.884,68	138.131.735,26	1,82%	151.513.517,69	2,00%	13.381.782,43
JUN2006 - MA102007	7.651616.300,82	138.631.735,26	1,81%	153.032.326,02	2,00%	14.400.590,76
JUL2006 - JUN2007	7.721.879.850,04	139.131.735,26	1,80%	154.437.597,00	2,00%	15.305.861,74
AGO 2006 - JUL 2007	7.757.963.490,98	139.631.735,26	1,60%	155.159.269,82	2,00%	15.527.534,56
SET2006 - AGO2007	7.820.944.617,79	140.131.735,26	1,79%	156.418.892,36	2,00%	16.287.157,10
OUT2006 - SET2007	7.884.056.619,60	140.631.735,26	1,78%	157.681.132,39	2,00%	17.049.397,13
NOV 2006 - OUT 2007	7.989.054.103,22	141.131.735,26	1,77%	159.781.082,06	2,00%	18.649.346,80
DEZ 2006 - NOV 2007	8.053.267.689,94	141.631.735,26	1,76%	161.065.353,80	2,00%	19.433.618,54
JAN - 2007 - DEZ 2007	8.124.903.882,82	142.131.735,26	1,75%/a	162.498.077,66	2,00%	20.366.342,40
FEV - 2007 - JAN 2008	8.176.425.721,00	142.631.735,26	1,74%	163.528.514,42	2,00%	20.896.779,16
MAR - 2007 - FEV 2008	8.225.284.523,70	143.131.735,26	1,74%	164.505.690,47	2,00%	21.373.955,21
ABR - 2007 - MAR 2008	8.278.805.796,77	143.631.735,26	1,73%	165.576.115,94	2,00%	21.944.360,68
MAIO 2007 - ABRIL 2008	8.329.643.125,42	144.131.735,26	1,73%	166.592.862,51	2,00%	22.461.127,25
JUN 2007 - MAIO 2008	8.383.717.364,05	144.631.735,26	1,73%	167.674.347,28	2,00%	23.042.612,02
JUL 2007 - JUN 2008	8.438.625.510,20	145.131.735,26	1,72%	168.772.510,20	2,00%	23.640.774,94
AGO2007-JUL2008	8.491.235.538,01	145.631.735,26	1,72%	169.824.710,76	2,00%	24.192.975,50
SET 2007 - AGO 2008	8.543.818.351,26	146.131.735,26	1,71%	170.876.367,03	2,00%/a	24.744.631,77
OUT2007-SET2008	8.599.583.168,63	146.631.735,26	1,71%	171.991.663,37	2,00%	25359.928,11
NOV 2007 - OUT 2008	8.655.347.986,00	147.131.735,26	1,70%	173.106.959,72	2,00%	25.975.224,46
DEZ 2007 - NOV 2008	8.711.855.942,31	147.631.735,26	1,69%	174.237.118,85	2,00%	26.605.383,59
JAN - 2008 - DEZ 2008	8.774.896.033,88	148.131.735,26	1,69%	175.497.920,68	2,00%	27.366.185,42

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL PLC/0046-0007

Dispõe sobre a elevação de Promotorias de Justiça a reclassificação, criação e extinção de cargos na carreira do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam elevadas as seguintes Promotorias de Justiça e os cargos de Promotor de Justiça respectivos:

I - as das Comarcas de Joinville, Blumenau, Chapecó, Criciúma, Itajaí e Lages, da entrância final para entrância especial;

II - as das Comarcas de São José, Palhoça, Balneário Camboriú e Jaraguá do Sul, da entrância intermediária para entrância final;

III - a da Comarca de Gaspar, da entrância inicial para entrância intermediária.

Art. 2º Aos atuais ocupantes dos cargos de Promotor de Justiça lotados nas Promotorias de Justiça elevadas, na forma do artigo anterior, são garantidas a posição na carreira do Ministério Público e a permanência em sua atual lotação até futura movimentação funcional, respeitando-se, ainda, o direito de opção previsto no art. 141 da Lei Complementar n. 197/2000.

§ 1º Os cargos de Promotor de Justiça vagos até a data da publicação desta lei serão preenchidos em conformidade com a classificação anterior das comarcas, na forma da Lei Complementar n. 167, de 29 de julho de 1998.

Art. 3º Ficam criadas na estrutura de primeiro grau do Ministério Público do Estado de Santa Catarina 20 (vinte) Promotorias de Justiça de entrância especial e 3 (três) Promotorias de Justiça de entrância inicial, distribuídas nas comarcas indicadas e com denominação constante do Anexo 1, parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 4º Ficam criados no quadro de primeiro grau do Ministério Público do Estado de Santa Catarina 20 (vinte) cargos de Promotor de Justiça de entrância especial, e 3 (três) cargos de Promotor de Justiça de entrância inicial, lotados um para cada Promotoria de Justiça criada no artigo anterior, com nomenclatura ordinal a elas correspondentes.

Art. 5º Fica criada a 18ª Circunscrição do Ministério Público do Estado de Santa Catarina com sede na capital.

Art. 6º Ficam criados no quadro de Primeiro Grau do Ministério Público do Estado de Santa Catarina 6 (seis) cargos de Promotor de Justiça Substituto, com lotação na 18ª Circunscrição do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e denominação constante do Anexo 2, parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 7º Ficam criados na estrutura organizacional do Ministério Público de Santa Catarina, com lotação vinculada às novas Promotorias de Justiça, 23 (vinte e três) cargos de Assistente de Promotoria de Justiça, com a classificação, os requisitos e as vedações previstos no art. 1º da Lei Complementar n. 276, de 27 de dezembro de 2004.

Art. 8º São extintos do quadro do Ministério Público Estadual 6 (seis) cargos de Promotor de Justiça Substituto, do Núcleo Especial da Procuradoria-Geral de Justiça, quando das respectivas vacâncias, readequando-se a nomenclatura ordinal dos cargos remanescentes, conforme a ocorrência das extinções.

Art. 9º As instalações das Promotorias de Justiça e o provimento dos cargos criados por esta Lei Complementar, cuja iniciativa fica reservada, em caráter exclusivo ao Procurador-Geral de Justiça, dependerão da existência de suporte orçamentário e financeiro para atender aos respectivos custos de instalação e manutenção.

Art. 10 As despesas necessárias à execução da presente Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do orçamento do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Art. 11 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 13 de novembro de 2007.

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

ANEXO 1

Promotorias de Justiça criadas por esta Lei Complementar:

Comarca da Capital

31ª Promotoria de Justiça;
32ª Promotoria de Justiça;
33ª Promotoria de Justiça;
34ª Promotoria de Justiça; e
35ª Promotoria de Justiça.

Comarca de Joinville

18ª Promotoria de Justiça;
19ª Promotoria de Justiça;
20ª Promotoria de Justiça; e
21ª Promotoria de Justiça.

Comarca de Blumenau

15ª Promotoria de Justiça;
16ª Promotoria de Justiça; e
17ª Promotoria de Justiça.

Comarca de Criciúma

13ª Promotoria de Justiça;
14ª Promotoria de Justiça; e
15ª Promotoria de Justiça.

Comarca de Chapecó

11ª Promotoria de Justiça; e
12ª Promotoria de Justiça.

Comarca de Itajaí 12ª Promotoria de Justiça; e 13ª Promotoria de Justiça. Comarca de Lages 14ª Promotoria de Justiça.

Comarca de Balneário Piçarras 2ª Promotoria de Justiça.

Comarca de Camboriú 2ª Promotoria de Justiça.

Comarca de Porto Belo

2ª Promotoria de Justiça.

ANEXO 2

Cargos de Promotor de Justiça Substitutos criados por esta Lei Complementar:

18ª Circunscrição do Ministério Público - Capital

1º Promotor de Justiça Substituto;
2º Promotor de Justiça Substituto;
3º Promotor de Justiça Substituto;
4º Promotor de Justiça Substituto;
5º Promotor de Justiça Substituto; e
6º Promotor de Justiça Substituto.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 041/07

Autoriza o Poder Executivo a implementar ações de controle de qualidade para o uso adequado das radiações ionizantes no Estado de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a implementar ações de qualidade para uso adequado das radiações ionizantes no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º As ações referidas no art. 1º consistem em instituir Programa de Controle de Qualidade em Proteção Radiológica, de acordo com as normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEM.

Art. 3º As medidas de controle de qualidade em proteção radiológica deverão ser realizadas observando os seguintes procedimentos:

I - implantação de mapeamento estadual para identificar e controlar as atividades de radiologia médica, radiologia odontológica, radioterapia, medicina nuclear *in vivo* e medicina nuclear *in vitro*;

II - implantação de depósito de rejeitos radioativos;

III - regulamentação do uso, transporte e armazenagem de fontes de radiação; e

IV - outras atividades dispostas em regulamento.

Art. 4º O Poder Executivo, sem prejuízo das ações de controle de qualidade para uso adequado das radiações ionizantes, instituirá campanha estadual visando orientar a comunidade e assegurar melhores condições de racionalizar os efeitos decorrentes das implicações oriundas da radiação.

Parágrafo único. A campanha prevista por este artigo consistirá em informes para proporcionar maior segurança aos trabalhadores, pacientes e comunidade em geral, melhorando as condições de trabalho e aumentando a eficácia dos tratamentos e diagnósticos, na prevenção de acidentes com radiações ionizantes.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 28 de novembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 150/07

Assegura aos portadores de deficiência visual o direito de receber os boletos de pagamento das contas de água, energia elétrica e telefonia confeccionada em *Braille*.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica assegurado aos portadores de deficiência visual o direito de receber, sem custo adicional, os boletos de pagamento das contas de água, energia elétrica e telefonia confeccionados em *Braille*.

Parágrafo único. Para o recebimento dos boletos de pagamento confeccionados em *Braille*, o portador de deficiência visual deverá efetuar a solicitação junto à empresa prestadora de serviço, onde será feito o seu cadastramento.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 28 de novembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

SUBSTITUTIVO GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 0162.7/2007

Acrescenta dispositivo à Lei nº 11.189, de 02 de outubro de 1999.

Art. 1º O Parágrafo Único do art. 1º da Lei nº 11.189, de 02 de outubro de 1999 fica transformado em parágrafo 1º e acrescido do parágrafo 2º.

"Art. 1º.....
§

1º.....

§ 2º Fica assegurada às autoridades religiosas, de que trata o *caput* deste artigo, mediante prévia autorização, visitas em caráter excepcional em qualquer horário, à pacientes terminais ou de gravíssima doença, ressalvados os casos de internação em Centro de Tratamento Intensivo, Unidade de Tratamento Intensivo ou congêneres, nas Instituições abrangidas por esta Lei".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Marcos Vieira

Líder da Bancada do PSDB

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 21/11/07

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 27/11/07

JUSTIFICATIVA

As razões que me levam a apresentar um substitutivo global ao Projeto de Lei nº 0162.7/2007, prende-se ao fato de adequação da proposta da nobre Deputada Odete de Jesus às necessidades dos pacientes, bem como às necessidades de organização das instituições hospitalares.

E, ainda, em obediência à Lei Complementar nº 208, de 2001 que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração das leis e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 162/07

Acrescenta dispositivo à Lei nº 11.189, de 1999, que dispõe sobre o acesso de ministro de cultos religiosos e de seus prepostos nas entidades que menciona.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.189, de 02 de outubro de 1999, fica transformado em § 1º e acrescido do § 2º.

" Art. 1º.....
1 º.....

§ 2º Fica assegurada às autoridades religiosas, de que trata o *caput* deste artigo, mediante prévia autorização, visitas em caráter excepcional em qualquer horário, à pacientes terminais ou de gravíssima doença, ressalvados os casos de internação em Centro de Tratamento Intensivo, Unidade de Tratamento Intensivo ou congêneres, nas instituições abrangidas por esta Lei." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em, 28 de novembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL 0176.2/2007

A Ementa e o art. 1º do Projeto de Lei nº 0176.2/2007 passam a ter a seguinte redação:

Ementa: "Dispõe sobre o ressarcimento da cobrança prévia de taxa para cadastramento de Curriculum Vitae em agências de empregos, inclusive as virtuais, no âmbito do Estado de Santa Catarina".

"Art. 1º A cobrança prévia de taxa para cadastramento de curriculum vitae em agências de empregos, inclusive as virtuais, no âmbito do Estado de Santa Catarina, deverá ser ressarcida no prazo de 180 dias quando não houver a contratação por empresa indicada pela agência.

(...)"

Sala da Comissão, em

Deputado José Natal Pereira

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 21/11/07

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 27/11/07

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 176/07

Dispõe sobre o ressarcimento da cobrança prévia de taxa para cadastramento de *Curriculum Vitae* em agências de empregos, inclusive as virtuais, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A cobrança prévia de taxa para cadastramento de *Curriculum Vitae* em agências de empregos, inclusive as virtuais, no âmbito do Estado de Santa Catarina, deverá ser ressarcida no prazo de cento e oitenta dias quando não houver a contratação por empresa indicada pela agência.

Art. 2º A inobservância ao disposto nesta Lei sujeitará o infrator às penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Parágrafo único. A cada reincidência no descumprimento desta Lei, a agência de empregos transgressora será punida com a multa de que trata o *caput* deste artigo devidamente dobrada.

Art. 3º As agências de emprego, objeto desta Lei, terão o prazo de noventa dias para se adequarem à presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em, de novembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0340.7/2007

Acrescenta incisos aos artigos 3º e 4º do Projeto de Lei nº 0340.7/2007, que dispõe sobre o Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais e estabelece outras providências.

Art. 1º Fica acrescentado inciso IX ao artigo 3º, com a seguinte redação:

"Art. 3º.....

IX - provenientes de ressarcimento de despesas com o Serviço de Atendimento ao Cidadão".

Art. 2º Fica acrescentado inciso VII ao artigo 4º, com a seguinte redação:

"Art. 4º.....

VII - na gestão do Serviço de Atendimento ao Cidadão."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em

Deputado Marcos Vieira

Líder da Banacada do PSDB

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 27/11/07

JUSTIFICATIVA

A emenda proposta trata da necessidade da criação de uma estrutura financeira e orçamentária para o Serviço de Atendimento ao Cidadão - SACI.

Oportuno ressaltar que a Gerência de Atendimento ao Cidadão pertence a estrutura da Secretaria de Estado da Administração, e por consequência recebeu o Projeto SACI para administrar.

O projeto SACI criado em 1991, ainda não foi operacionalizado na sua totalidade e necessita encerrar suas atividades, uma vez que utiliza a forma de condomínio de serviços públicos, regido pela Lei de Condomínios e Incorporações Imobiliárias, forma esta incorreta, segundo entendimento jurídico, para o serviço público.

Há necessidade, portanto, de um instrumento legal, para a criação de estrutura financeira e orçamentária para o novo projeto com a implantação de Centros de Atendimentos ao Cidadão, projeto este, do governo Luiz Henrique para um atendimento de excelência ao cidadão catarinense.

É nesse sentido que esperamos contar com o apoio dos nobres pares desta Casa para aprovação desta propositura.

Deputado Marcos Vieira

Líder da Bancada do PSDB

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 340/07

Dispõe sobre o Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais e estabelece outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Das Finalidades do Fundo

Art. 1º O Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais, convalidado pelo art. 116 da Lei Complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003, transformado pelo art. 208 da Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005, e mantido pelo art. 186 da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, vinculado à Secretaria de Estado da Administração, será regido pela presente Lei e destina-se a financiar programas e ações dos sistemas administrativos de Gestão de Materiais e Serviços e de Gestão Documental e Publicação Oficial da Administração Direta, Autárquica e Fundacional.

Parágrafo único. O Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais poderá financiar outros programas e ações da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º O Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais fica subordinado às diretrizes e fundamentos da estrutura e cultura organizacional e ao modelo de gestão da Administração Pública Estadual e obedece aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Dos Recursos Financeiros do Fundo

Art. 3º Constituem receitas do Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais, as rendas:

I - provenientes das publicações, assinaturas e comercialização do Diário Oficial do Estado;

II - provenientes da criação, produção, impressão e comercialização de impressos oficiais;

III - resultantes da revenda de materiais permanente e de consumo, compartilhamento de serviços e da taxa de administração;

IV - resultantes das taxas incidentes sobre consignações facultativas incidentes na folha de pagamento dos servidores públicos civis e militares;

V - provenientes de doações, contribuições e financiamentos de entidades públicas ou privadas, nacionais ou do exterior;

VI - da remuneração oriunda de aplicações financeiras e o superávit financeiro do ano anterior, relativos ao Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais;

VII - procedente de outros recursos que lhe venham a ser destinados;

VIII - de dotações orçamentárias; e

IX - provenientes de ressarcimento de despesas com o Serviço de Atendimento ao Cidadão.

Da Aplicação dos Recursos

Art. 4º Os recursos do Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais serão aplicados de acordo com a sua natureza, especialmente:

I - na gestão da Lista Básica de Material e na aquisição de material permanente, de consumo e serviços para a Administração Pública;

II - na aquisição de material permanente, de consumo e serviços para o Sistema de Gestão Documental e Publicação Oficial;

III - na aquisição de material permanente, de consumo e serviços para o Sistema de Gestão de Materiais e Serviços;

IV - no investimento, na construção, ampliação e melhoria das instalações e equipamentos da Secretaria de Estado da Administração e no desenvolvimento de sistemas administrativos e informatizados;

V - na capacitação de recursos humanos e no Sistema de Gestão de Recursos Humanos;

- VI - em outras despesas autorizadas pela Lei Orçamentária Anual; e
VII - na gestão do Serviço de Atendimento ao Cidadão.

Da Gestão do Fundo

Art. 5º A gestão do Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais é exercida pelo Secretário de Estado da Administração, a quem cabe:

- I - fixar as diretrizes operacionais do Fundo;
- II - estabelecer normas e instruções complementares disciplinadoras da aplicação dos recursos financeiros disponíveis;
- III - aprovar os planos de aplicação;
- IV - colaborar na elaboração dos planos de aplicação, analisando e selecionando os programas, projetos e atividades que poderão ser executados com as receitas do Fundo;
- V - aprovar a proposta orçamentária anual, bem como acompanhar a execução financeira das receitas do Fundo;
- VI - movimentar e aplicar as receitas do Fundo;
- VII - desenvolver as atividades negociais e de ingresso das receitas ao Fundo;
- VIII - prestar contas da gestão financeira do Fundo;
- IX - desenvolver outras atividades indispensáveis à consecução das finalidades do Fundo; e
- X - delegar competências para a prática de atos concernentes às atividades operacionais do Fundo.

Da Contabilidade do Fundo

Art. 6º A administração contábil do Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais é exercida pela Secretaria de Estado da Administração, a quem compete:

- I - colaborar na elaboração da proposta orçamentária anual do Fundo;
- II - realizar a contabilidade do Fundo, organizar e expedir, nos padrões e prazos determinados, os balancetes, balanços e outras demonstrações contábeis;
- III - sugerir normas e instruções complementares disciplinadoras para aplicação dos recursos disponíveis; e
- IV - desenvolver outras atividades relacionadas com a administração contábil do Fundo.

Das Disposições Finais

Art. 7º O Chefe do Poder Executivo Estadual regulamentará esta Lei no prazo máximo de sessenta dias contados de sua publicação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 08 de novembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº

PL/0359.7/2007

O Projeto de Lei nº PL/0359.7/2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação de documentos de identidade no pagamento das despesas com cartões de crédito e dá outras providências.

Art. 1º Tornam-se obrigatórias, no Estado de Santa Catarina, a apresentação de documento de identidade para o pagamento de qualquer despesa a ser efetuada com a utilização de cartão de crédito, bem como a assinatura do titular nas faturas, boletos ou extratos de pagamento quando da realização das referidas despesas.

§ 1º À falta da carteira de identidade, poderá ser apresentado outro documento oficial similar com foto.

§ 2º Na via de pagamento destinada ao estabelecimento, deve ser anotado o respectivo número do documento oficial apresentado pelo titular do cartão.

Art. 2º Como medida de segurança e proteção patrimonial nas relações de consumo e visando evitar possíveis fraudes ou o cometimento de qualquer outro tipo penal pertinente, as empresas e os estabelecimentos comerciais e financeiros que trabalham com cartões de crédito deverão exigir, obrigatoriamente, a apresentação do documento de identidade.

Parágrafo único. No caso de recusa da apresentação do documento de identidade, as empresas e os estabelecimentos comerciais e financeiros poderão negar ou desfazer a venda do produto ou a prestação do serviço anteriormente acordada, ou exigir outra forma de pagamento.

Art. 3º Excetua-se desta Lei os cartões corporativos, os cartões de crédito com senha e as compras por telefone e via internet.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em

Deputado Romildo Titon

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 21/11/07

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 27/11/07

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 359/07

Dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação de documentos de identidade no pagamento das despesas com cartões de crédito e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Tornam-se obrigatórias, no Estado de Santa Catarina, a apresentação de documento de identidade para o pagamento de qualquer despesa a ser efetuada com a utilização de cartão de crédito, bem como a assinatura do titular nas faturas, boletos ou extratos de pagamento quando da realização das referidas despesas.

§ 1º À falta do documento de identidade, poderá ser apresentado documento oficial similar com foto.

§ 2º Na via de pagamento destinada ao estabelecimento, deve ser anotado o respectivo número do documento oficial apresentado pelo titular do cartão.

Art. 2º Como medida de segurança e proteção patrimonial nas relações de consumo e visando evitar possíveis fraudes ou o cometimento de qualquer outro tipo penal pertinente, as empresas e os estabelecimentos comerciais e financeiros que trabalham com cartões de crédito deverão exigir, obrigatoriamente, a apresentação do documento de identidade.

Parágrafo único. No caso de recusa da apresentação do documento de identidade, as empresas e os estabelecimentos comerciais e financeiros, poderão negar ou desfazer a venda do produto ou a prestação do serviço anteriormente acordada, ou exigir outra forma de pagamento.

Art. 3º Excetua-se desta Lei os cartões corporativos, os cartões de crédito com senha e as compras por telefone e via internet.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 28 de novembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 362/07

Dispõe sobre o cumprimento do princípio constitucional da economicidade, a suspensão dos processos de execução fiscal de valor inferior a um salário mínimo, a celebração de convênios com o Estado e os municípios e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Consideram-se de valor inexpressivo ou de cobrança judicial antieconômica as ações de execução fiscal estadual e municipal, cuja expressão monetária seja inferior a 1 (um) salário mínimo.

Parágrafo único. Para efeito do *caput* deste artigo, observar-se-á o disposto no § 4º do art. 6º da Lei federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980.

Art. 2º As execuções fiscais em andamento e as que vierem a ser aforadas, de valor inferior a 1 (um) salário mínimo, serão automaticamente suspensas, intimando-se o Estado ou os municípios, conforme o caso, para:

I - incidindo a hipótese do art. 28 da Lei federal nº 6.830, de 1980, requerer a reunião das ações de mesmo devedor;

II - reconhecida a falta de interesse de agir, diante dos princípios da razoabilidade e economicidade, requerer a extinção da execução; e

III - manifestar o interesse no prosseguimento da execução, independentemente do valor executado.

§ 1º Havendo penhora formalizada, pendendo exceção de pré-executividade, embargos do devedor ou de terceiros, ou ocorrendo outra forma de manifestação do devedor ou de terceiro interessado, a execução prosseguirá, qualquer que seja o seu valor.

§ 2º Na hipótese do inciso III deste artigo, caberá ao ente público o adiantamento das despesas das diligências de Oficial de Justiça, intimações, publicações de editais e a responsabilidade pela satisfação das custas finais.

Art. 3º O Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, com vistas à descentralização e à desburocratização da cobrança judicial da dívida ativa, poderá formular convênio com o Estado e municípios para instalação de Unidade Judiciária Fiscal - UJF - junto ao setor de tributação do ente federativo, facilitando o acesso do devedor fiscal e dinamizando a função itinerante do juiz, conferindo maior eficiência e efetividade à prestação jurisdicional.

Art. 4º Na elaboração do convênio de cooperação conjunta, os Poderes envolvidos deverão prestar especial atenção aos ditames da Lei de Execuções Fiscais (Lei federal nº 6.830, de 1980).

Art. 5º O Conselho da Magistratura regulamentará a presente Lei no prazo de trinta dias.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 28 de novembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL 0370.2/2007

O § 2º do art. 2º do Projeto de Lei nº 0370.2/2007 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º (...)

§ 2º Ficam os procuradores autorizados a conceder, conforme as circunstâncias do caso, abatimento de até vinte por cento para pagamento de débitos de valores não superiores a cinquenta mil reais estabelecido no caput deste artigo, para pagamento à vista ou em até seis parcelas, permitida igualmente a dispensa de juros de mora e da correção monetária."

Sala da comissão, em 31 de outubro de 2007.

Deputado GELSON MERÍSIO
APROVADO EM TURNO ÚNICO
Em Sessão de 27/11/07

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 370/07

Dispõe sobre a dispensa de ajuizamento de causas pelos Procuradores do Estado e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Os Procuradores do Estado, no exercício de sua prerrogativa constitucional de representantes judiciais do Estado, poderão abster-se de propor ações nas causas, em face de um mesmo réu, de valor igual ou inferior a R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais).

§ 1º Em qualquer hipótese serão diligenciadas tentativas para obtenção de ressarcimento extrajudicial.

§ 2º O valor estabelecido no caput deste artigo será atualizado pelo índice oficial adotado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

§ 3º Não se aplica a dispensa de ajuizamento estabelecida neste artigo às causas relativas ao patrimônio imobiliário do Estado e às relativas à execução dos débitos inscritos em dívida ativa pela Fazenda Pública do Estado, que observarão critérios específicos.

Art. 2º Os Procuradores de Estado poderão celebrar acordos homologáveis pelo Juízo, nos autos dos processos ajuizados pelo Estado, para o pagamento de débitos de valores não superiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), em parcelas mensais e sucessivas até o máximo de cinquenta, permitida a dispensa dos juros de mora.

§ 1º O saldo devedor da dívida deverá ser, salvo em situações especiais reconhecidas pelo Juízo homologatório, atualizado pelo índice oficial adotado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

§ 2º Ficam os Procuradores autorizados a conceder, conforme as circunstâncias do caso, abatimento de até 20% (vinte por cento), para pagamento de débitos de valores não superiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), estabelecido no caput deste artigo, para pagamento à vista ou em até 6 (seis) parcelas, permitida igualmente a dispensa de juros de mora e da correção monetária.

§ 3º O limite de parcelas poderá ser excedido quando o réu for servidor público e autorizar o desconto em folha de pagamento, em observância ao disposto no art. 95 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985.

§ 4º Quando não ocorrer desconto em folha de pagamento, constará da transação cláusula penal, para o caso de descumprimento, de no mínimo 10% (dez por cento) e no máximo 30% (trinta por cento) sobre o valor do débito.

§ 5º O inadimplemento de qualquer parcela, pelo prazo de sessenta dias, implicará o vencimento antecipado da dívida e a perda dos benefícios do acordo, instaurando-se o processo de execução ou nele se prosseguindo a cobrança do crédito público pelo saldo.

Art. 3º Os Procuradores do Estado poderão celebrar acordos homologáveis pelo Juízo, nos autos dos processos ajuizados contra o Estado para reparação de danos materiais emergentes decorrentes de acidentes de trânsito não superiores a 40 (quarenta) salários mínimos, em que tenha havido prévio reconhecimento administrativo da culpa exclusiva do servidor público em inquérito técnico no âmbito da Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros ou em sindicância ou procedimento próprio no âmbito dos demais órgãos da Administração.

§ 1º A autorização prevista no caput se aplica também às ações de cobrança de dívidas contratuais expressamente reconhecidas pela Administração.

§ 2º A transação judicial não poderá ultrapassar a 80% (oitenta por cento) do valor do dano material emergente, nem estabelecer o pagamento de honorários advocatícios, e implicará a extinção do processo.

§ 3º É vedado o acordo quando houver pedidos cumulados, dentre outros de indenização por lucros cessantes, danos morais, estéticos e pensão, salvo se o autor renunciar expressamente a esses direitos e a quaisquer ações que tenham por objeto outros direitos materiais ou morais decorrentes do mesmo fato.

§ 4º A sentença homologatória, acompanhada de certidão, expedida pelo Cartório ou Secretaria, demonstrando o trânsito em julgado do processo respectivo, será encaminhada ao Diretor da Diretoria de Apoio Técnico da Procuradoria Geral do Estado para pagamento, observada a ordem para satisfação de obrigações de pequeno valor, assim definidas no art. 100, § 3º, da Constituição Federal e na Lei nº 13.120, de 09 de novembro de 2004.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações do Orçamento Geral do Estado.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Lei nº 11.309, de 28 de dezembro de 1999.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 28 de novembro de 2007
Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PL Nº 0378.0/2007

O Projeto de Lei nº 0378.0/2007 passa a ter a seguinte redação:

"Institui o dia Estadual de Divulgação, Prevenção e Combate à Fibrose Cística."

"Art. 1º Fica instituído no calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina o dia estadual de divulgação, prevenção e combate à Fibrose Cística.

Parágrafo único - O dia de divulgação, prevenção e combate à Fibrose Cística deverá ser comemorado, anualmente, no dia 5 de setembro, quando será comemorado o dia nacional de divulgação da fibrose cística.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação".

Sala das Sessões, em

Deputado Cesar Souza Junior

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 27/11/07

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 28/11/07

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 378/07

Institui o Dia Estadual de Divulgação, Prevenção e Combate à Fibrose Cística.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído no calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina o Dia Estadual de Divulgação, Prevenção e Combate à Fibrose Cística.

Parágrafo único. O Dia Estadual de Divulgação, Prevenção e Combate à Fibrose Cística deverá ser comemorado, anualmente, no dia 5 de setembro, quando será comemorado o Dia Nacional de Divulgação da Fibrose Cística.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 28 de novembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 393/07

Declara de utilidade pública a União dos Grupos da Terceira Idade do Município de Biguaçu.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a União dos Grupos da Terceira Idade do Município de Biguaçu, com sede e foro no Município e Comarca de Biguaçu.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 28 de novembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA Nº /2007

Dá nova redação ao art. 1º do PL 0438.5/2007:

Art. 1º O art. 1º do PL 0438.5/2007 passa a tramitar com a seguinte redação:

"Art. 1º. As instituições financeiras, no âmbito do Estado de Santa Catarina, deverão oferecer atendimento especial através da linguagem prevista na Lei 10.436 de 24 de abril de 2004 às pessoas portadoras de deficiência auditiva para fornecimento de informações orais ao consumidor."

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 2007.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa adequar as disposições do projeto original às normas legais que tratam do assunto.

Deputado Pedro Baldissera

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 27/11/07

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 28/11/07

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 438/07

Estabelece que as instituições financeiras no âmbito do Estado de Santa Catarina deverão dispor de atendimento especializado aos portadores de deficiência auditiva.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º As instituições financeiras no âmbito do Estado de Santa Catarina, deverão oferecer atendimento especial através da linguagem prevista na Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, às pessoas portadoras de deficiência auditiva para fornecimento de informações orais ao consumidor.

Art. 2º Para os fins dispostos nesta Lei, considera-se atendimento especializado, aquele prestado por funcionário com conhecimentos em Libras, linguagem utilizada pelos portadores de deficiência auditiva.

Art. 3º As instituições financeiras terão um prazo de cento e oitenta dias para se adequarem a esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em 28 de novembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 478/07

Acrescenta §§ 1º e 2º ao art. 1º, da Lei nº 13.070, de 2004, que dispõe sobre a obrigatoriedade, de criarem-se nas instituições bancárias, caixas eletrônicas, portas especiais e rampas de acesso apropriadas ao uso de pessoas portadoras de deficiência física e visual, no Estado de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica acrescentado §§ 1º e 2º ao art. 1º, da Lei nº 13.070, de 20 de julho de 2004, que dispõe sobre a obrigatoriedade, de criarem-se nas instituições bancárias, caixas eletrônicas, portas especiais e rampas de acesso apropriadas ao uso de pessoas portadoras de deficiência física e visual, no Estado de Santa Catarina, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

§ 1º Todas as agências bancárias instaladas no Estado de Santa Catarina deverão dispor, gratuitamente, de cadeira de rodas para facilitar a locomoção dentro de suas dependências, de idosos e usuários com deficiência física e visual.

§ 2º As agências bancárias deverão fixar em suas entradas, avisos sobre a existência dessa facilidade." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 28 de novembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 480/07

Denomina Rodovia Sul Brasil, o trecho da Rodovia SC-479 que liga o Município de Sul Brasil à Rodovia SC-469, no Município de Modelo.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominada Rodovia Sul Brasil, o trecho da Rodovia SC-479 que liga o Município de Sul Brasil à Rodovia SC-469, no Município de Modelo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 28 de novembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 485/07

Acrescenta inciso V, ao art. 1º, da Lei nº 12.200, de 2002, que dispõe sobre incentivos à geração de energia elétrica alternativa.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica acrescentado o inciso V, ao art. 1º, da Lei nº 12.200, de 19 de abril de 2002, que dispõe sobre incentivos à geração de energia elétrica alternativa, com a seguinte redação:

"V - redução da carga tributária do ICMS nos termos estabelecidos pela legislação estadual, incidente sobre a saída dos módulos ou painéis fotovoltaicos e outros conversores de energia alternativa." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 28 de novembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 510/07

Declara de utilidade pública a Associação de Surf da Praia do Luz e Ibraquera, no Município de Imbituba.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Surf da Praia do Luz e Ibraquera, com sede no Município de Imbituba.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 28 de novembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 539/07

Concede Título de Cidadão Catarinense ao Senhor Alair Francisco Tissot.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Catarinense ao Senhor Alair Francisco Tissot.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 28 de novembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 045/2007

Altera a Lei Complementar n. 223, de 2002, e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Ficam criados no Anexo I da Lei Complementar nº 223, de 10 de janeiro de 2002, os seguintes cargos, nível inicial "7" e referência inicial "F", de provimento efetivo do Grupo Ocupacional de Atividades de Nível Superior - ANS, do Quadro de Pessoal do Ministério Público:

I - 1 (um) cargo de Biólogo;

II - 1 (um) cargo de Geólogo;

III - 1 (um) cargo de Engenheiro Sanitário;

IV - 1 (um) cargo de Engenheiro Agrônomo;

V - 2 (dois) cargos de Analista de Sistemas;

VI - 4 (quatro) cargos de Contador;

VII - 1 (um) cargo de Engenheiro Civil;

VIII - 1 (um) cargo de Arquiteto;

IX - 1 (um) cargo de Designer Gráfico;

X - 1 (um) cargo de Analista de Geoprocessamento; e

XI - 1 (um) cargo de Estatístico.

Art. 2º Ficam criados no Anexo II da Lei Complementar nº 223, de 2002, os seguintes cargos, nível inicial "5" e referência inicial "A", de provimento efetivo do Grupo Ocupacional de Atividades de Nível Médio - ANM, do Quadro de Pessoal do Ministério Público:

I - 10 (dez) cargos de Oficial de Diligência;

II - 10 (dez) cargos de Motorista Oficial II; e

III - 17 (dezesete) cargos de Técnico do Ministério Público.

Art. 3º Ficam criados no Anexo II da Lei Complementar nº 223, de 2002, os seguintes cargos, nível inicial "5" e referência inicial "F", de provimento efetivo do Grupo Ocupacional de Atividades de Nível Médio - ANM, do Quadro de Pessoal do Ministério Público:

I - 4 (quatro) cargos de Técnico Contábil;

II - 4 (quatro) cargos de Técnico em Informática; e

III - 1 (um) cargo de Técnico em Editoração Gráfica.

Art. 4º Fica criado nos Anexos IV e XV da Lei Complementar nº 223, de 2002, 1 (um) cargo de Chefe de Gabinete do Procurador Geral de Justiça, nível CMP-6, coeficiente 14,41.

Art. 5º O art. 17 da Lei Complementar nº 223, de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17 As funções gratificadas destinadas a servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo terão denominações e atribuições fixadas por Ato do Procurador Geral de Justiça e serão limitadas a 25% (vinte e cinco por cento) dos cargos de provimento efetivo do Ministério Público." (NR)

Art. 6º O piso salarial dos servidores do Ministério Público será de R\$ 553,39 (quinhentos e cinquenta e três reais e trinta e nove centavos) a partir de 1º de janeiro de 2008.

Art. 7º Fica reduzido, a partir de 1º de janeiro de 2008, o abono salarial instituído pela Lei Complementar nº 252, de 23 de outubro de 2003, para R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Art. 8º O provimento dos cargos criados por esta Lei Complementar, cuja iniciativa fica reservada, em caráter exclusivo ao Procurador Geral de Justiça, dependerão da existência de suporte orçamentário e financeiro para atender aos respectivos custos de instalação e manutenção.

Art. 9º As despesas necessárias à execução da presente Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do orçamento do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Art. 10. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 28 de novembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***